



PARATI
BRASIL

Paraty Patrimônio da Humanidade
Plano de Gestão
Versão Preliminar

Patrocínio VIVO

Apresentação

Esta é a proposta que o Grupo de Trabalho da Comissão Permanente Pró Sítio do Patrimônio Mundial de Paraty elaborou para debate com os membros da Comissão e da Comunidade.

Índice

I - Definição e objetivos

II - Introdução

1. Caracterização das áreas

1.1. Áreas candidatas a Patrimônio da Humanidade

1.1.1. Paisagem Natural

1.1.2. Caminho do Ouro

1.1.3. Sítio Histórico e Forte Defensor Perpétuo

1.2. Áreas de amortecimento

1.2.1. Paisagem

1.2.2. Caminho do Ouro

1.2.3. Sítio Histórico e Forte Defensor Perpétuo

1.3. Estado atual de conservação

1.3.1. Paisagem

1.3.2. Caminho do Ouro

1.3.3. Sítio Histórico e Forte do Defensor Perpétuo

1.4. Políticas e programas de promoção das áreas

2. Dinâmicas que afetam as áreas

2.1. Pressões sobre as áreas

2.1.1. Dinâmica demográfica

2.1.2. Uso e ocupação

2.1.3. Visitação e atividades turísticas

2.1.4. Atividades econômicas

2.2. Impactos observados

2.2.1. Sobre a paisagem

2.2.2. Sobre o Sítio Histórico

2.2.3. Sobre a qualidade de vida

3. Gestão atual das áreas

3.1. Níveis atuais de gerenciamento

3.1.1. Atuação do Poder Público

3.1.2. Participação da sociedade e das ONGs

3.1.3. Contribuição da iniciativa privada

3.2. Proteção existente

3.2.1. Status legal

3.2.2. Agências de tutela

- 3.2.3. Medidas legais e propostas de proteção
- 3.2.4. Meios de implementação das medidas de proteção

3.3. Planos em execução ou previstos

- 3.3.1. Preservação e valorização cultural
- 3.3.2. Preservação ambiental
- 3.3.3. Desenvolvimento urbano
- 3.3.4. Desenvolvimento turístico

3.4. Condições de visitação pública

- 3.4.1. Áreas de visitação
- 3.4.2. Instalações e equipamentos para visitantes
- 3.4.3. Estatísticas de visitação

3.5. Recursos envolvidos

- 3.5.1. Despesas com ações de conservação e valorização
- 3.5.2. Fundos públicos existentes

3.6. Capacitação técnica

- 3.6.1. Experiência e capacitação em técnicas de conservação e gerenciamento
- 3.6.2. Equipes alocadas para proteção e manutenção

4. Plano para gestão das áreas

4.1. Estratégias de sustentabilidade ambiental

4.2. Diretrizes gerais e específicas para preservação e valorização

4.3 Medidas e ações previstas

4.4. Metas e prazos

4.5. Recursos previstos

5. Plano para monitoramento das áreas

5.1. Estruturação do sistema de monitoramento

5.2. Indicadores-chaves para monitoramento e avaliação

- 5.2.1. Ambientais
- 5.2.2. Institucionais
- 5.2.3. Econômicos e sociais

5.3. Agentes envolvidos no monitoramento

5.4. Resultados esperados

I - Definição e objetivos

O Plano de Gestão da área do município de Paraty candidata a Patrimônio da Humanidade, ora em versão preliminar, estabelece as bases para a preservação sustentável desse sítio como paisagem, a partir da atuação dos agentes públicos e da participação de agentes privados e da comunidade local.

O Plano tem por objetivos o estabelecimento de estratégias e diretrizes para a preservação e valorização desse patrimônio, a definição de medidas e meios para sua fruição pública e a implementação de instrumentos para o monitoramento e a avaliação sistemática de seu estado de conservação.



II - Introdução

Paraty, seu entorno cultural e seu caminho de riquezas

A anta ou tapir (*Tapirus terrestris*) é o maior mamífero da América do Sul e o único animal de grande porte que conseguiu sobreviver na Mata Atlântica. Graças à sua força extraordinária, mesmo na floresta mais densa consegue abrir picadas que os índios guaranis chamam de *mborepirape* – mesma designação que dão à Via Láctea - pelas veredas que criam na vegetação.

Desde a Pré-História, os índios do sudeste brasileiro se utilizaram dessas trilhas, nos deslocamentos entre o litoral e o planalto. E uma delas, que subia a serra da Bocaina, era utilizada pelos índios guaianás, antigos habitantes da região de Paraty, para ir da aldeia de baixo, *Paraty*, à aldeia de cima, *Taba-e-tê*.

Assim, quando os portugueses chegaram à América, encontraram uma vasta malha de caminhos para chegar ao interior, na missão prioritária da colonização, que era a busca de metais e pedras preciosas.

A serra dourada

A primeira referência impressa à região de Paraty **(1)** está no livro que Hans Staden publicou, em 1556, sobre suas viagens pelo litoral sudeste do Brasil. Ele conta que pernoitou em *Ocaraçu*, atual Cairuçu, “praça ou aldeia grande, promontório a sudeste da baía de Paraty”, onde Cunhambebe, chefe indígena tupinambá, o convidou para uma refeição de carne humana **(2)**.

Outro que passou pela região, em 1596, foi Martim Correia de Sá, filho do governador do Rio de Janeiro, que desembarcou nessa baía com uma expedição de 2.700 integrantes e subiu o caminho guaianá atrás de riquezas.

Um dos participantes dessa expedição, o aventureiro inglês Anthony Knivet, diz em seu livro, *Vária Fortuna e Estranhos Fados*, que achou pedras verdes, de outras cores e muito ouro, em pepitas do tamanho de avelãs e cobrindo as margens dos riachos como se fosse areia. Diz, ainda, que encontrou uma serra cintilante no meio da mata.

Essa narrativa relaciona a expedição de Martim de Sá a esforços organizados pelo governo da Colônia, nessa época, para encontrar Sabarabuçu – fabulosa serra no coração da floresta, com uma lagoa dourada no sopé e um clarão de esmeraldas no topo - da qual, segundo os cronistas, os índios falavam para os colonizadores há muito tempo. Paraty, dessa forma, ficou ligada à gênese da procura de jazidas no interior do Brasil **(3)**.

Vila de comércio

Entre os séculos 16 e 17, colonos da Capitania de São Vicente **(4)** formaram o povoado que daria origem a Paraty, no alto do morro do Forte **(5)**, que pertencia à freguesia de Angra dos Reis **(6)**. Em 1630, esse povoado ergueu uma capela a São Roque.

Do alto desse morro se vêem a Paraty atual e a praia do Jabaquara, onde fica o sítio arqueológico da Toca do Cassununga. A Toca é um impressionante arranjo natural de rochedos que faz parte do lendário da cidade, sob o qual está enterrado um cemitério indígena que remonta à primitiva ocupação da região **(7)**.

Em 1646, o povoado recebeu uma doação de terras na várzea entre os rios Perequê-Açu e Mateus Nunes, antigo Patitiba. Separou-se da paróquia de Angra dos Reis, ergueu uma Matriz própria a N.S. dos Remédios e iniciou a transferência do morro para o local onde está hoje o Sítio Histórico **(8)**.

Em 1660, o povoado se separou unilateralmente de Angra dos Reis, em termos administrativos e se auto-elevou a vila, sob o nome de N.S. dos Remédios de Paraty **(9)**. Esse fato consumado foi oficialmente reconhecido pela Coroa em 1667. Em 1668, a vila iniciou as obras de uma segunda Matriz, em pedra e cal.

A elevação do povoado a vila se deu em razão de seu desenvolvimento econômico, por ser o acesso mais prático ao vale do Paraíba e a São Paulo, na movimentada rota comercial entre o Rio de Janeiro e as vilas paulistas.

Essa rota se dava pelo chamado Caminho Marítimo-Terrestre, que ia do Rio de Janeiro a Paraty por mar e alcançava o vale do Paraíba pela trilha do Facão, nome do trecho de serra que ela subia e da atual cidade de Cunha, que ela alcançava no topo. De Cunha, a rota chegava a Guaratinguetá e tomava o rumo de São Paulo, de onde descia à vila de São Vicente, pela serra de Cubatão **(10)**.

Trilha do ouro

Até o final do século 17, o primitivo povoado de Paraty se desenvolveu lentamente e muitas expedições perseguiram o sonho de Sabarabuçu, organizadas por paulistas a partir do planalto. Entre elas, ganhou fama a de Fernão Dias Paes, que passou para a História como o Caçador de Esmeraldas **(11)**. E, a partir dessas incursões, nasceu o Caminho Geral do Sertão ou Caminho dos Paulistas, que ligava São Paulo a Guaratinguetá e se embrenhava nas fechadas matas a nordeste da Capitania.

Foi por esse caminho que, em 1698, a expedição de Antonio Dias encontrou ouro no sertão de Cataguases, em Minas Gerais. E, graças à trilha do Facão, Paraty ganhou posição estratégica no fluxo do metal, como a rota mais curta entre as lavras e o porto do Rio de Janeiro, de onde as barras seguiam para Lisboa.

Na primeira metade do século 18, nomeada oficialmente como Porto do Ouro, a vila ganhou notoriedade como embarcadouro do metal e pouso de milhares de viajantes para as minas **(12)**.

Por ser porto do ouro, a vila contava com um esquema de fortificações e recebia a visita constante de engenheiros militares enviados de Portugal. Esses engenheiros certamente deram sua contribuição ao significativo projeto urbanístico que Paraty ganhou nessa época, de acordo com a nova orientação da Metrópole para os núcleos de povoamento da Colônia **(Anexo, 1)**.

Assim, em 1717 Paraty era um longa rua que acompanhava a orla do mar e funcionava como eixo da povoação, num traçado informal, sujeito a variações conforme as necessidades dos moradores. Em 1719, a área da vila foi demarcada e, em 1726, balizada para o traçado de outras ruas. Aos poucos, a planta primitiva foi sendo adaptada a um traçado regular que partiu das condições topográficas do sítio e atendeu a exigências militares e de administração civil e religiosa.

Medidas de proteção

Nos primeiros trinta anos do século 18 se levantaram em Paraty vários edifícios institucionais importantes, que consolidaram setores da vila. Nas cidades portuguesas, a praça era o ponto de partida da povoação, mas não o elemento

estruturador do traçado, como nas espanholas. Nas cidades portuguesas, esse papel era exercido pelos quarteirões, onde igrejas e edifícios públicos funcionavam como balizadores, pólos de atração e elementos de sustentação.

A segunda Matriz, que ficou longo tempo parada por falta de recursos, retomou as obras em 1709 e chegou à nave e ao frontispício em 1712. Foram ainda levantadas as capelas de Santa Rita, em 1722 e a de N.S.do Rosário, em 1725. Essas obras se somaram à Casa de Câmara e Cadeia, do início do século **(13)**. Em 1746, a vila começou a planejar a construção de uma terceira Matriz, porque a anterior estava em ruínas e pequena demais para seus 2.700 habitantes.

Por causa da baía assoreada, os navios que chegavam a Paraty fundeavam na ilha do Mantimento e o desembarque se dava por bote, no atracadouro da praia ou nas margens dos rios Perequê e Mateus Nunes.

Para dar segurança às partidas do metal, em 1702 o atracadouro recebeu um reduto com quatro peças de artilharia. Em 1703, foram construídos dois fortes, um perto do rio Mateus Nunes e outro na antiga ponta de São Roque, lugar do primitivo povoado de Paraty, que foi rebatizada como ponta da Defesa e depois ganhou o nome de morro do Forte.

Em 1703 também foi erguida uma Casa de Registro do Ouro, na serra, onde eram examinados os viajantes da trilha do Facão e a quantidade que eles traziam do metal, para evitar contrabando e sonegação de impostos. Em 1726, diante da crescente quantidade de navios estrangeiros que chegavam para deixar mercadorias, foi construído um cais flanqueado para a proteção da vila **(14)**.

Como conta Honório Lima, em 1728, o trecho terminal do Perequê-Açu foi deslocado do norte para o sul do morro do Forte, trazendo consequências para o meio ambiente. As águas do Perequê passaram a correr na direção sul, aproximando-se do Mateus Nunes. E, com a corrente do mar, que vem dos lados desse rio, sitiaram a frente do núcleo urbano, tornando a praia ainda mais lamacenta e invadindo as ruas na preamar **(15)**.

Caminho provisório

O ouro continuava passando por Paraty, dando-lhe status como caminho de riquezas, mas, desde o começo, a Coroa pensou numa mudança dessa rota, para ter mais controle sobre o fluxo do metal e para levá-lo com mais segurança ao Rio de Janeiro, evitando o mar infestado de corsários **(16)**.

Por isso, logo em 1698, os portugueses iniciaram a abertura de uma ligação terrestre e direta entre as lavras e o Rio de Janeiro, que passava pela serra dos Órgãos e encurtava consideravelmente a viagem. Essa ligação ficaria conhecida como Caminho Novo, em contraposição ao Caminho Velho, que era a rota por Paraty. E, após várias outras medidas, o Caminho Velho foi definitivamente fechado para o ouro em 1733 **(17)**.

Na verdade, apesar de sua relevância para a história econômica do Brasil, o ouro deixou pouca riqueza em Paraty.

Fatos e documentos mostram que a passagem dessa riqueza pela vila não formou uma elite capaz de se projetar em sobrados magníficos ou igrejas suntuosas, como nas vilas mineiras ou no Rio de Janeiro.

Em 1717 – pleno ciclo do ouro – Paraty foi descrita como um vilarejo pobre, com menos de 50 casas térreas, a maior parte de taipa e coberta de palha. E suas capelas dessa época não ganharam as fachadas esculpidas, o entalhe das portas, o

ouro dos altares, as imagens em madeira policromada e os tetos primorosamente pintados do barroco mineiro **(18)**.

Mas, novamente graças à trilha do Facão, a vila sobreviveu a sua exclusão da rota do ouro e mesmo à decadência do ciclo, que viria ao final do século 18. O caminho da serra continuou desempenhando um papel essencial em sua economia, levando mercadorias, escravos e viajantes para as minas e escoando a produção de alimentos das vilas mais próximas do vale do Paraíba, para onde seguiam artigos como sal, azeite e vinho **(19)**.

Terra da cachaça

Na segunda metade do século 18, essa atividade comercial se somou à produção de aguardente. Isso porque em 1763, já no início da decadência do ouro, a Colônia transferiu a capital de Salvador para o Rio de Janeiro, deslocando as principais rotas de comércio do nordeste para o sudeste e espalhando a cultura da cana por essa região.

Paraty se tornou rapidamente grande produtor de cana e o maior fabricante de cachaça da Capitania. Engenhos grandes e pequenos foram instalados às dezenas e uma complexa rede de rios e canais navegáveis foi utilizada para entregar a produção no porto. Em 1799, Paraty concentrava 155 – ou mais de 61% - dos 253 alambiques do Rio de Janeiro, produzindo uma cachaça tão famosa que o nome da vila virou sinônimo do produto **(20)**.

Em 1757, Paraty foi novamente balizada e as ruas já se desenvolviam acompanhando a orla, a curta distância umas das outras. Também acompanhava a orla o lado menor dos quarteirões, delimitados por pequenos becos.

No final do século 18, a vila ganhou dois largos laterais: o de Santa Rita, onde se localizavam o porto e o mercado e o da Matriz, que se tornou o centro administrativo e religioso. Com isso, as praças passaram a dividir com os edifícios a estruturação do traçado, numa clara atitude de planejamento por parte das autoridades e numa aproximação do conceito espanhol de cidade.

Em 1799, surgiram as primeiras posturas municipais, ditando as medidas de portas e janelas, unificando a altura das construções e exigindo o muramento dos terrenos vagos.

Pizarro e Araújo, que esteve na vila em 1794 e 1799, conta que as ruas já estavam delineadas, quase todas com calçamento e a trilha do Facão muito bem cuidada. No núcleo urbano, ele registrou mais de 400 casas, entre elas 40 sobrados, construídas em pau-a-pique, estuque ou cal e pedra, “como é vulgar nos lugares povoados de serra acima”.

Vários desses sobrados eram erguidos com apuro e os inventários falam de itens de luxo como roupas finas, adereços de metais preciosos, mobiliários sofisticados, pratarias e porcelanas, mostrando que a elite do comércio e da aguardente desfrutava de certa riqueza **(21)**.

Em 1787, Paraty começou a erguer a terceira Matriz. Em 1800, as senhoras da elite ergueram a pequena capela de N.S.das Dores, “na margem do mar, em local vizinho à vila”, segundo os documentos, indicando que esse terreno estava fora dos limites urbanos e que Paraty já avançava nas áreas de marinha.

Com toda essa prosperidade, a preocupação com a segurança voltou à cena. Em 1793, foi levantado o forte Defensor Perpétuo, na ponta da Defesa. Em 1797, o cais recebeu mais uma fortificação, foi erguido um quartel para tropas de guarda **(22)** e as bocas de rua que davam para o mar receberam guarnição **(23)**.

Consolidação urbana

No primeiro quartel do século 19, aprofundaram-se as transformações na urbanização da vila.

Com o movimento do porto e da trilha do Facão, o eixo longitudinal de ruas que acompanhavam a orla recebeu outro, perpendicular, que induziu o avanço em direção ao mar e à serra **(24)**. Com isso, a vila sobrepôs um novo traçado ao anterior, o sistema viário foi ampliado e a cidade entrou numa reconstrução de raiz.

Em 1804, a vila foi novamente medida. Pouco antes, no mesmo ano, foi enviado ao governador do Rio de Janeiro o Plano de Saúde Pública e da Urbanização da Vila de Paraty, dividindo-a nas zonas central, suburbana e rural. Na zona rural, a edificação de um ou mais andares era livre, mas nas outras atendia a exigências variáveis. Nessa época, os antigos caminhos, becos e travessas se transformaram em ruas.

Em 1822, o herdeiro da Coroa portuguesa, D. Pedro de Alcântara, proclamou a Independência e se tornou o primeiro imperador do Brasil. A vila já tinha todas as ruas do atual Sítio Histórico, embora nem todas calçadas. Segundo Samuel Costa, quando chovia, as tropas patinavam na lama, sujando as paredes das casas. Quando não chovia, as tropas levantavam poeira.

Nas construções de Paraty, já predominavam as portas altas, ocupando o lugar de janelas ou o andar térreo dos sobrados - uma arquitetura de armazém, típica de um entreposto comercial. Nesse mesmo ano, foi lançada a pedra fundamental da Santa Casa, que adotou D. Pedro I como patrono. Ainda em 1822, mais de 160 mil homens e animais fizeram uso da trilha do Facão, que continuava dando passagem a mercadorias, alimentos, aguardente e escravos **(25)**.

Porto do café

No segundo quartel do século 19, notadamente a partir de 1830, uma nova riqueza se somaria à economia da vila: o café, cultivado desde o início do século 19, que rapidamente se transformou no maior produto de exportação do Brasil.

O vale do Paraíba se transformou na região cafeeira mais importante do País e, nessa época, a única forma de encaminhar a produção ao Rio de Janeiro era transportá-la em tropas de muares até os portos mais próximos, entre eles Paraty.

Com isso, intensificou-se ainda mais o tráfego pela serra e, em 1838, a Regência Trina determinou vários consertos na trilha do Facão, que passou a ter “30 braços empedradas com a largura de 20 palmos e todo o trajeto devidamente reparado”. É a primeira menção a um calçamento contínuo e padronizado nesse caminho **(Anexo, 2)**.

O Registro de Posturas, promulgado em 1831 pela Câmara Municipal de Paraty, retomou as medidas de portas, janelas e prumadas, estabeleceu o alinhamento das fachadas; proibiu casas de madeira e tetos de palha, para evitar incêndios, ordenou a demolição de casas em ruínas e, a bem da salubridade, determinou o calçamento do restante das ruas.

As ruas ganharam uma leve inclinação em direção ao mar, uma calha central para o escoamento das águas e começaram a ser calçadas com pedras redondas conhecidas como *pé-de-moleque* **(26)**. Houve a preocupação com o embelezamento de edifícios e logradouros públicos e surgiram muitas construções urbanas,

notadamente sobrados edificadas sobre antigas casas térreas. A população chegou a 10 mil habitantes.

Em função de sua importância como escoadouro da maior riqueza nacional, a vila foi elevada a cidade, em 1844. Nessa época, foi erguida a grande maioria das construções que se vêem hoje no Sítio Histórico; entre elas vários sobrados de extremo requinte, com filigranas decorativas, elaborados caixilhos, vidros bisotados e balcões trabalhados em ferro, que muito acrescentaram ao vocabulário arquitetônico brasileiro do século 19 (27).

Por volta de 1850, foram instalados o mercado, na atual praça da Bandeira e o chafariz do Pedreira, no começo da atual avenida Roberto Silveira (28).

Fim de sonho

No terceiro quartel do século 19, porém, essa situação foi mudando rápida e drasticamente. Em 1850, ainda era grande o movimento comercial pela trilha do Facão, graças ao café e outros produtos. Mas a repressão ao tráfico de escravos, proibido desde 1831, foi abalando profundamente as outras fontes de ingresso da vila, que eram a produção de aguardente com mão-de-obra cativa e o ativo contrabando de negros para as fazendas.

Em 1864, a ferrovia chegou a Barra do Piraí, no vale do Paraíba e o café passou a ser escoado por trem, deixando aos poucos o caminho da serra.

Em 1870, a Assembléia Provincial do Rio de Janeiro confirmou o Registro de Posturas de 1831, repisando o alinhamento das casas, exigindo alicerces de pedra e cal e, nas edificações de esquina, soleira e cunhal de cantaria. Em 1873, Paraty finalmente inaugurou a terceira Matriz, ao lado do Perequê-Açu.

Mas, em 1877, o trem chegou a Guaratinguetá, dando o golpe final no transporte por tropas e na velha trilha do Facão (29).

A população passou a abandonar a cidade, em busca de algum futuro, inclusive à beira da ferrovia. No final do século 19, Paraty baixou a 4 mil habitantes.

Finalmente, em 1888, a Lei Áurea aboliu a escravidão e levou a economia de Paraty ao colapso final, por falta de mão-de-obra. A trilha do Facão, que era mantida por negros, foi definitivamente abandonada à voragem da mata, até que uma escavação arqueológica a resgatou em 2002 (30).

Mercadorias e escravos

Durante mais de dois séculos, a trilha do Facão foi uma riquíssima via comercial entre o litoral sudeste, o vale do Paraíba e o sertão mineiro, para o transporte de bens, gêneros e mercadorias. Foi, também, um fervilhante caminho de idéias, através do qual a Europa e o vasto interior brasileiro deixaram sua marca no patrimônio cultural de Paraty.

Por esse caminho passaram o ouro, o açúcar, a aguardente e o café, movimentando três grandes ciclos econômicos do País. Circulou uma quantidade incalculável de produtos importados - de itens essenciais a artigos de luxo - para abastecer o comércio e os casarões de Paraty, das localidades mineiras e das fazendas do vale do Paraíba.

Por essa trilha foram transportados centenas de milhares de negros rumo à zona de mineração e à lavoura cafeeira, para erguer vilas inteiras e movimentar toda a produção da Colônia, baseada no trabalho escravo. E, junto com as mercadorias,

foram e vieram milhares de viajantes, num movimento em tudo semelhante ao da maré que lava a cidade.

Além de suprir necessidades, os importados que subiam a trilha atendiam ao modo de vida de uma elite fora do lugar. Os estrangeiros chegavam com baús de roupas, perfumes, remédios e a maior quantidade possível do que lhes desse conforto no longínquo Brasil. Os que viviam na Colônia esperavam por louças, porcelanas, vidros, enxovais, tecidos, adereços e armarinhos que lhes trouxessem o conforto da distante Europa **(31)**.

Caminho de idéias

Durante a prospecção arqueológica do Caminho do Ouro, foram localizadas as ruínas da casa do Provedor, que administrava a cobrança de impostos. Num dos cômodos dessa casa, foram encontradas tampas de vidros, maciças e bem trabalhadas e uma variedade de fragmentos de louça, cerâmica e porcelana azul.

As tampas eram de perfumes, a louça era de faiança, a cerâmica era de garrafas de vinho. E a porcelana azul era das marcas Davenport, W.Adams&Sons e Copeland, fabricadas em 1769, 1810 e 1844 e dadas pelo escritor Oscar Wilde como um *must* na Inglaterra da época **(32)**.

No século 18, junto com os viajantes, vinham notícias do exterior, da Revolução Americana, da Europa conturbada pela Revolução Francesa. E a remota colônia tinha acesso às idéias que moviam o mundo da época, apesar da inexistência de universidades, da proibição da imprensa e da restrição da Coroa a obras que ameaçassem a ordem.

Afinal, era o Século das Luzes, marcado pelo intenso fluxo do conhecimento. E documentos históricos registram em Ouro Preto, na outra ponta de Paraty, as bibliotecas de Cláudio Manuel da Costa, Alvarenga Peixoto e outros personagens da Inconfidência Mineira, a rebelião que renunciou a Independência do País.

Um deles, o cônego Luís Vieira da Silva, mantinha um impressionante acervo particular de quase 800 volumes sobre o saber da época, com destaque para o pensamento filosófico e político. Outro, o Paratyense Salvador Carvalho do Amaral Gurgel, deixou vida e futuro na vila para se juntar à causa dos rebeldes **(33)**.

Tropas e progresso

Entre os passantes pela trilha do Facão também se destaca o tropeiro, personagem que introduziu os comboios de muares como meio de transporte, em meados do século 18 e trouxe uma nova visão dos negócios e da vida a uma sociedade ainda moldada, em boa parte, pela conquista bandeirista que havia marcado o século anterior. Como explica Sérgio Buarque de Holanda:

“O espírito de aventura, que acolhe a agressividade e mesmo a fraude, se encaminha para uma ação mais disciplinadora. A fascinação dos riscos e da ousadia turbulenta cede às iniciativas corajosas, mas que nem sempre dão proveito imediato.

O amor da pecúnia sucede ao gosto da rapina. Uma ambição menos impaciente que a do bandeirante ensina a medir, a calcular oportunidades, a contar com danos e perdas. Em um empreendimento muitas vezes aleatório, faz-se necessária certa dose de previdência”.

Ao mesmo tempo, continua o historiador, o amor ao luxo e aos prazeres toma conta desses tipos rústicos, que enfeitam seus cavalos com arreios de metal precioso e gastam fortunas com jogo e mulheres.

A ponto de, ainda em 1893 - quando a ferrovia já havia decretado o fim das tropas - um sacerdote do interior paulista escrever a seu prelado pregando o combate sem trégua aos costumes soltos e doutrinas estranhas que observava na cidade, "fruto pernicioso" das antigas feiras de muares que se realizavam ali e da "aglomeração de gente de toda espécie, sem lei, sem religião e sem fé, que, denominando-se negociantes, vinham de toda parte do Brasil" (34).

Patrimônio do mundo

Ainda nesse caldeirão de idéias, durante dois séculos a colonização portuguesa deixou lições fundamentais na urbanização e na arquitetura de Paraty, como a adequação ao terreno, o traçado racional, a geometria simples, a unidade visual, a sofisticação das fachadas e, mais que tudo, a extrema harmonia com o entorno de mar e montanha (**Anexo, 1**).

Portugal também deixou como herança o riquíssimo patrimônio representado pela arte (**Anexo, 3**) e pelas festas religiosas, danças tradicionais e outros saberes e fazeres que se incorporaram para sempre ao cotidiano da cidade (**Anexo, 4**).

A partir de 1877, sem a trilha para a região serra-acima e precariamente ligada por mar ao Rio de Janeiro, Paraty viveu quase 50 anos de isolamento até 1925, quando a estrada Paraty-Cunha a conectou novamente ao vale do Paraíba. Essa via, destruída por veículos militares durante a Revolução de 30, foi reaberta em 1954, por paulistas interessados na cidade como destino turístico.

Mas a Paraty-Cunha continuou precária, de trânsito difícil, o que manteve esse destino praticamente inacessível para a maioria e em estado de semi-abandono até 1976, quando a inauguração da rodovia Rio-Santos finalmente alavancou a cidade para sua nova vocação - a do turismo cultural e ecológico.

Hoje, Paraty recebe 280 mil visitantes por ano, 15% de outros países e figura em pesquisas como a quinta cidade mais visitada do Brasil. (35). É Monumento Histórico do Estado do Rio de Janeiro desde 1945, Monumento Nacional desde 1966 e, com o peso de todo seu patrimônio histórico, cultural e ambiental, pleiteia à Unesco o título de Patrimônio da Humanidade (36).

Introdução

Notas

(1) Na década de 70, o executivo e o legislativo da cidade, em consenso com a comunidade local, decidiram adotar a grafia antiga de Paraty, com y, mesmo em conflito com a Convenção Ortográfica Brasil-Portugal de 1944, que retirou o y do alfabeto português, substituindo-o pelo i, no vocabulário comum.

Em 1972, o senador Vasconcelos Torres elaborou projeto de lei mantendo, nos nomes de monumentos, vilas e cidades tombados como Patrimônio Nacional, a grafia anterior à Convenção. A pretensão era incluir essa disposição no Decreto-Lei nº25, de 30/11/1937, que organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Na justificativa do projeto, o senador citou a introdução do Vocabulário Ortográfico Oficial, da Academia Brasileira de Letras, editado em 1943, segundo a qual "os topônimos de tradição histórica secular não sofrem alteração alguma na sua grafia, quando já esteja consagrada pelo consenso diuturno dos brasileiros. Sirva de exemplo o topônimo "Bahia", que conservará esta forma quando se aplicar em referência ao Estado e à cidade que tem esse nome."

As Comissão de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura, entretanto, não atribuíram ao projeto caráter de lei, alegando que não era necessário, já que o consenso geral de uma comunidade está acima de qualquer medida oficial, segundo o documento assinado na Sala das Comissões, a 16/8/1972, pelo presidente em exercício do Senado, João Calmon e o relator Milton Trindade:

"(...) tendo por válido que toda a sua comunidade não aceita a grafia oficial, que agrediria caras tradições, bastar-lhe-ia insistir na velha grafia, a começar pelos papéis timbrados da Prefeitura, endereçamento de cartas até a divulgação insistente, pelos jornais, rádios e televisões, da grafia tradicional – 'Paraty' - que atende a aspirações que só merecem apoio.

Tal pressão da opinião pública, a nosso ver, não constituiria qualquer desrespeito às autoridades ou às leis, mas, ao contrário, até mesmo colaboração construtiva mercê da qual podia ser aferido o grau de uma aspiração, a sua extensão e profundidade no seio de uma comunidade, e a conveniência ou não de atendê-la dentro das exceções determinadas pela tradição.

Obter-se a consagração de grafias de nomes - que contrariem a ortografia nacional - por intermédio de lei, entretanto, nos parece um erro. No caso de nome "Bahia", não foi a lei que consagrou a grafia tradicional como exceção mas sim a notoriedade da tradição que levou a lei a reconhecê-la como exceção a uma regra geral. (...)

As idéias contidas no Projeto de Lei n. 25, entretanto, merecem a melhor atenção dos órgãos oficiais federais e estaduais, os quais devem estar permanentemente atentos às situações isoladas que inspirem estudos e soluções que atendam aos objetivos que visem preservar as tradições tão necessárias a uma nação" (www.paraty.com).

(2) O viajante alemão conta que recusou a gentileza, alegando que nem os animais comiam exemplares de sua própria espécie. Ao que o cacique respondeu prontamente: "Mas eu sou um tigre e isto aqui está muito gostoso".

(3) O castelhano Filipe Guillén, controvertida personagem que já havia sido preso como embusteiro, escreveu ao rei de Portugal, em 1550, dizendo que índios chegados a Porto Seguro – na Bahia, onde os portugueses atracaram quando descobriram o Brasil – haviam contado de uma serra resplandecente, no interior da floresta, conhecida como *sol da terra*, que despejava ao rio pedras amareladas chamadas de *pedaços de ouro*.

E despejava em tamanha quantidade que, com essas pedras, os índios faziam gamelas para dar comida aos porcos, pois acreditavam que elas traziam doenças e não as usavam em nada para si. Os índios também não ousavam ir além da serra, porque tinham medo de seu brilho. Em 1570, o cronista Pero de Magalhães Gândavo registrou essa fábula em seu *Tratado da Terra do Brasil* (Holanda).

(4) A Capitania de São Vicente incluía o território de Angra dos Reis, ao qual pertencia Paraty e também as vilas litorâneas (mais tarde) paulistas, entre elas a de São Vicente.

Entre 1574 e 1578, quando o Governo Geral do Leste e do Sul se estabeleceu no Rio de Janeiro, intensificaram-se as comunicações entre essa cidade, a vila de São Paulo de Piratininga e as povoações paulistas. E, desde o século 16, a ligação entre esses dois pontos foi articulada pela baía

de Paraty, onde se chegava por mar e de onde se seguia para o planalto por uma trilha indígena na serra do Facão, aos poucos conhecida como Caminho dos Bandeirantes.

A vila de São Vicente foi a primeira do Brasil, fundada em 1532 por Martim Afonso de Souza. Era uma vila de iniciativa privada, que atendia a uma política de colonização baseada na produção de açúcar para exportação. Mas o açúcar fracassou nessa vila, entre outros fatores, por problemas do solo e pelo transporte caro, devido à distância do Rio de Janeiro e aos riscos da viagem até lá por mar aberto (v.10).

Assim, a ligação com o Rio de Janeiro pela baía de Paraty deve ter acelerado também a migração de colonos da vila de São Vicente para a região de Angra dos Reis, expandindo suas culturas em sítios que oferecessem melhores condições de fixação e maior facilidade de comunicação com núcleos já instalados no planalto (Dossiê)

(5) Na escolha do local, o povoado observou critérios da colonização portuguesa da época. Um deles foi a existência de água potável, essencial para a subsistência da futura população e para o reabastecimento das embarcações de passagem. Outros foram a proximidade de terrenos próprios para o cultivo e a localização numa baía abrigada, que favorecesse a segurança e a comunicação com o litoral e o interior.

Quanto ao terreno elevado, foi elemento determinante na localização de cidades durante os séculos 16 e 17, por razões de defesa. E, no caso desse povoado, a defesa era contra os ataques dos índios guaianás (Dossiê).

(6) Angra dos Reis começou com um povoado na localidade de Vila Velha e, na fundação, teve definidos os seguintes limites: a leste, a margem direita do rio Itaguaí; a oeste, o cabo do Cairuçu; ao sul, o Oceano Atlântico e ilhas adjacentes e, ao norte, a Serra do Mar. Esses limites incluíam a atual região de Paraty. Em 1593, o povoado se elevou a vila como Paróquia dos Santos Reis Magos (Cury 2).

(7) Diz o lendário de Paraty que, na Toca do Cassununga, vive uma aparição chamada Corpo Seco. Trata-se de um homem que se viu a própria mãe e passou o resto da vida praticando maldades. Por isso, quando morreu, não foi acolhido nem por Deus nem pelo Diabo. A própria terra expulsou seu corpo e até hoje ele vaga por lá, na calada da noite, assombrando os passantes com a pele sobre os ossos. Também se diz que na Toca se reunia o Clube dos Luvás Negras, grupo ligado à Maçonaria, que tinha a missão de punir membros faltosos e executar inimigos da seita (Inventário, Mello).

(8) A primeira Matriz de Paraty foi construída em pau-a-pique, sobre esteios de madeira e coberta de sapé. Por isso, se arruinou em pouco tempo e os moradores ergueram outra semelhante, mais próxima à baía onde estava situada a vila. Cessada a ameaça dos guaianás, com sua dizimação quase total, foi possível a transferência do povoado para a várzea.

Essa transferência também foi possível porque, com o desenvolvimento da artilharia, as povoações ganharam segurança para ocupar terrenos planos, em sítios que oferecessem barreiras naturais aos ataques vindos do interior.

Além de se situar em terreno resultante de leque de aluvião, Paraty possuía mangues em volta do primitivo núcleo. Mais precisamente, o povoado se transferiu para uma sesmaria doada por D. Maria Jácome de Melo, que era devota de N.S. dos Remédios, daí a mudança na invocação da Matriz e, mais tarde, seu nome como vila (Seminário)

(9) Nesse mesmo ano de 1660, o governador do Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá, mandou abrir a estrada da serra da Bocaina, transformando o antigo caminho guaianá numa via de riquezas para a vila (Cury 2)

(10) O caminho marítimo entre o Rio de Janeiro e Paraty se dava por baía abrigada, mas, de Paraty às vilas paulistas, as embarcações teriam que enfrentar o mar aberto, além das pontas de Juatinga, em Paraty e do Boi, em Ilhabela, onde frequentemente ocorriam naufrágios. Por isso, apesar de extremamente difícil, o caminho por terra era mais seguro.

(11) As expedições paulistas, chamadas de bandeiras, têm sua raiz no insucesso da cana de açúcar na vila litorânea de São Vicente (v. 4).

Diante disso, os colonos se deslocaram para o planalto, onde se dedicaram à agricultura de subsistência, à criação de gado e chegaram a grandes plantações de trigo usando indígenas como escravos.

Mas, entre a metade e o fim do século 17, a escassez dessa mão-de-obra levou à decadência do trigo e a uma intensa busca de metais preciosos.

Em 1674, Fernão Dias Paes comandou uma bandeira à busca de prata e das esmeraldas de Sabarabuçu.

Foram três anos de buscas infrutíferas pelo sertão inóspito, marcados por doenças, mortes, sangrentos combates com índios, desistências de companheiros importantes e, diante de sua persistência na empreitada, uma conspiração contra sua vida, liderada pelo filho bastardo José Dias Paes, que ele mandou enforcar como exemplo.

Fernão Dias finalmente encontrou pedras verdes, mas não eram esmeraldas e sim turmalinas, de pouco valor. E morreu de febre palustre próximo a Sabará. Muitos não voltaram dessa expedição, fundando povoados em Minas Gerais e no vale do São Francisco, que serviram de apoio a outros bandeirantes (Vainfas).

(12) Movimentado porto comercial e escala para as minas, Paraty era, sobretudo, um lugar de passagem. Mas os viajantes também podiam ficar retidos na vila pelas fortes chuvas que caíam na região, inundando as extensas vargens que precedem a serra e impedindo o acesso à alta e íngreme encosta por onde passava a trilha do Facão, entre cerradas matas virgens (Cury 2).

(13) Segundo Samuel Costa, o edifício ficava na rua da Cadeia e sobreviveria até cerca de 1840.

(14) Nas palavras do governador do Rio de Janeiro, Luiz Vahia Monteiro, Paraty era “porto de mar e ficava à margem dele, situada na praia”. Por isso, ordenou a construção de um cais flanqueado que poderia servir como defesa, “no caso que os estrangeiros ou inimigos queiram fazer algum desembarque na dita vila”, embora só pudessem conseguir isso “com lanchas, por ser aquela enseada tão espreada, que na vazante da maré ficam essas embarcações todas em seco e os navios dão fundo tão afastado, que não podem com artilharia ofender a vila”(Cury 2).

(15) Tanto o Perequê-Açu como o Mateus Nunes ficavam distantes da vila e a população tinha que fazer cacimbas ou tanques de pedra para armazenar água potável. O rio não foi desviado para a localização atual, o que só veio a ocorrer em 1965, depois de várias outras mudanças de curso e sempre por causa das enchentes que se seguiram (Freire).

(16) Se a navegação entre Paraty e o Rio de Janeiro era relativamente tranquila, por ser abrigada, enfrentava, por outro lado, os corsários que ficavam de tocaia nas enseadas de Angra dos Reis, para atacar as embarcações da Coroa.

Um deles, o inglês Woodes Rogers, abordou em 1708 um navio português carregado de escravos para as minas e ouviu de um dos tripulantes que os lotes de ouro que passavam pela região eram frequentemente pilhados por corsários franceses que, certa vez, levaram mais de meia tonelada em lingotes.

Em 1710, um deles, Duguay-Trouin saqueou o Rio de Janeiro e só se retirou mediante um vultoso resgate, para o qual Paraty contribuiu com todo o açúcar de que dispunha, mercadoria valiosa na época.

Em 1714, o francês La Barbinais Le Gentil esteve em Paraty, fazendo negócios com um contrabandista local e deixou um relato sobre a vila e seus habitantes, mostrando que sabia muito bem das riquezas que passavam por ali (Cotrim).

(17) Logo em 1701, o Conselho Ultramarino recomendou que o rei de Portugal restringisse o acesso às minas, pois, “quanto mais forem os caminhos, mais descaminhos haverá”, ou seja, mais contrabando e sonegação de impostos.

Por isso, o antigo Caminho do Sertão foi proibido para o ouro em 1702 e liberado apenas para o gado que abastecia as lavras.

Em 1703, chegou a ser aberta uma Casa de Registro em Paraty, para cobrar o imposto sobre o metal transportado pela trilha do Facão. Mas, em 1710, foi aberta outra Casa, no Caminho Novo e o Caminho Velho foi fechado à circulação de ouro.

Não sem protestos. Nesse mesmo ano, comerciantes do Rio de Janeiro pediram permissão para ir às minas pelo Caminho Velho, porque o Novo ainda estava “lastimoso”. Em 1715, a população de Paraty pediu ao rei a reabertura do Caminho Velho, porque a vila havia crescido muito com o porto, o

comércio e o transporte de mercadorias e, além dos prejuízos econômicos, corria o risco de ser abandonada pela população.

O rogo foi atendido. Mas, em 1725, apesar de o Caminho Novo ser ainda uma estreita vereda, sem passagem para animais de carga nem postos de abastecimento, foi aberta outra via alternativa - o Caminho Novo da Piedade, entre Lorena e Santa Cruz, que ligou o Caminho do Sertão ao Caminho Novo, uniu São Paulo ao Rio de Janeiro e desviou o resto de ouro que ainda passava por Paraty – o das minas de Goiás e Mato Grosso, descobertas em 1715 e 1721.

Além do ouro, esse caminho passou a desviar da vila o abastecimento das minas. Mas, com a demanda cada vez maior de gêneros pela zona de mineração, a vila passou de simples entreposto distribuidor a produtor e exportador de alimentos, inclusive para o Rio de Janeiro. Em 1756, Paratyenses importantes ainda tentaram impedir o término do Caminho Novo, mas foram preprendidos pelo rei e, em 1767 as obras principais foram concluídas (Ribas, Dossiê).

(18) Paraty lutou do século 17 ao final do 19, para erguer sua Matriz. Enquanto isso, desde 1733 Ouro Preto ostentava a fabulosa Matriz de N.S.do Pilar, com 472 anjos em madeira e 434 quilos de ouro, inaugurada com um verdadeiro esbanjamento de riqueza pela lendária procissão do Triunfo Eucarístico (Souza).

(19) Diz Pizarro que, pelo caminho da serra, “conduzem os negociantes de São Paulo, em tropas, os efeitos das suas lavouras e outros gêneros comerciais do uso e consumo deste país, como os fumos, carne de porco, toucinhos etc. cujos produtos, tendo fartado o povo da vila e suas vizinhanças, dão carga suficiente a mais de 12 lanchas (...) que, girando na carreira da capital e dos portos mais distantes do norte e sul, levam juntamente o café, arroz, milho, feijão, aguardente e diversas espécies de comutação”.

Segundo Del Priore, a abertura do Caminho Novo não levou ao esvaziamento do porto de Paraty. Pelo contrário, esse porto continuou sendo um dos principais escoadouros de produtos para o vale do Paraíba e a região do rio das Mortes.

Pelas rendas da capitania de São Paulo, em 1801, verifica-se que os movimentos do porto de Paraty e do Registro de Pirai, no vale do Paraíba, equivaliam a 50% do verificado em Santos, o principal porto exportador paulista e o superavam na importação.

Pelo porto de Paraty é que se escoava para o Rio de Janeiro o fumo plantado em Baependi, no sul de Minas Gerais O fumo era um dos principais produtos trocados por escravos na Costa da Mina, na África, além da aguardente produzida em Paraty.

(20) “Vesti uma camisa listrada e saí por aí/Em vez de tomar chá com torrada, eu tomei *Paraty*”, diz, ainda no século 20, a popularíssima canção de Assis Valente.

(21)cf. Souza

(22)Esse quartel, que depois funcionou como delegacia de polícia, atualmente sedia a Biblioteca da cidade e o Instituto Histórico e Artístico de Paraty.

(23) Embora do gosto popular, carece de fundamento a idéia de que as ruas de Paraty paralelas à praia se arqueavam nas proximidades do cais para ocultar forças de defesa que viriam do interior da vila, no caso de uma invasão pirata. Na verdade, essas ruas se arqueiam para acompanhar o contorno da orla.

(24) Como não se sabe ao certo a localização da primeira e da segunda Matriz, também não se sabe qual foi a primeira rua da vila, normal à orla, que funcionou como eixo fundamental de urbanização.

Mas o eixo perpendicular à orla, que induziu o crescimento da vila em direção ao mar e à serra, no primeiro quartel do século 19, é a antiga rua da Ferraria, atual Comendador José Luiz. A atual rua da Lapa, que está na linha da serra, só ganhou importância no século 20, com a abertura da avenida Roberto Silveira.

(25) Nesse período, foi implantado um sistema de fortificação da costa que consistia na localização de fortes que protegessem a entrada da baía e se cobrissem uns aos outros, na técnica do fogo cruzado, como nos sistemas de defesa da Europa do século 18.

O esquema defensivo incluiu o forte da ilha da Bexiga, em 1818 e o Defensor Perpétuo, que seria reformado em 1836. Essas medidas completariam a bateria formada pela fortaleza da Patitiba e pelos fortes de Iticupé, Ponta Grossa, Ilha do Mantimento e Ilha dos Meros. A entrada da serra foi guarnecida por um quartel, junto à Casa de Registro (Cury 2).

(26) O calçamento de Paraty se iniciou por volta de 1800 e o grosso da obra se completou por volta de 1840, com a elevação da vila a cidade, mas o trabalho ainda se estendeu pelo século 20.

(27) Não tem documentação a afirmação de que os balcões trabalhados da Paraty do século 19 guardam influências francesas, trazidas de Paris pela elite do café. Aliás, nessa época os trabalhos em ferro batido vinham da Inglaterra.

Também não há nada que comprove a afirmação, muito difundida, de que as filigranas decorativas desses sobrados, bem como os três cunhais nas esquinas, ocultam significados maçônicos. A Maçonaria existia em muitos lugares, não especialmente Paraty e sempre foi conhecida pelo segredo, nunca pela ostentação de símbolos.

Assim sendo, é bem mais plausível atribuir as filigranas de Paraty a um gosto de época. E as disposições trianguladas, como a dos cunhais, têm mais a ver com as medições tradicionais portuguesas, ligadas à navegação.

(28) O mercado da vila ficava perto da atual Casa de Cultura e, antes de ir para a praça da Bandeira, foi transferido para o local da atual hospedaria Mercado de Pousos, no largo de Santa Rita.

(29) A partir de 1877, a cidade estagnou economicamente e os espaços dispostos em planta não foram mais preenchidos por construções, deixando uma profusão de terrenos baldios. E grandes setores definidos pelo traçado viário também permaneceram desocupados, por falta de desenvolvimento urbano que os justificasse (Dossiê).

(30) “Inúmeras rochas, ainda guardando suas marcas de explosão e grandes lajes retiradas jazem abandonadas, como se o trabalho tivesse sido suspenso de repente, o que coincidiria com a decadência do transporte pelo Caminho”, conta, com a dramaticidade natural dos fatos, o relatório do Projeto de Revitalização do Caminho do Ouro – Na trilha da História, elaborado pela arqueóloga Maria Luiza de Luna Dias.

(31) Pelo porto vinham itens como sal, vinho, azeite e bacalhau, que eram monopólio português e papel de escrita; ferragens e ferramentas; cutelaria, armas de fogo, chumbo e pólvora, que eram monopólio inglês.

No sentido inverso vinham produtos da terra, ouro e outros metais, diamantes e outras pedras, carnes salgadas, defumados e couros, que se somavam à produção de açúcar e à cachaça de Paraty (Dossiê).

“Por meio da análise dos estoques, pode-se conhecer a diversidade dos panos vendidos na colônia. Havia tecidos finos como o camaleão, damasco, crepe, tafetá de diversas cores usados nas casacas, vestes, saias e capotes e também os grossieros, como lona, baeta, bretanha ordinárias e chita, destinados às vestimentas dos escravos, por serem mais baratos e resistentes” (Del Priore)

(32) “Me parece evidente que as ruínas em questão não poderiam ser apenas a casa de moradia de algum excêntrico cidadão do Brasil colonial e imperial, que resolveu ir morar no meio do nada, na subida de uma serra escabrosa, chorada e temida por todos os viajantes, cercado por perfumes finos, louças e porcelanas inglesas, que bebia seu vinho de garrafas holandesas (...)

Ali residiu, muito a contragosto, o sr. Florêncio José Martins Zimblão, que gostava muito mais de ficar na corte do Rio de Janeiro, para onde sempre que podia escapava, do que em sua provedoria no meio do mato.

Mas que, quando tinha que ficar por lá, levava suas porcelanas, seus vilinhos e seus perfumes finos” (Ribas).

(33) O cônego Luís Vieira da Silva era considerado o homem mais ilustrado da Colônia. Sua biblioteca reunia obras em seis línguas sobre uma enorme variedade de temas, como História, Geografia, Física, Geometria, Astronomia e Ciências Naturais.

Entre essas obras estavam clássicos como a *Os Lusíadas*, de Camões, *Jerusalém Libertada*, de Torquato Tasso, *Summa Theologica*, de Santo Tomás de Aquino, *O Paraíso Perdido*, de Milton, a

Enciclopédia, de Diderot e D'Alembert e monstros sagrados como Virgílio, Horácio, Sêneca, Ovídio, Cícero, Santo Agostinho, Voltaire, Montesquieu, Racine, Corneille e Fenélon (Frieiro).

O Paratyense Salvador Carvalho do Amaral Gurgel, cirurgião formado no Rio de Janeiro, frequentou lojas maçônicas onde se pregava a rebeldia e foi a Ouro Preto, centro da mineração, para se juntar às idéias de seParatistas como Tiradentes.

Abortado o movimento revoltoso, Gurgel foi condenado à forca, mas a pena foi comutada em banimento para a África, onde morreu alguns anos mais tarde (Freire).

(34) cf. Holanda

(35) Segundo a pesquisa encomendada à Solving Consultoria em Turismo pela Secretaria de Turismo e Cultura da Prefeitura Municipal, em 2003, dos 280 mil turistas que visitam Paraty, 15% são estrangeiros; entre eles 20% de franceses, 10% de alemães e 10% de argentinos. No Brasil, os maiores pólos emissores de turismo para a cidade são Rio de Janeiro e São Paulo. O principal meio pelo qual se toma conhecimento de Paraty é o boca-a-boca entre amigos e parentes.

O turismo gera R\$ 92,5 milhões em divisas, dos quais 30% vêm dos turistas estrangeiros. Do total de turistas, 82% se hospedam na cidade, em média por cinco dias, gastando na estada uma média de R\$ 398. Entre os turistas estrangeiros, quem mais gasta são os norte-americanos, seguidos dos franceses.

A média de gasto do turista brasileiro é R\$ 352. A média dos turistas brasileiros é de bom nível sócio-econômico, com renda mensal acima de R\$ 2 mil. Os maiores gastos dos turistas se concentram no Sítio Histórico, que é considerado a maior atração da cidade, seguida das praias de Trindade.

A oferta técnica levantada pela pesquisa é de 227 hotéis e pousadas, 61 campings e 293 equipamentos de alimentação, sendo que quase 80% dos leitos e quase 50% dos equipamentos de alimentação se localizam na macro-região central. O número de estabelecimentos turísticos cresceu 14% ao ano, nos últimos três anos.

Outros dados, do Estudo da Demanda Turística Internacional 2003, feito pela Embratur, dão Paraty como a quinta cidade brasileira mais visitada, depois do Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Fortaleza. O estudo entrevistou 4.400 estrangeiros em visita ao Brasil e 2.700 rumo ao exterior, nos principais aeroportos internacionais do País e em regiões de fronteira.

(36) Em 1957, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN inscreveu no Livro de Tombo Histórico o forte Defensor Perpétuo. Em 13 de Fevereiro de 1958, inscreveu nos Livros: Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e das Belas Artes, o conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de Paraty e, separadamente, o edifício da Santa Casa.

Posteriormente, em 1962, inscreveu no Livro de Tombo Histórico a igreja Matriz e as capelas de N.S.das Dores, N.S.do Rosário e Santa Rita.

O conjunto arquitetônico e paisagístico de Paraty foi o primeiro bem inscrito levando em consideração, além dos valores arquitetônicos, os aspectos paisagísticos. Posteriormente, na década de 1960, a ênfase ao valor histórico fez com que as Igrejas fossem tombadas isoladamente.

O Governo Federal, atendendo ao apelo de diversas entidades, elevou à categoria de Monumento Nacional "o conjunto paisagístico do município de Paraty e, especialmente, o acervo arquitetônico da cidade", através do Decreto nº 58.077 de 24/ 03/ 1966.

A partir do Decreto, instaurou-se o processo de tombamento do patrimônio e, com a conclusão do Plano Diretor, o município foi inscrito nos Livros de Tombo: das Belas Artes e no Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, em 1/3/1974.

Na década de 1970, cresceu o tombamento de conjuntos urbanos no IPHAN, principalmente em termos da extensão. Os tombamentos de Porto Seguro e Paraty fortaleceram a concepção de que a preservação de bens deve ser uma atividade ampla, envolvendo a cultura e o meio ambiente (Dossiê).

.....

Introdução

Anexo

1. Traçados e moradas

Os espanhóis planejaram racionalmente a fundação e o crescimento de suas cidades segundo um código urbanístico do século 17, chamado *Leyes de Indias*. Por esse código, as cidades deveriam ter um traçado regular, com a malha de ruas projetada em xadrez a partir de uma praça quadrilátera principal – a Plaza Mayor.

Mas os portugueses já planejavam suas cidades desde a Idade Média, no período da Reconquista. Depois, aplicaram esse princípio durante o ciclo dos Descobrimientos e, a partir daí, adotaram cada vez mais os traçados regulares.

Informalidade

Nos séculos 16 e 17, as cidades regulares não proliferaram no Brasil por causa do modelo de colonização descentralizado e privado que a Metrópole adotava. As cidades só eram regulares quando a Coroa era obrigada a fundá-las, para defender a costa e dar apoio ao sistema de capitanias hereditárias.

Assim, havia dois tipos de cidades brasileiras, quanto ao traçado.

As *eruditas*, como Salvador, eram criadas pela Coroa e planejadas por engenheiros militares, por questões de segurança – tanto interna, com relação aos índios, como externa, com relação a ataques corsários e de nações inimigas, na guerra pelo domínio do Novo Mundo.

Já as *vernáculos*, como as vilas que pontilharam o litoral, eram criadas sem esses recursos técnicos, que ficavam a cargo dos donatários das capitanias.

Planejamento

Mas, a partir do século 18, com a ascensão do Absolutismo em Portugal, a Metrópole reviu sua política de colonização do Brasil, em consequência da descoberta de riquezas.

Com isso, as vilas passaram a ter um traçado regular, com um grande investimento da Coroa no ordenamento dos núcleos, tendo em vista uma ocupação planejada, mais controlada e mais eficiente do território.

Em meados desse século, as cartas régias passaram a informar os princípios diretores para a fundação de povoados, alguns dos quais podemos identificar em Paraty:

A primeira providência era a escolha do local da praça, em cujo centro seria erguido o pelourinho, símbolo da autoridade da Coroa. A segunda era a escolha do local da igreja e de edifícios públicos como a Casa de Câmara e Cadeia.

Os lotes destinados a residências deveriam ser demarcados em linha reta, garantindo uma disposição ordenada. O conjunto das casas deveria ter uma aparência uniforme

Iluminismo

A primeira referência ao traçado regular de Paraty está na Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil, de Manuel Aires do Casal. A linguagem do texto, escrito entre 1813 e 1817, segue os princípios científicos do Iluminismo europeu. A imagem civilizada de uma vila se dava com a ênfase em ruas retilíneas, praças bem delineadas e uniformidade dos elementos arquitetônicos.

Essa referência vai ser reafirmada por Pizarro, quando descreve a vila no final do século 18: “Demarcada e balizada desde o primeiro quartel do século, cresceu obedecendo a um traçado rígido que lhe proporcionou ruas bem delineadas, entrecruzadas”.

Geometria

Embora seu conjunto arquitetônico tenha a tipologia das cidades mineiras, a ocupação de Paraty se deu em função da topografia e da localização litorânea. Além do traçado regular, Paraty apresenta um sistema de defesa militar com fortificações no núcleo urbano, na baía e na serra, atestando uma presença importante de engenheiros militares que, provavelmente, contribuíram em seu planejamento urbano.

A geometria simples da composição urbana de Paraty é realçada por uma arquitetura que utiliza grandes panos cegos de alvenaria, simplesmente rebocados e caiados ou alternando cheios e vazios que imprimem na paisagem o ritmo característico da ação humana.

Clima

As filigranas decorativas, de meados do século 19, são percebidas apenas com a proximidade, quando o morador ou visitante se torna mais íntimo da cidade. Entre as construções do Centro Histórico, há exemplares das primeiras décadas do século 18, que se caracterizam pela robustez e simplicidade e uma grande maioria de meados do século 19, quando a vila foi elevada a cidade.

As construções se adaptaram às condições climáticas locais, marcadas pela temperatura alta e pelo alto índice de chuvas.

A maioria das casas térreas tem um grande corredor da frente aos fundos, para a circulação de pessoas e também do ar. Sob esse corredor, há canaletas de pedra para o escoamento da chuva, do pátio em direção à rua.

Planta

Grandes balcões passaram a ser guarnecidos com grades de ferro batido, principalmente nos sobrados

Nas residências térreas e no segundo piso dos sobrados, a sala de visitas ficava na frente. A sala de jantar ocupava o cômodo dos fundos e era o local de reunião da família. Na parte central, ficavam as alcovas.

Também se destaca, nas antigas residências de Paraty, a freqüência do *puxado* de serviços, prolongamento da construção que abrigava a cozinha, a despensa e outros compartimentos. Esses puxados se abriam para os pátios, graciosamente fechados com um desenho de caixilharia e pela serralheria rendada.

Unidade visual

É interessante observar o embasamento de pedra em todos os imóveis. A estrutura se compunha de pilares de pedra e cal, das paredes divisórias entre eles e, em geral, da fachada principal. As paredes internas eram de pau-a-pique e, às vezes, de estuque.

Os telhados tinham duas águas, eram cobertos por telhas de barro do tipo capa-e-canal e dispunham de beirais para proteger os muros da água da chuva, arrematados por suportes de madeira, telhas sobrepostas ou caixas de madeira ou estuque. As cumeeiras são paralelas ao eixo da rua.

Outra característica dos sobrados de Paraty é a assimetria entre os vãos do primeiro e do segundo pavimento, devido à construção em diferentes períodos e também à mudança dos alinhamentos.

Vãos

As plantas se distinguem pelo número de vãos da fachada. A porta da rua sempre conduz a um corredor ladeado pela sala de visitas e por alcovas. Se essas dependências ficam apenas num dos lados do corredor, têm-se uma casa de até três vãos. Quando as dependências ficam nos dois lados, a fachada tem mais de quatro vãos. Essa classificação indica, além da dimensão da casa, o poder aquisitivo de seus moradores.

A unidade entre os imóveis também é dada pela pintura dos batentes, com cores herdadas da tradição portuguesa como o ocre, o sangue-de-boi, o azul ultramar e o verde. O colorido de portas e janelas se destaca contra o branco das paredes caiadas e contra o verde da vegetação à volta (Cury 2, Reis, Dossiê).

2.

Sobre muares e pedras

É importante não se ter a falsa idéia de que a trilha do Facão foi calçada para transportar ouro em tropas de burros.

De 1700 a 1820 foram extraídas de 600 a 1.200 toneladas de ouro das minas, uma média de 5 a 10 toneladas por ano ou 13,6 a 27,3 quilos por dia, o que não justificaria um transporte por tropas.

Mesmo porque até o funcionamento pleno das casas de fundição - a partir de 1725, pouco antes do fechamento do Caminho Velho - o grosso do ouro circulou em pó.

E, a julgar pela população da Capitania de Minas Gerais na segunda metade do século 18, estimada em 400 mil habitantes em busca do metal - inclusive escravos, que acumulavam o que conseguiam - é absolutamente plausível que cada portador de ouro carregasse seu saquinho, inclusive para escapar da taxaçaõ das Casas de Registro.

Picada intransitável

Além disso, a primeira mençaõ a bestas de carga na trilha do Facão é de 1726, quando o governador Luiz Vahia Monteiro manda cobrar pedágio de homens e animais. Antes disso, o caminho da serra não passava de uma picada intransitável para animais: as viagens eram feitas a pé e os fardos e senhores eram carregados por escravos.

Não por menos, em 1701 o português Luís da Silva, enviado para trabalhar na Casa de Registro de Taubaté, não conseguiu subir pela trilha um engenho de fundição, porque o precário caminho não permitia animais de carga.

Igualmente revelador é o relato que D. Pedro Miguel de Almeida Portugal e Vasconcelos, o Conde de Assumar, fez de sua viagem entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais, em 1717, onde menciona um morador de Paraty, o Capitão Lourenço de Carvalho, como proprietário de “trezentos negros que lhe adquirem grande cabedal” com a condução de cargas serra-acima.

Bestas de carga

Por outro lado, segundo Sérgio Buarque de Holanda, cavalgadas e muares só surgiram nos caminhos da Colônia em meados do século 18.

Essa afirmação bate perfeitamente com o cuidadoso levantamento feito pela arqueóloga Maria Luiza de Luna Dias no *Projeto de Revitalização do Caminho do Ouro em Paraty – Na Trilha da História*, onde se descobriu que o calçamento mais antigo chega a ter as pedras arredondadas pela pisadura de muares, mas é de meados do século 18, quando o ouro não passava mais por Paraty, porque sua circulação pelo Caminho Velho já estava proibida desde 1733.

Rota do café

Assim, o calçamento mais antigo descoberto pela arqueóloga não teria sido feito para o ouro, mas, provavelmente, para o transporte cada vez mais intenso de mercadorias do Rio de Janeiro para as minas e da produção de alimentos do vale do Paraíba para o porto da vila, a essa altura já feito por tropas.

Ainda segundo a arqueóloga, o calçamento mais recente do sítio pesquisado é de meados do século 19, o que parece coincidir com as reformas na trilha feitas em 1838, a mando da Regência Trina.

Trata-se de uma cobertura muito mais elaborada, em diferentes padrões, com pedras quadradas obtidas de explosões sob controle, que parece ter sido feita de uma forma mais profissional e organizada, não só para resistir aos anos e às enxurradas, mas – aí, sim – para suportar o peso colossal de intermináveis tropas de muares carregando safras inteiras de café, que passaram a usar o caminho a partir de 1830 para escoar a produção de dezenas de fazendas.

3.

A arte do singelo

As imagens e altares que a cidade preservou dos tempos coloniais pouco têm a ver com o barroco de Minas ou do Rio de Janeiro, apesar de sua ligação histórica com esses dois centros de produção artística. Isso porque o ouro apenas passou por Paraty, sem deixar grandes riquezas e sem formar uma elite capaz de doar grandes somas a seus santos de devoção.

Entre 1700 e 1727, em pleno ciclo do ouro, Paraty fez parte de São Paulo. E, nos séculos 18 e 19, manteve uma intensa relação com os paulistas, não só escoando mercadorias pelo Caminho Velho, mas trocando com eles influências culturais e concepções estéticas. Por isso, a arte religiosa de Paraty está mais próxima de São Paulo, por onde o ouro também passou sem deixar grande riqueza.

Muitas imagens paulistas são de terracota, material mais rústico, que não permite trabalhos elaborados como os da madeira entalhada. Poucas igrejas paulistas têm altares dourados, mesmo no auge do ouro.

Na verdade, o grande tesouro dessas igrejas não está nas imagens ou nos altares, mas na prataria dos objetos litúrgicos, lavrados em prata portuguesa e doados aos templos ao longo dos anos. A mesma coisa acontece em Paraty, com a arte singela e expressiva que marca suas capelas e igrejas.

Capela de Santa Rita

A primitiva capela, fundada pelos homens pardos libertos em 1722, sob a invocação do Menino Deus, Santa Rita e Santa Quitéria, foi posteriormente reedificada e ampliada, provavelmente no final do século 18. É o templo mais antigo da cidade.

A fachada, de grande equilíbrio formal, segue o partido das igrejas jesuíticas, presente na quase totalidade de nossos templos: três janelas no coro e uma porta e o frontão pouco evoluído. Os emolduramentos da porta, janelas, do óculo, pilares e cunhais são em cantaria esculpida. As molduras dos vãos do campanário foram simplificadas, acentuando o aspecto arcaico de seu terminal, que é encimado por um galo de grimpá.

A planta é comum às igrejas do século 17: nave única, sem capelas laterais. O corredor lateral que serve de ligação entre a sacristia e o campanário é aberto para um pátio interno circundado por colunas toscas. O cemitério, em forma de columbário, foi construído posteriormente e ocupa uma das extremidades. A escada para o púlpito parte do corredor e no centro do pátio encontramos uma fonte de água, hoje em forma de poço.

Internamente, as tribunas e o coro são de madeira trabalhada. O altar-mór apresenta colunas salomônicas e, ladeando o frontão, os únicos anjos orantes dos altares de Paraty. A capela ainda tem dois altares laterais e lavatórios de cantaria.

Capela de N.S. do Rosário e São Benedito

Erigida em 1725, foi reedificada c.1757. Destinava-se aos escravos, que a levantaram e entalharam.

A planta é comum às igrejas do século 17: nave única, sem capelas laterais e apenas um corredor lateral, do qual saem as escadas para o coro e o púlpito, servindo também como ligação com a sacristia. Este padrão, comumente adotado nas igrejas paroquianas do século 17, também é utilizado em algumas irmandades.

A fachada é rústica e do mesmo gênero das capelas mineiras. As envasaduras estão dentro do esquema mineiro, com duas janelas no coro e uma porta, o óculo no frontão, que é triangular, típico das igrejas maneiristas dos séculos 16 e 17 e usado também em Minas Gerais em princípios do século 18. As vergas são em arco de círculo, característico do século 18, com a sineira lateral constituindo elemento arquitetônico similar.

Nos altares laterais de São Benedito e São João Batista, tem a mais importante talha das igrejas de Paraty, de sóbria elegância e unidade formal, destoando do altar principal, executado posteriormente. É de se notar, nesta capela, a base do púlpito em pedra e o adorno em forma de abacaxi no teto da nave, que serve de suporte para o lustre de cristal, caracterizando uma tropicalização dos elementos decorativos.

Capela de N.S.das Dores

Erigida em 1800, não havia sido concluída em 1820. Era freqüentada pelas senhoras da elite paratiense e vedava a entrada de negros e mestiços. Foi a capela da moda, no tempo do Império, por ser a mais nova. Foi reformada em 1901.

A planta segue o esquema das igrejas do século 18, com nave única e dois corredores laterais. A fachada provavelmente foi idealizada em duas torres, das quais só uma foi concluída. As envasaduras se enquadram no esquema das igrejas mineiras: duas janelas no coro e uma porta, embora sem o óculo do frontão, que naquelas é característico. As vergas curvas chegam a ser usadas no século 18 e as desta capela têm padieiras simples, o que lhes dá um aspecto bastante arcaico pra a data em que foi feita. O mesmo pode ser dito do frontão e do terminal do campanário, bulboso, porém de linhas não muito complexas.

No interior, o teto de madeira apainelado é considerado m valioso exemplar da marcenaria da época. Destaca-se também o rendilhado das sacadas e o lustre de cristal junto ao coro. Nos fundos, tem um columbário que circunda o pátio interno, com um poço central. A torre, como a de Santa Rita, é encimada por um galo de grimpa.

Matriz de N.S.dos Remédios

A atual edificação foi iniciada em 1787, sendo a terceira da vila. A primeira data de 1646 e a segunda foi concluída em 1712. Sua construção levou quase um século. A 7 de setembro de 1873, foi entregue ao culto, com a procissão de traslado das imagens da capela de Santa Rita, ritual que se mantém até hoje.

A planta deve resultar da alteração do partido mais freqüente do século 18: nave única e dois corredores laterais, compartimentados e ligados à nave central, transformando-a quase num partido maneirístico de nave única, com capelas laterais.

Quanto à fachada, provavelmente ocorreu o que se nota em outras igrejas do século 19: procurando a simplificação formal, mais de acordo com as tendências clássicas dominantes, o resultado foi um aspecto mais maneirístico do que neoclássico. É dividida por pilares e cunhais de cantaria, tem frontão triangular em linhas retas com óculo central e cruz de ferro. Sobressai-se no conjunto por sua imponência.

Destacam-se internamente o retábulo das capelas internas do século 18, provavelmente da edificação anterior e a pia batismal em mármore, do século 17. As janelas da nave e da capela-mor são em arco de círculo pleno, típico do século 19. São dignos de especial atenção as imagens da Semana Santa, em tamanho natural, de vestir ou de roca (Etsel, Dossiê).

4. Saberes e fazeres

As festas religiosas tiveram uma enorme importância nas antigas vilas brasileiras, principalmente entre os séculos 18 e 19, épocas do ouro e do café. Numa era de intensa religiosidade, as igrejas, a arte sacra e as cerimônias litúrgicas se uniram num grande espetáculo de fé, com missas solenes, procissões ricamente paramentadas, andores iluminados e alfaias de ouro e prata.

As ruas se enfeitavam com arcos de bambu, areia colorida e tapetes de flores. Panos de seda e adamascados eram colocados sobre os parapeitos das janelas e os balcões dos sobrados. A comunidade comparecia em peso às comemorações religiosas e, ao mesmo tempo, se dedicava a ruidosos folguedos, jogos e danças, numa mistura entre o sagrado e o profano que chegava a chocar os visitantes.

Patrocinadas por festeiros e organizadas pelos fieis, as festas eram um poderoso exercício de mobilização que reunia a comunidade em todos os níveis sociais e reafirmava crenças, práticas e valores caros aos cristãos. A Igreja, por sua vez, adaptou-se aos costumes da nova terra e, numa atitude sábia, assumiu como legítimas as expressões da fé popular. Por isso, muito dessas festas ainda existe em Paraty, dona de um invejável patrimônio cultural.

Quatro festas centralizam o calendário litúrgico de Paraty, envolvendo a cidade e suas diferentes comunidades: Divino, N.S.do Rosário e São Benedito, Semana Santa e a procissão de Corpus Christi.

Há, também, as popularíssimas festas juninas, dedicadas a Santo Antônio, São João e São Pedro, a procissão marítima de São Pedro e, no início do ano, a Folia e Reis. Outras festas, a de Santa Rita e a da padroeira da cidade, N.S.dos Remédios, são das respectivas igrejas.

Salve o Divino

Na festa do Divino, dedicada ao Divino Espírito Santo, um Imperador é entronizado com suas jóias, que são um cetro, uma coroa e seu pedestal. Essas jóias são do século 19, lavradas em prata portuguesa. Em seguida, assiste a um espetáculo de danças populares em sua homenagem, distribui doces para as crianças e solta um preso da cadeia.

Entre as danças a que ele assiste estão as dos Velhos, das Fitas, dos Arcos e a Jardineira, trazidas pelos colonizadores e algumas relacionadas à primavera, tempo de colheita e fartura originalmente comemorado pela festa em Portugal.

Entre os folguedos tradicionais está o do Boi, do Cavalinho e da Miota. Usando os chifres, o Boi defende a Miota, uma camponesa, das provocações das crianças e é morto pelo Cavalinho, que distribui suas carne ao povo. É uma variação do portentoso Bumba-Meu-Boi, encenado ainda hoje no norte e nordeste do Brasil.

O altar do Divino, montado na casa do festeiro para a adoração dos fiéis, guarda o resplendor e as jóias do Imperador entre castiçais de prata. É forrado com sedas, adamascados e enfeitado com flores e rendas vermelhas. Fica sob um dossel vermelho e o chão é forrado com folhas de canela, numa tradição portuguesa do século 18.

Junto ao altar ficam as bandeiras do Divino, entre elas a dos festeiros, as dos festeiros anteriores, as de comunidades rurais e famílias de fiéis e as da Promessa, atuais e anteriores, carregadas pela Folia e ornadas com fitas coloridas, flores e retratos, em tributo ao Divino e a graças alcançadas.

A Folia do Divino, trupe de músicos e cantadores que acompanha as procissões, antigamente percorria as roças com a bandeira da festa, recolhendo donativos para um banquete à comunidade. Há a crença de que a passagem da Folia espanta as enfermidades e traz a fortuna. Há, também, a idéia de que as pessoas atraem maus acontecimentos, caso recusem a visita da bandeira ou nada lhe ofereçam.

O grande banquete coletivo, com toques regionais no cardápio, ainda hoje é elaborado pelas senhoras da comunidade e oferecido a cerca de 5 mil pessoas.

Reis, flores e rojões

A festa de N.S.do Rosário e São Benedito é tradicionalmente comemorada pela comunidade negra, descendente dos antigos escravos, que ainda hoje vive em agrupamentos na periferia de Paraty.

No Brasil antigo, trazer os negros à Igreja era uma forma de unir suas diferentes nações sob um credo único; integrá-los a sociedade colonial, ainda que marginalmente e aliviar suas tensões com os senhores, trazidas pelo cativoiro.

Em tudo semelhante à festa do Divino, a festa de N.S.do Rosário e São Benedito coroa um rei negro, que sai em procissão vestido a caráter e carregando um cetro e uma coroa. A rainha leva um diadema de pedras, o pedestal da coroa e uma aia a acompanha com um guarda-sol, num sentido de reverência e proteção. A festa também tem distribuição de doces e danças tradicionais de raiz negra.

A Semana Santa, que lembra a morte e a ressurreição de Cristo, tem um de seus mais belos momentos na procissão do Fogaréu. À meia-noite, as luzes do Centro Histórico se apagam e as pessoas saem às ruas com tochas, entoando ladainhas em penitência e evocando a busca de Jesus pelos guardas do Templo, para levá-lo ao julgamento por Pilatos.

Na procissão de Corpus Christi, as ruas do Centro Histórico são cobertas por um tapete de flores e serragem colorida, formando ilustrações alusivas ao evento.

Nas festas juninas, temperadas com fogos de artifício, marcam presença duas heranças do tempo da cana: a doçaria de inspiração portuguesa e a aguardente, pura, em licores caseiros ou misturada com mel, melado, ervas e especiarias.

Marcam presença, ainda, a cozinha regional na forma de quitutes e a dança da quadrilha, que remonta aos minuetos da corte francesa. A cachaça, os doces e quitutes, leilões de prendas e folguedos também animam grandes festas de largo, realizadas em pátios abertos.

A procissão marítima de São Pedro, padroeiro dos pescadores, reúne embarcações enfeitadas de bandeiras num colorido cortejo do Cais Histórico à capela do santo, numa das ilhas da baía. A Folia de Reis, trupe de músicos e cantadores semelhante à do Divino, revive a visita dos Reis Magos à manjedoura de Cristo.

Introdução

Fontes

- Ávila, Affonso et al, *Barroco Mineiro, Glossário de Arquitetura e Ornamentação*, Cia. Editora Nacional, RJ, 1980
- Boxer, C.R., *A Idade de Ouro do Brasil*, Cia. Editora Nacional, SP, 1969
- Cotrim, Cássio Ramiro Mohallem, *Paraty: Um perfil de sua riqueza econômica*, in Vários, Julia Mann, uma vida entre duas Culturas, Estação Liberdade, SP, 1997
- Cury, Isabelle, (1) *A evolução urbana e fundiária de Parati do século XVII até o século XX, em face da adequação das normas de proteção de seu patrimônio histórico*, Universidade de São Paulo, FAU-USP, São Paulo, 2002, tese de mestrado.
- Cury, Isabelle (2) *Porto do Ouro, Evolução Urbana de Paraty, Seminário Paraty, Planejamento e Patrimônio Mundial*, Fundação Roberto Marinho, 2001
- Del Priore, Mary et al, *Revisão do Paraíso*, Campus, RJ, 2000
- Dias, Maria Luiza de Luna, *Projeto de Revitalização do Caminho do Ouro em Paraty*, 2002.
- Dossiê Paraty Patrimônio Mundial*, Paraty, RJ, 2002
- Etzcel, Eduardo, *O Barroco no Brasil*, Edusp, SP
- Friero, Eduardo, *O Diabo na Livraria do Cônego*, Itatiaia/Edusp, SP, 1981.
- Freire, José Carlos de Oliveira, *Crônicas de Paraty*, Velha Lapa, RJ, 1998
- Galvão, Gilberto e Calaza, Eliane, *Paraty, Guia Essencial*, Usina de Texto, SP, 2003
- Holanda, Sérgio Buarque de, *Visão do Paraíso*, Brasiliense, SP, 1994
- Holanda, Sérgio Buarque de, *Caminhos e Fronteiras*, Cia. das Letras, SP, 2001
- Inventário da Oferta Turística de Paraty*, Flumitur, RJ, 1986
- Mello, Diuner, *Paraty, Roteiro do Visitante*, Paraty, RJ, 2002
- Mello, Diuner, *Paraty e a maçonaria, monografia*
- Pizarro e Araújo, J.S.A., *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, in Tricentenário de Paraty, Notícias Históricas, Publicações da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, RJ, 1960
- Reis Fo, Nestor Goulart, *Quadro da Arquitetura no Brasil*, Perspectiva, SP, 1970
- Ribas, Marcos Caetano, *A História do Caminho do Ouro em Paraty*, Contest, Paraty, RJ, 2003
- Rodrigues, José Wash, *Casa de Moradia no Brasil Antigo*, Revista do IPHAN, no. 9, RJ
- Tavares, Themilton, *Festa do Divino Espírito Santo em Paraty*, s/i
- Souza, Marina de Mello e, *Parati, a Cidade e as Festas*, UFRJ, RJ, 1994
- Vainfas, Ronaldo, *Dicionário do Brasil Colonial*, Objetiva, RJ, 2000
- Vasconcelos, Diogo de, *História Antiga de Minas Gerais*, Itatiaia, BH, 1999
- Vasconcellos, Sylvio de, *Vila Rica*, Perspectiva, SP, 1977



Caracterização das áreas

1.1. Áreas candidatas a Patrimônio da Humanidade

1.1.1. Paisagem

O município de Paraty fica na região de Ilha Grande, ao sul do Estado do Rio de Janeiro e ocupa uma área de 937km². Seus limites são, ao norte, o município de Angra dos Reis, no mesmo Estado; ao sul e a oeste com os municípios de Ubatuba e Cunha, ambos no Estado de São Paulo e a leste com a baía de Paraty, no Oceano Atlântico. A cidade de Paraty fica na baía do mesmo nome, protegida pela Serra da Bocaina a sudoeste e pelo maciço do Cairuçu ao sul.

Paraty é abraçada pela Serra do Mar, que se estende por mais de mil quilômetros da costa brasileira, paralela ao Oceano Atlântico, destacando-se na paisagem pela cobertura florestal e como a grande muralha dos planaltos do interior, que em muitas áreas se desdobra em serras marginais como a da Bocaina, em Paraty. A Serra do Mar está inscrita como Patrimônio Nacional na Constituição da República Federativa do Brasil (1).

1.1.2 - Caminho do Ouro

Durante mais de dois séculos, a trilha do Facão, primitiva ligação entre Paraty e Cunha, foi um próspero caminho de comércio, de bens econômicos e de idéias, por onde passaram o ouro, no primeiro quartel do século 18; a aguardente, a partir de meados do século 18 e o café, no segundo e terceiro quartéis do século 19, além de todo tipo de mercadoria, de gêneros alimentícios a produtos importados; milhares de escravos para as minas e fazendas de café e de viajantes para as minas, o planalto e o sertão, transportando modos de vida, visões de mundo, idéias, saberes e fazeres que contribuíram para a riquíssima diversidade cultural dessas regiões (v.Introdução).

Abandonado à mata, porém, no final do século 19, a trilha foi coberta por um manto de sedimentos de até meio metro de altura, até 2002, quando um pequeno trecho, com o calçamento de pedras praticamente intacto, foi revelado por uma prospecção arqueológica. Mas a maior parte ainda está abandonada, sem mapeamento ou sequer reconhecimento e foi esse abandono que o salvou da destruição durante esse tempo. Mas, por outro lado, sua passagem por várias propriedades particulares e seu cruzamento pela estrada Paraty-Cunha o colocam em extremo risco de dilapidação, com o uso das pedras do calçamento nas construções adjacentes e com edificações sobre ruínas históricas que dele fazem parte.

Por isso, é de vital importância o reconhecimento dessa trilha como Patrimônio Mundial, como garantia de sua preservação, de seu estudo por pesquisadores e de sua utilização sustentável pelo turismo cultural.

A área da trilha do Facão incluída na candidatura do município a Patrimônio Mundial, denominada Caminho do Ouro, se inicia do Marco do Caminho do Ouro, no bairro Penha a 8,5 km de Paraty (S 23° 12' 9" W 44° 47'6") e segue serra acima por cerca de 11.700 m, até a divisa com o Estado de São Paulo (S 23° 10'03" W 44°

50'39"”), delimitada por uma faixa de 120 metros de largura, 60 metros para cada lado do eixo central (2).

1.1.3 - Sítio Histórico e Forte Defensor Perpétuo

O Sítio Histórico de Paraty foi implantado em uma planície aluvional, ao nível do mar, entre as embocaduras dos Rios Perequê-Açu e Patitiba, hoje Mateus Nunes. Seus limites são os bairros de Fátima, a oeste e da Patitiba, a sudeste. Na outra margem do Perequê- Açu, ao norte, fica o hospital da Santa Casa de Misericórdia. O forte Defensor Perpétuo também fica ao norte do sítio histórico, no alto da antiga ponta da Defesa, onde se instalou o povoado que deu origem à cidade.

O Sítio Histórico de Paraty que pleiteia nomeação como Patrimônio Mundial concentra um traçado urbanístico que se desenvolveu entre os séculos 17 e 19 e um conjunto arquitetônico de moldes portugueses erigido entre os séculos 18 e 19. Esse sítio, classificado como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1958, pelo Processo nº 563-T-57 e sua área, definida pela Portaria nº 10 de 24/09/1981, vai desde a margem direita do Perequê-Açu, ao norte, até a rua Fresca, a leste, de onde segue para o sul, contornando a atual praça da Bandeira, o largo de Santa Rita e o beco das Canoas, de onde segue pela atual rua Domingos Gonçalves de Abreu, a oeste, até encontrar novamente o rio Perequê-Açu. Integra essa zona-núcleo o sítio onde se encontra o forte Defensor Perpétuo (v.figuras).

O sítio do forte Defensor Perpétuo, por sua vez, se limita ao norte pela foz do rio Jabaquara, antiga foz do rio Perequê-Açu, de onde contorna o mar até a estrada do Forte Defensor Perpétuo, que leva ao monumento, passa ao largo dos terrenos da colônia de pescadores e encontra de novo a foz do rio Jabaquara. O Forte foi classificado como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1957, pelo Processo nº 532-T-57.

1.2 – Áreas de amortecimento

1.2.1 - Paisagem

Área 1

Cidade de Paraty e Ilha dos Pombos

Além da área edificada e urbanizada do Sítio Histórico, esta zona compreende o cordão arenoso em frente, conhecido como Terra Nova; a orla marinha entre o manguezal da Boa Vista, ao sul e a praia do Pontal, ao norte; o morro do Forte, a praia do Jabaquara e a ilha dos Pombos, bem como os ambientes marinhos circunscritos numa faixa de 500 m a partir da linha de costa.

Área 2

Esta área abrange a maior parte da zona urbana de Paraty; a baía de Paraty, incluindo as ilhas Bexiga, Duas Irmãs, Itu, Rasa, Cahorros, Pombos, Malvão, Micos, Sapecá, Comprida, Araújo e Mantimento; os manguezais do Jabaquara, a planície situada entre essa praia e a rodovia Rio Santos, a Boa Vista com seus manguezais e toda a orla marinha entre a Ponta Grossa e o pontal rochoso em frente à ilha do Ventura.

Outra porção desta área é constituída pela Zona de Vida Silvestre da Área de Proteção Ambiental do Cairuçu e pelo território do Parque Nacional da Serra da Bocaina, situado no município de Paraty, com exceção da sua Zona Histórico - Cultural, na região do Caminho do Ouro e da estrada Paraty Cunha, que fazem parte da Zona de Amortecimento¹.

Área 3

É a região do município de Paraty situada entre o Parque Nacional, a Zona de Vida Silvestre da APA, a linha de costa e suas demais ilhas, excluída a região urbana e a baía de Paraty. Inclui as localidades de Trindade, Laranjeiras, Sono, Ponta Negra, Cajaíba, a margem direita do Saco do Mamanguá, a região da enseada de Paraty Mirim, e o vale do rio Mambucaba. Ao norte, inclui as localidades de Tarituba, Barra Grande, Graúna, Taquari, Praia Grande, São Roque e São Gonçalo.

1.2.2 - Caminho do Ouro

Área Única

Composta por uma faixa de 120 metros de cada lado da zona core do Caminho do Ouro, que vai do Marco do Caminho do Ouro, no bairro da Penha, ao Parque Nacional da Serra da Bocaina, onde forma um dos trechos de sua Zona Histórico-Cultural, situada entre a divisa com o Estado de São Paulo; os rios da Estiva Preta e do Sertão, formadores do Perequê Açu, ao sul; o rio formador do Pedra Branca, ao norte e a divisa do Parque na região da Penha, em torno da cota 600.

1.2.3 - Sítio Histórico e Forte Defensor Perpétuo

Área 1

Compreende a zona de proteção ao Bairro Histórico, definida pelo IPHAN no Plano Diretor de Paraty, em 1996 e o edifício do hospital da Santa Casa de Misericórdia. Nessa zona há áreas de preservação permanente, onde não é autorizado qualquer tipo de construção e áreas onde as construções são permitidas, mas restritas a apenas um pavimento.

Área 2

Compreende a área de expansão urbana definida na Lei Municipal nº 608/81 e ratificada pela Portaria nº 10/81 do IPHAN, situada entre a Rodovia Federal BR-101 - Rio-Santos e o mar, do local denominado Corumbê até a localidade de Boa Vista. Nessa área é permitido edificar no máximo dois pavimentos, restrição que se estende ao resto do Município.

1.3 – Estado atual de conservação

1.3.1. Paisagem

Cobertura florestal

O Parque Nacional da Serra da Bocaina se localiza na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, abrangendo os municípios de Angra dos Reis, Paraty, Ubatuba, Cunha, Areias e São José do Barreiro. Com 104 mil hectares, é a maior unidade federal de proteção integral da Mata Atlântica no Brasil.

Sua maior importância regional consiste em integrar extenso corredor contínuo de Mata Atlântica entre Rio de Janeiro e São Paulo, abrigando no Planalto da Bocaina as cabeceiras do Rio Paraíba do Sul, cuja bacia abastece as cidades do Vale do Paraíba e Rio de Janeiro.

A face atlântica da Serra do Mar apresenta escarpas rochosas que se inclinam abruptamente em direção ao litoral entre Paraty e Angra dos Reis, todo recortado em pequenas praias e baías. E se desdobra na serra da Bocaina, rasgada pela antiga trilha do Facão e cortada pela estrada Paraty-Cunha, que integra a Área de Amortecimento 1 do Caminho do Ouro. Os rios nascem na Serra e descem encachoeirados pelo leito rochoso. Alguns deles, como Puruba, Mambucaba, Bracuí, Perequê Açu e Mateus Nunes, formam extensas planícies utilizadas na expansão urbana e agropecuária.

O clima é tropical úmido, nas encostas e tropical de altitude, na região do planalto da Bocaina, com temperaturas médias anuais entre 21 a 23°C na face litorânea e uma média regional de precipitações de 1700 mm por ano.

A área do Parque Nacional da Serra da Bocaina compreende grande variedade de altitudes, climas e relevos, que formam diferentes ecossistemas, nichos e refúgios ecológicos e apresentam uma cobertura vegetal ainda não totalmente estudada. Podemos afirmar, portanto, que o território do Parque Nacional da Serra da Bocaina dispõe de um dos maiores índices de biodiversidade dentre as unidades de conservação da Mata Atlântica no Brasil.

Cerca de 85% da área do Parque é recoberta por Floresta Ombrófila Densa, constituída principalmente por formações secundárias. A Floresta Ombrófila Densa Submontana fica entre 50 e 700 m de altitude, e ocupa cerca de 26% do Parque. Nas encostas mais altas e nas escarpas voltadas para o mar, encontram-se as formações mais exuberantes da Mata Atlântica, com árvores que alcançam de 24 a 28 m de altura, destacando – se o jequitibá, o cedro e a massaranduba.

Já no alto dos planaltos e da serra, na faixa em torno de 600 e 1.500 m, concentra-se boa parte das florestas primárias, com predomínio da Floresta Ombrófila Densa Montana, que ocupa cerca de 54% da área do Parque. Neste ambiente foi descrita recentemente uma nova espécie de bromélia, a *Fernseea bocainensis*, endêmica do altiplano da Bocaina.

As áreas desmatadas ou em estágio inicial de recuperação estão na porção norte do Parque, em grandes pastagens que se originaram no período carvoeiro, na década de 50. Ao sul, pelas escarpas, essas áreas se reduzem a pequenas manchas ao longo dos vales abertos, trilhas consolidadas, estrada Paraty/Cunha, Toca do Ouro e Coriscão.

Fauna

Foram listadas no Parque Nacional da Serra da Bocaina 40 espécies de mamíferos terrestres e 294 de aves, com 10 espécies de mamíferos e 12 de aves ameaçados de extinção. Cinco espécies de mamíferos são endêmicas da Mata

Atlântica: ouriço-cacheiro (*Sphiggurus villosus*), sagüi-da-serra-escuro (*Callithrix aurita*), bugio (*Alouatta fusca*), macaco-prego (*Cebus apella nigritus*) e mono-carvoeiro (*Brachyteles arachnoides*), o maior primata das Américas.

As florestas situadas ao longo da Serra da Bocaina favorecem a concentração da grande maioria das espécies de mamíferos, com destaque para felinos como a jaguatirica (*Leopardus pardalis*), a onça-parda (*Puma concolor*) e outros mais raros, como o gato-do-mato-pequeno (*Leopardus tigrinus*) e a onça-pintada (*Panthera onça*), cuja ocorrência é confirmada por moradores de Trindade e Patrimônio, na divisa entre São Paulo e rio de Janeiro. São raros os registros de anta (*Tapirus terrestris*), o maior mamífero brasileiro.

Das espécies de aves, 44% são apontadas como espécies endêmicas do Domínio Atlântico, podendo-se destacar entre outras o macuco (*Tinamus solitarius*), a jacutinga (*Pipile jacutinga*) e a sabiá cica (*Triclaria malachitacea*) como raras e ameaçadas de extinção.

No trecho da estrada Paraty-Cunha, entre as cotas 650 e 1.000 m, a aplicação do método de Avaliação Ecológica Rápida pela equipe do Plano de Manejo do Parque Nacional permitiu registrar 112 espécies de aves, sendo 53 delas (47,3%) endêmicas do Domínio Atlântico. Deste total, 9 espécies estão presumidamente ameaçadas e 1 ameaçada de extinção: o sabiá-cica (*Triclaria malachitacea*) (Collar et al., 1.992; Wege and Long, 1.995). Entre as 112 espécies, 6 podem ser consideradas indicadoras de ambiente florestal contínuo no Domínio Atlântico: *Pionopsitta pileata*, *Triclaria malachitacea*, *Campephilus robustus*, *Chamaeza meruloides*, *Carpornis cucullatus* e *Ilicura militaris*.

Esta área apresenta alto valor histórico e estético, bem como precioso recurso educacional e de pesquisa científica. O traçado da Paraty-Cunha deve ser entendido como estratégico para a educação ambiental, o ecoturismo e a conservação da Mata Atlântica, um exemplo de uso que atenda às necessidades do fluxo regional e de preservação do Parque Nacional.

Já a área da APA de Cairuçu possui especial importância, devido a presença, em seus limites, dos diversos tipos de vegetação da mata atlântica meridional. Isto ocorre devido a grande diferença altitudinal abrangendo desde áreas de restinga e matas paludosas ao nível do mar até matas de neblina e o pico do Cairuçu.

Nas áreas mais baixas estão os habitats de influência fluvio-marítima como as áreas de praias, costões rochosos, brejos salobros, restingas e mangues. Adentrando-se o interior começam a aparecer formações florestais ocorrendo nas áreas de solos inundáveis pequenos trechos de matas paludosas e nas de solo profundo e seco entre os terrenos costeiros e a encosta abrupta, reduzidos trechos da floresta de planície.

Áreas de Amortecimento

Área 1

Baía de Paraty

A primeira visão de Paraty, para quem vem do mar, é a da capela de Santa Rita, do casario da rua da Praia, da capela de N. S. das Dores e da Matriz, emoldurados pela serra da Bocaina. O artista francês Jean -Baptiste Debret, que esteve no Brasil no século 19, pintou esse quadro em 1824. Pintou, também, a grande pedra coberta por uma franja de folhagens que se vê da Praia do Pontal à esquerda, junto ao morro do Forte, onde se instalou o povoado que deu origem à cidade.

A paisagem natural está razoavelmente preservada no morro do Forte e bastante degradada na orla, devido ao acúmulo de sedimentos trazidos pelos rios Perequê-Açu e Matheus Nunes, situação que se agrava em frente ao Sítio Histórico, onde a barreira formada pelo cais provocou o aparecimento de um acrescido de marinha denominado Terra Nova.

Em frente ao antigo mercado há uma prainha alcançada somente por canoas. Entre o Sítio Histórico e o bairro Ilha das Cobras existe um fragmento de mangue, que serve como um pequeno cinturão verde. Mas esse bairro, que vem sofrendo pressões de uso e ocupação, pode dar origem a outra Terra Nova. A qualidade da água não é boa, no local, pois nela desembocam todos os efluentes domésticos da cidade, expelidos pelo Sítio Histórico e trazidos pelos rios e pelas ruas.

Área 2

Baía de Paraty

Desde a abertura da rodovia Rio Santos, em 1974, observou-se um progressivo crescimento da cidade de Paraty. A região costeira, antes habitada por pescadores, passou a ser ocupada por residências de veraneio. As ilhas, antes desertas, passaram a abrigar bares, restaurantes e mansões.

A floresta ainda predomina na região, mas a construção de marinas na região litorânea conhecida como Boa Vista, de residências no costão rochoso e o adensamento urbano em localidades como a ilha do Araújo, a Praia Grande e Guerra já causaram alterações na imagem pintada por Debret.

Os canhões do Bom Jardim, a roda de ferro da praia do Engenho, o casarão da Boa Vista e os bandos de biguás, trinta réis e gaivotões que habitam ilhotas e lajes ainda nos remetem a um tempo antigo, em que pescadores traziam meros, lulas, garoupas e robalos enormes, muita tainha, muito camarão e até lagosta. Mas a especulação imobiliária, o turismo predatório, a pesca de arrasto e os efluentes da cidade vêm empobrecendo a baía, sua paisagem e sua fauna marinha. .

Já a porção incluída na Zona de Vida Silvestre da APA de Cairuçu e no interior do Parque Nacional da Serra da Bocaina é quase totalmente recoberta pela Floresta Ombrófila Densa, em vários estágios de regeneração, mas sobretudo naqueles mais avançados.

Área 3

Nesta área se encontram as praias de Paraty, as ilhas fora do perímetro da baía, as comunidades caiçaras e os bairros rurais. A densidade populacional do município chega a 32 habitantes/km², mas a ocupação se concentra nas praias de Trindade, Laranjeiras, Sono, Ponta Negra, Cajaíba, Saco do Mamanguá, Paraty Mirim, Guerra, Tarituba e Mambucaba, estendendo-se para o interior no vale do rio Mambucaba e ao longo dos rios Carapitanga, Paraty Mirim, Mateus Nunes, Perequê Açu, Barra Grande, Taquari e São Gonçalo.

A região da APA de Cairuçu, que ocupa quase 1/3 do município de Paraty foi mapeada a partir de fotos aéreas de 1995 e imagem de satélite de 2000; o uso de seu solo foi amplamente discutido e resultou em cartografia que delimita as áreas para ocupação e aquelas para proteção.

1.3.2. Caminho do Ouro

O Caminho do Ouro fez de Paraty a primeira rota para a colonização do interior. Este caminho foi construído com a participação de todos os brasileiros, começando pelas nações nativas representadas pelos Goiamimins que abriram a primeira passagem e depois, pela engenharia dos portugueses e negros que entraram com o suor e fizeram o trabalho físico de calçar e cuidar.

O calçamento, em pedra seca, possui trechos de até 10m de largura, muros de arrimo de até cinco metros de altura que acompanham as curvas de nível da serra, marco de sesmaria; sistema de escoamento de águas pluvias com drenos e bueiros em cantaria – uma especialidade portuguesa e uma ponte de sete metros e meio, com guarda-corpo e pingadeiras para preservar a estrutura.

Ao longo do percurso se identificam vestígios do Registro do Ouro da Cachoeira e ruínas da Casa do Regimento, com total visibilidade da cidade de Parati e da Ilha do Mantimento, onde aportavam as embarcações vindas do Rio de Janeiro.

Os trechos mais preservados do Caminho provavelmente são os mais recentes, de meados do século 19 e estão próximos ao campo de futebol do bairro do Souza e dentro do Sítio Histórico Ecológico do Caminho do Ouro, no interior do Parque Nacional.

Nesses trechos, o calçamento é feito com grandes lajes, obtidas da explosão controlada de rochas, que formam três desenhos básicos. Um deles é a *capistrana*, onde grandes lajes ficam no centro do calçamento, como nas ruas de Paraty e, provavelmente, cidades contemporâneas. Outro é o *enxaimel*, onde elas ficam em X, com lajes menores no centro. O terceiro é o *emoldurado*, com lajes grandes ou média nas beiradas e menores no centro.

O sistema de drenagem é excepcionalmente bem construído e o sistema construtivo aparenta ser do século 19, mantendo semelhanças com a Estrada Real, no trecho entre Ouro Preto e Ouro Branco, no Estado de Minas Gerais, que foi reformado a mando de D. Pedro I, primeiro imperador do Brasil, logo após sua coroação.

O trecho menos preservado do calçamento, acima do bairro Penha, provavelmente é o mais antigo, de meados do século 18. O granito é mais poroso e granuloso e as grandes lajes dão lugar a pedras menores, muitas delas seixos médios rolados, apanhados em águas encachoeiradas e com marcas de ferraduras de muare.

Nesse trecho do Caminho, o sistema de drenagem se encontra falho, porque as enxurradas levaram partes do calçamento, criando depressões.

Outros trechos do Caminho do Ouro revelados pela prospecção arqueológica foram construídos no século 18 e reformados ou reconstruídos no século 19, o que é possível constatar pela coexistência dos dois tipos de calçamento apontados, além de travamentos entre as pedras realizados por ferraduras.

Nesses trechos, grandes rochas ainda guardam marcas de explosões e lajes retiradas jazem pelo chão, como se o trabalho houvesse sido suspenso antes de finalizado, o que coincide, segundo documentos históricos, com a decadência do Caminho como via de transporte de bens e mercadorias.

Achados arqueológicos

A prospecção do Caminho também revelou grandes rochedos de onde se descortinam todos os arredores, até a baía de Paraty. Esses rochedos eram utilizados como mirantes pelos militares encarregados de evitar o contrabando e a sonegação de impostos sobre as mercadorias transportadas. No trecho estudado há cerca de seis mirantes, mas as referências históricas levam a crer que havia apenas dois vigias, com um sistema de comunicação entre si, através de espelhos, bandeirolas, tiros de mosquete ou apitos.

No entorno do Caminho do Ouro também se localizam dois marcos, próximos um do outro, com padrões semelhantes e identificados popularmente como *marcos de sesmaria*. São afloramentos rochosos de granito parati, em tudo semelhantes aos descritos acima, mas com uma cruz em pedestal gravada em baixo relevo com instrumento perfurante.

Além dos marcos de sesmaria, o sítio apresenta um conjunto de pesados alicerces de pedra de 6m de extensão por 1,60m de altura, identificados como as ruínas do Pouso do Souza, antiga estalagem onde, segundo os documentos, se hospedavam fidalgos e damas dos séculos 18 e 19, em viagem para o interior ou o litoral.

O material coletado no trecho entre o bairro do Penha e o Pouso do Souza consiste em achados dispersos, sem conteúdo estrutural de permanência em local algum, como metais, vidros, cerâmicas e outros. Já na antiga casa do Provedor do Registro, a pesquisa revelou, além desse tipo de material, todo um aparato para cobrar impostos (3).

1.3.3 – Sítio Histórico e Forte Defensor Perpétuo

O Sítio Histórico de Paraty se caracteriza por uma elevada coerência formal, um denso espaço construído e frentes de ruas contínuas, compondo quarteirões dissemelhantes, mas linearmente delimitados.

A tipologia arquitetônica é de grande uniformidade. Os imóveis foram construídos essencialmente entre meados do século 18 e meados do século 19 e estão bem preservados, sem adulterações relevantes. Por outro lado, as edificações não têm um caráter excepcional, se analisadas isoladamente, mas sim enquanto células de um organismo morfológicamente coerente.

O espaço edificado conjuga a casa térrea e o sobrado. Alguns sobrados do século XIX se destacam pela inserção de pormenores arquitetônicos notáveis, tanto nos trabalhos de madeira e ferro forjado, como nos frisos e pilastras ornamentados. A intensa luminosidade das paredes caiadas é amenizada pelo verde da serra, que faz pano de fundo.

Não há edifícios públicos que se destaquem dos restantes, porque o conjunto é extremamente homogêneo, inclusive nos materiais e técnicas utilizados. Os grandes elementos de destaque são os templos religiosos, seja pela volumetria, pela localização ou mesmo pelos materiais utilizados.

As primeiras medidas de proteção ao conjunto arquitetônico e urbanístico de Paraty foram tomadas em 1945, quando a cidade foi declarada Monumento Estadual do Rio de Janeiro. Desde então, medidas como a nomeação como Monumento Nacional, em 1966 e um conjunto de leis municipais vêm garantindo a preservação desse patrimônio.

De acordo com o Registro Multimídia do Patrimônio, realizado pela Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais de Lisboa/Portugal, o Inventário do Patrimônio Arquitetônico de 2003 registrou cerca de 450 imóveis no Sítio Histórico, 370 em bom estado de conservação, 65 em estado razoável e 11 em mau estado.

1.4. Políticas e programas de promoção das áreas

Calendário Cultural

A Prefeitura Municipal de Paraty, através da Secretaria de Turismo e Cultura, promove todo ano um calendário turístico-cultural, onde se destacam eventos institucionais, ligados às tradições da cidade e eventos não-institucionais, voltados à difusão da cultura. Entre eles se destacam:

a)Eventos institucionais

>Folia de Reis

Trupe de músicos populares celebra o nascimento de Jesus, em janeiro.

>Carnaval

Blocos, mascarados e escolas de samba locais saem às ruas na festa tradicional, em fevereiro

>Semana Santa

Missas e procissões lembram a paixão, a morte e a ressurreição de Cristo, em abril.

>Procissão do Fogaréu

Fiéis saem à noite com tochas, lembrando a busca de Cristo pelos guardiães do Templo, na Semana Santa.

>Festa de São Benedito de Campinho

A comunidade negra de Campinho, descendente de escravos, celebra seu santo de devoção, em abril.

>Festa do Divino

Fiéis celebram o Divino Espírito Santo, em uma das festas religiosas mais importantes e tradicionais da cidade, em maio.

>Procissão de Corpus Christi

A cidade cobre o chão com um tapete de flores para receber o corpo de Cristo, em maio

>Festival do Camarão

A temporada de pesca do camarão é comemorada com um evento culinário na ilha do Araújo, em junho

>Festa de São Pedro e São Paulo

Pescadores da ilha do Araújo celebram seus santos de devoção, em junho

>Procissão Marítima de São Pedro

Pescadores homenageiam seu padroeiro em procissão de barcos enfeitados, em julho

>Festa de Santa Rita

A capela mais antiga da cidade homenageia sua santa, em julho

>Festival da Pinga

Paraty, famosa pela cachaça, reúne em festa seus alambiques tradicionais, em agosto.

>Festa de N. S. dos Remédios

A padroeira da cidade é homenageada com missas e procissões, em setembro

>Festa de N. S. do Rosário e São Benedito

As comunidades negra e branca se juntam na homenagem aos dois santos, em novembro.

b) Eventos não-institucionais

>Paraty Instrumental

A música popular brasileira se reúne em grande evento, em janeiro

>Salão Nacional de Artes Plásticas de Paraty

Artistas plásticos locais se unem aos de todo o País, numa grande mostra em abril

>Flip – Feira Literária Internacional de Paraty

Escritores brasileiros e internacionais se encontram em leituras de sua obra, em julho

>Festival de Música Sacra

Corais e solistas brasileiros cantam as obras dos Grandes Mestres, em setembro

>Folia Gastronômica

Restaurantes da cidade recebem chefs em evento culinário, em setembro

>Encontro de Teatro de Rua

Trupes de teatro se encontram nas ruas da cidade, em dezembro

c) Outros Projetos Culturais

> Centro de Referência Cultural

Nos anos de 2003 e 2004 foi restaurada a Casa de Cultura, onde um Centro de Referência Cultural apresenta uma exposição permanente sobre a cidade, que reúne material digitalizado, cópias de documentos e mapas, objetos do cotidiano, o artesanato local e depoimentos da comunidade sobre sua História recente.

> Estrada Real

Este projeto, desenvolvido pelo Instituto Estrada Real e pelo Governo do Estado de Minas Gerais, com amplo apoio da iniciativa privada, visa a desenvolver o turismo histórico e cultural das cidades por passa essa grande via comercial, que desce da cidade mineira de Diamantina até o litoral sudeste, bifurcando-se pelos antigos Caminho Velho e Caminho Novo e atingindo Paraty.

> Levantamento dos Bens Materiais e Culturais

Este projeto de educação patrimonial vem sendo executado em 26 escolas municipais pelo Comitê Executivo Pró-Unesco e pelas secretarias municipais de Educação e de Turismo e Cultura. O projeto está fazendo um levantamento dos bens materiais e culturais de Paraty, com o objetivo de despertar a comunidade local para a importância desse acervo e estabelecer com ele uma relação de preservação, visto que o passado da cidade está ligado ao passado de cada um e a proteção desse patrimônio depende da mobilização de todos.

> Museu Aberto do Caminho do Ouro

Este projeto é um desdobramento do Projeto do Sítio Histórico e Ecológico do Caminho do Ouro - Sh-eco, que prevê a montagem de exposições temáticas relacionadas com a Mata Atlântica, a cultura tropeira, a Casa de Registro e a

engenharia de construção do Caminho, bem como a limpeza de mais um trecho dele no Sítio.

O objetivo é preservar o patrimônio histórico e natural do Caminho do Ouro, através de sinalização para os visitantes, exposições, folhetaria informativa, guias especializados e chegar a um mínimo de sustentabilidade através de um atendimento turístico que ainda depende de regularização junto ao IBAMA, à luz da legislação dos parques nacionais.

> Museu de Arte Sacra de Paraty

Desde sua criação, na década de 1970, o Museu de Arte Sacra de Paraty – em conjunto com o Museu de Artes e Tradições Populares que funciona no Forte Defensor Perpétuo - vem desenvolvendo um importante trabalho de educação patrimonial nas escolas de todo o Brasil. Essa iniciativa estabelece uma relação consciente e criativa entre a comunidade e seu patrimônio. A sede do Museu é a capela de Santa Rita, que também funciona como o principal local de eventos da cidade, abrigando concertos, exposições e seminários.

> Revitalização do Acervo Arquivístico

A UFF/RJ, Universidade Federal Fluminense, do Rio de Janeiro; com o apoio da Faperj, Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro, está coordenando um programa de higienização, classificação e organização dos documentos do IHAP, Instituto Histórico e Artístico de Paraty. Paralelamente, a informação referencial está sendo indexada, para a produção de um sumário a ser disponibilizado pela Internet. O projeto se apóia na confluência de políticas públicas de defesa do patrimônio histórico e cultural, da memória e da história local.



2 – Dinâmicas que afetam as áreas

2.1 – Pressões sobre as áreas

2.1.1 - Dinâmica demográfica

> Paisagem

Na área de amortecimento 2, formada pela APA do Cairuçu, consideramos como núcleos de ocupação urbana o Condomínio Laranjeiras e os bairros do Corisco, Patrimônio, Trindade e Vila Oratório. Estes últimos têm em comum a ocupação praticamente aleatória do solo. Em Vila Oratório e, principalmente, Trindade, o traçado original para o parcelamento do solo não seguido com rigor, gerando uma ocupação desordenada onde chega a haver terrenos com quase toda a área construída, praticamente colando entre si fachadas que não passam de 3m de comprimento.

Com exceção da Vila Oratório, onde predominam funcionários e prestadores de serviço do Condomínio Laranjeiras, não há água tratada nem esgoto nesses bairros. Notadamente no Corisco, pode-se observar a transformação de bairro rural em bairro-dormitório ou rururbano. Bem servido de transporte coletivo e com terras ainda a preços acessíveis, esse bairro vem se tornando opção atraente para quem trabalha na cidade, o que tem gerado uma ocupação acelerada, com loteamentos clandestinos e edificações totalmente fora de padrão.

Das quatro áreas citadas, a Vila do Patrimônio parece ter o crescimento menos frenético. Já o Condomínio Laranjeiras é uma área urbana de alto padrão, com a ocupação planejada, rigorosamente regulamentada e fiscalizada pela sua própria administração. Possui sistema próprio de coleta e tratamento de efluentes, abastecimento coletivo de água e coleta diária de lixo, benefícios que se estendem à Vila do Oratório.

No entorno das áreas urbanas, junto às estradas e ao longo da orla, a ocupação é entremeada pela vegetação natural. As áreas ao redor das moradias são comumente ocupadas pelos quintais ou pomares domésticos, ranchos de pesca na região costeira e, nos sertões algumas roças de mandioca e feijão.

> Caminho do Ouro

Considerando-se uma faixa de 60m de cada lado do Caminho do Ouro, no trecho entre o bairro Penha e a divisa com São Paulo, a ocupação com residências ou moradias é mínima. Há uma casa de veraneio logo em seu início, no bairro Penha, junto ao Centro de Informações e, no trecho em que o Caminho quase coincide com a estrada do Souzinha, há uma pequena venda e cerca de 10 casas de pequeno porte, habitadas por sítiantes e famílias nascidas no próprio local. Próximo à entrada do Sítio Histórico e Ecológico, entretanto, há uma residência de porte razoável, sede de um sítio de lazer.

A área de amortecimento é basicamente formada pelos bairros Penha e Souza, cada um com cerca de 17 famílias. O restante da área de amortecimento do Caminho do Ouro fica no interior do Parque Nacional, ocupada por cerca de 20 famílias, entre moradores e titulares de sítios de lazer.

> Sítio Histórico e Forte Defensor Perpétuo

No Sítio Histórico, não existe propriamente uma pressão demográfica. Os imóveis não foram subdivididos e, assim, não houve grande alteração no número de habitantes. O morro do Forte, área do forte Defensor Perpétuo, é propriedade do Governo Federal e não pode ser edificada.

O mesmo não ocorre, porém, na área de amortecimento, onde a expansão horizontal é intensa e vem reduzindo o Sítio Histórico a um apêndice insignificante de uma vizinhança extensamente edificada e em acelerado processo de decomposição urbana. É de ressaltar que esta circunstância já foi oficialmente consagrada, ao se adotar a designação *Bairro Histórico* para caracterizar a primitiva vila.

Esse crescimento, entretanto, vem sendo controlado pelo tombamento do município e pelo Plano Diretor de Uso do Solo e Posturas, executado em conjunto com o IPHAN, Estado, Município e IBAMA, que tem em vista a preservação do Sítio Histórico e do patrimônio natural.

Ao mesmo tempo, esse crescimento enfrenta as barreiras naturais do mar, dos rios, da serra e as formadas por reservas de áreas verdes. O que, a longo prazo, poderia significar a necessidade de adensamento em nas áreas de expansão possíveis.

2.1.2. Uso e ocupação

> Paisagem

Na Área de Amortecimento 2, da APA de Caiuru, é possível constatar a abertura de clareiras para o cultivo de roças de subsistência. A retirada seletiva de madeira de lei para construção civil e a confecção de canoas e embarcações ocorreram na proporção do crescimento da vila, desde o século 17, mas têm menor impacto nos dias de hoje.

A intervenção mais impactante sobre a floresta, no passado, foi seu corte raso para plantio da cana de açúcar e, já em meados do século 20, para a formação de pastagens e a plantação de banana, mandioca e outras culturas que declinaram com a abertura da rodovia Rio-Santos, em 1974.

Atualmente, no entanto, é comum a coleta de plantas ornamentais para venda a turistas, especialmente bromélias e orquídeas floridas. A exploração ilegal do palmito nativo (jussara ou *Euterpe edulis*), promovida à exaustão, tornou rara a localização, na região, de plantas dessa espécie em ponto de corte, o que impede sua proliferação natural, pois sobram poucos exemplares adultos como porta-sementes.

O corte raso da caixeta (*Croton piptocalyx*), madeira leve e de fácil entalhe, também ocorreu antigamente, para a confecção de lápis e tamancos. Hoje, ela é coletada e manejada, embora ainda de forma incipiente, para a confecção de artesanato caiçara.

> Zona de amortecimento 1

A floresta ombrófila densa primária que recobria todo o entorno do Caminho do Ouro vem sofrendo corte seletivo de madeira de lei desde o início da colonização portuguesa e foi bastante devastada, inicialmente por motivos de segurança do

próprio Caminho e, depois, para o cultivo de roças e criação de gado para abastecer a cidade, os engenhos e as tropas.

A mata secundária que ainda hoje encontramos nesse entorno se encontra em estágio inicial ou avançado de recuperação, com trechos de mata primária nos grotões, escarpas mais íngremes e cumeadas, onde predomina a floresta nebulosa.

A Zona Histórico-Cultural do Parque Nacional foi parcialmente ocupada por sítiantes que produzem ainda hoje alguma banana, feijão, mandioca e cana de açúcar e criam gado e animais para consumo, em escala mínima. Alguns sítiantes vêm cultivando o palmito jussara com objetivos preservacionistas, estéticos ou até mesmo culturais, tendo em vista sua extração ilegal e a ameaça à sua reprodução natural.

A situação crítica em que se encontra o palmito jussara nesta região compromete a fauna nativa, pois suas sementes fazem parte da dieta de 71 espécies de aves e mamíferos, muitas das quais continuam ocorrendo no Parque Nacional, apesar da alta pressão da caça, praticada tanto para subsistência quanto para o lazer, o tráfico e o mercado consumidor.

Desde o asfaltamento da Paraty-Cunha, nos anos 90, o processo de ocupação e parcelamento do solo vem se acentuando, no trecho entre Paraty e o Parque Nacional, não só pelo crescimento da população residente como também pelo aumento do interesse turístico, imobiliário e comercial.

A tendência, nessa região, é a compra dos sítios de moradores mais antigos por veranistas ou comerciantes, bem como o adensamento da ocupação residencial e comercial às margens da estrada ou até mesmo no interior do Parque.

> Caminho do Ouro

As pressões de uso e ocupação sobre a faixa proposta para o Caminho do Ouro – 60m de cada lado do eixo – podem ser consideradas baixas, na área que está dentro do Parque Nacional. A ocupação, rarefeita, é exercida por pequenas posses rurais, em grande parte recobertas por mata secundária e até mesmo primária.

A área mais protegida é a do Sítio Histórico Ecológico, que conta com manutenção e fiscalização patrimonial, por ser uma ocupação de uso turístico/educacional, com objetivos compatíveis com aqueles dos parques nacionais, no que diz respeito à preservação e conservação do patrimônio cultural e natural.

A área mais crítica é a que tem acesso pela estrada do Souza, no bairro dos Souza. Trata-se de uma área de pouca declividade e facilmente alcançável por veículos motorizados, o que aumenta seu potencial imobiliário. Tanto que, ali, já existem algumas moradias edificadas sobre a faixa proposta para o Caminho, que está recoberta, na maior parte, por pastagens e quintais.

O trecho entre essa estrada e o bairro Penha, embora recoberto por vegetação em estágio inicial de recuperação, também pode ser considerado de alta vulnerabilidade, pois atravessa uma área de maior declive, mas de acesso relativamente fácil pelas estradas do Souza e do Zé Leite.

Neste trecho, atualmente operado pela Associação de Guias de Paraty, ainda não há um plano de manutenção e sustentabilidade econômica garantida. A integridade física e ambiental do caminho vem sendo garantida pela presença e envolvimento dos próprios guias com o Projeto de Revitalização do Caminho do Ouro, mas não existe nenhum comprometimento formalizado neste sentido.

> Sítio Histórico e Forte Defensor Perpétuo

Nos últimos anos, houve uma aceleração no processo de expulsão da população local e de modificação de sua composição social, principal responsável pela ação desfiguradora que se exerce sobre a cidade de Paraty. O processo teve origem nas transformações econômicas e sociais que marginalizaram a cidade no século 19 e persiste, atualmente, dentro de uma nova realidade sócio-econômica.

As modificações de função determinaram reformas radicais, feitas com maior ou menos sensibilidade, e resultando em mutilações de maior ou menor gravidade nas características primeiras dos prédios. A ação desfiguradora não se restringiu a prédios isolados ou conjugados mais significativos: fez-se sentir também no agenciamento dos primitivos largos, em todo mobiliário urbano e na implantação dos novos serviços de utilidade pública.

Atualmente, o processo se apresenta de forma inversa, mas com resultados igualmente danosos. Intensifica-se a compra de prédios por pessoas de outras cidades e países, com valores próprios e de diferentes dos locais, para adaptá-los à função predominante de residência de veraneio. E as modificações e reformas necessárias resultam, inevitavelmente, em mutilações mais ou menos grosseiras, apesar da ação disciplinadora do IPHAN.

Outro fato preocupante, é o assoreamento progressivo da orla marítima fronteira e lateral, interiorizando Paraty e rompendo o pitoresco encontro da cidade com o mar. A área denominada Terra Nova vem sendo sujeitada a pressões de construção, à colonização pelo mangue e, mais recentemente, ao uso como estacionamento.

Outra área de *terra nova* vem sendo formada pelo assoreamento da foz do rio Matheus Nunes, no bairro Ilha das Cobras, onde a grande pressão de construções irregulares vem adensando de forma indesejável o entorno do Sítio Histórico, comprometendo seu perfil paisagístico.

2.1.3 - Visitação e atividades turísticas

> Paisagem

A visitação e as atividades turísticas desenvolvidas em Paraty exercem pressões sobre o uso do solo, na medida em que se faz necessária a instalação de infra estrutura para hospedagem, alimentação, transporte, consumo, lazer e saneamento básico. A inexistência do zoneamento detalhado do uso do solo fora de sua área urbana principal, bem como a pressão de ocupação por parte dos veranistas e comerciantes, leva à descaracterização da paisagem cultural tradicional de Paraty, apesar de importantes características que a continuam diferenciando dos municípios vizinhos. A recente conclusão do Plano de Manejo da APA de Cairuçu, com seu zoneamento e regulamentação de uso trouxe melhores condições para controle da ocupação da área.

> Caminho do Ouro

As pressões advindas da visitação pública, no Caminho do Ouro, deverão se refletir mais no uso do solo do entorno, como resultado da oportunidade e possibilidade de expansão do comércio e valorização imobiliária, do que sobre o próprio leito do Caminho, desde que a visitação seja monitorada e controlada e seja feita sua manutenção constante.

Caso não haja esse controle e monitoramento, um fluxo intenso de pessoas no Caminho poderá gerar o acúmulo de lixo, a supressão de frutos e plantas do entorno e a coleta de fragmentos ou mesmo o vandalismo contra o monumento. A falta de manutenção do leito poderá resultar no entupimento ou aprofundamento dos canais de drenagem, provocando erosão e desestruturando o piso de pedras.

O poço do Tarzan, no bairro Penha, ainda guarda as ruínas da histórica ponte da Guarda do Registro da Cachoeira e vestígios ainda não prospectados arqueologicamente, sendo necessária sua proteção.

> Sítio Histórico e Forte Defensor Perpétuo

O incremento do turismo, a partir da década de 1970, tem implicado a instalação de diversos estabelecimentos comerciais e de serviços com uma crescente sofisticação. Além do artesanato genérico, já há uma grande quantidade de lojas com produtos diferenciados e de qualidade, todos concentrados no Sítio Histórico. Observa-se uma linha divisória qualitativa muito clara entre o Sítio Histórico e o restante da área urbana. A movimentação diurna e noturna permanentes, e a grande quantidade de bares com música em volume excessivo vêm perturbando a dinâmica social e a população se sente profundamente incomodada com o barulho.

As residências estão divididas entre permanentes e de fim de semana, e os valores praticados são altíssimos, o que tem gerado a progressiva substituição, no centro histórico, dos moradores permanentes pelos temporários, pelo comércio e pelos serviços. Os dados coletados pelo IPHAN, porém, no Inventário de Sítios Histórico Urbanos, apontou, em 2003, um equilíbrio entre o número de residências (47%), estabelecimentos comerciais (39%) e outros (14%).

2.1.4. Atividades econômicas

> Paisagem

As atividades econômicas que exercem maior pressão sobre a paisagem são a construção civil ao longo das estradas e da região costeira bem como a proliferação de bares e restaurantes em praias e ilhas do município, ambas em decorrência do desenvolvimento turístico.

> Caminho do Ouro

A atividade econômica que vem exercendo maior pressão sobre a região é a construção civil para atender à demanda de moradias, de residências de lazer e de estabelecimentos comerciais ligados ao turismo. No caso do Caminho do Ouro, isso se reflete na tendência de urbanização do bairro Penha e das margens da estrada Paraty-Cunha, que foi asfaltada até as proximidades do Parque Nacional em 1994

Outras atividades econômicas que causaram grande pressão sobre a floresta, nessa região, foram a construção civil e naval desde o início da colonização, com o corte seletivo da madeira de lei; a agricultura e a extração do palmito e de plantas ornamentais, que ocorrem até hoje.

> Sítio Histórico e Forte Defensor Perpétuo

A área do Sítio Histórico que sofre maior pressão da atividade turística é o cais, que não comporta mais a quantidade de embarcações à procura de atracação, diante da concorrência entre as traineiras de pesca e as escunas e baleeiras de passeio. Essa pressão por pontos de estacionamento tem levado à construção de aterros em áreas de mar, onde os carros dividem espaço com os barcos. A forte atividade turística também leva para o cais uma grande quantidade de barracas de bebidas e lanches, dando ao lugar um aspecto de degradação.

2.2 Impactos observados

2.2.1 - Sobre a paisagem

Impacto do turismo

O maior impacto ambiental e sócio cultural que ocorreu na região, já no século 20, foi a abertura da rodovia Rio-Santos, em 1974, quando a região ainda era coberta pela floresta. Além da eliminação pura e simples da biota para a construção da estrada, morros inteiros foram transformados em pedreiras, como aconteceu em Paraty-Mirim ou em “caixas de empréstimo” que até hoje não se recuperaram. Com a implantação da rodovia, centenas de trabalhadores vieram trazidos de outras localidades, estradas secundárias foram abertas, surgiram empreendimentos imobiliários, o turismo se tornou a principal atividade econômica de Paraty e proliferou a urbanização desordenada do meio rural e da região costeira.

Essa urbanização trouxe à região uma série de impactos negativos, como o desmatamento da floresta, a ocupação das margens dos rios, a poluição de suas águas por efluentes domésticos e processos de erosão que assoreiam não só seu leito, como o da baía de Paraty. O assoreamento, por sua vez, afeta diretamente a produtividade dos manguezais e a navegabilidade da baía de Paraty na região próxima ao Sítio Histórico.

Queimadas

O pior impacto sobre a biota, porém, é o das queimadas, processo tradicional de limpeza do terreno para o plantio de roças de subsistência e a formação de pastos. Originalmente, nesta forma de cultivo do solo conhecida por *coivara*, são abertas clareiras na mata, que após alguns anos de plantio, são abandonadas à regeneração natural. Mas, com o aumento da densidade populacional e do parcelamento do solo, essa prática perde a sustentabilidade.

Ainda hoje no interior da APA, da REJ e até do Parque Nacional da Bocaina persiste esse hábito de atear fogo à vegetação, criando grandes áreas de vegetação degradada e solo depauperado. É o que se observa claramente nas meias-encostas do rio dos Meros, Paraty Mirim, Cabral, Corisco e Corisquinho e nas encostas da Cajaíba, Ponta Grossa, Boa Vista e em considerável porção da APA de Caiuruçu.

Com a aprovação do Plano de Manejo da APA de Caiuruçu e do Plano Diretor de Paraty, torna-se possível disciplinar a ocupação turística, para preservar o meio ambiente e o patrimônio histórico.

Em 2003, a atuação enérgica do Instituto Estadual de Florestas do Rio de Janeiro resultou na demolição de mais de uma dezena de residências construídas irregularmente em terras públicas, nas localidades de Paraty Mirim, Praia do Sono e no interior da Reserva Ecológica da Juatinga. O Plano de Manejo do Parque

Nacional da Serra da Bocaina, aprovado em 2002, disciplina uma série de atividades que, até então, vinham se desenvolvendo de maneira informal. A implantação definitiva desse Plano está entre as prioridades do IBAMA na região.

2.2.2 - Sobre o Sítio Histórico

Rios e orla

O constante assoreamento da orla marítima, interiorizando Paraty e rompendo o encontro da cidade com o mar deverá ser corrigido o quanto possível, por ser um dos aspectos mais descaracterizantes de sua paisagem original. Toda a orla marítima próxima ao Sítio Histórico e sua zona de expansão deverá preservar, ao máximo, o aspecto original. Nos casos em que for imperativa a necessidade de modificar esse aspecto, com a contenção de aterros ou a prevenção contra cheias, deverá ser elaborado um projeto específico, tendo como elemento básico esse esforço de preservação.

Os rios e canais de Paraty, antes navegáveis e hoje obstruídos, deverão ser dragados e restituídos à sua antiga função, restabelecendo o equilíbrio hidrológico da região e criando maiores atrativos nas áreas atingidas. Além disso, as margens dos rios que circundam a cidade deverão receber tratamento paisagístico e, para os morros do Forte e o cemitério, propõe-se uma arborização densa.

O assoreamento da foz do Perequê-Açú e a construção do arruamento periférico à orla com material impermeável, na década de 70, vem provocando a elevação gradativa do nível do lençol freático do sítio histórico; pondo em risco as edificações e monumentos do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico tombado. Torna-se necessária a recomposição das grades do arruamento do Sítio Histórico, para garantir a entrada e o escoamento da maré.

As zonas fronteiriças e laterais do Sítio Histórico devem ser dragadas, após estudo e projetos específicos, de forma que, por ocasião das marés, se forme um espelho d'água contíguo entre a cidade e o mar. A área assoreada em frente à antiga vila deverá ser gramada em partes, sem formar um tapete verde contínuo.

Calçamento

Embora, atualmente, localização e a função do atracadouro de Paraty sejam diferentes das originais, sua manutenção no Sítio Histórico é importante, por constituir um registro histórico de uma cidade que, durante mais de dois séculos, teve grande importância como porto. Essas funções atuais, no entanto, têm que ser regulamentadas.

A pavimentação do Sítio Histórico deve manter a calha central e a irregularidade das pedras, sem preocupações com um nivelamento perfeito. Somente passeios cimentados e alteados devem ser substituídos por lajotas de pedra assentadas de forma regular. Especial atenção deve ser dada à concordância da pavimentação nos encontros das ruas e nas praças e largos, que devem ser tratados com simplicidade e de modo que a orla marítima e as margens dos rios formem um único conjunto paisagístico, proporcionando a continuidade de espaços livres, por meio de gramados e arborização.

Fachadas

Atualmente também se observa, nas fachadas de Paraty, uma proliferação de variantes dos elementos decorativos originais, sobrepostas a frisos, faixas, cunhais e fustes. O uso abusivo dessas variantes, carregando nas formas insólitas e nas cores primárias, geralmente atende a uma questionável busca por efeitos cenográficos nas edificações. E contrasta não só com a sobriedade e o bom gosto com que esses elementos foram usados originalmente, mas com a riqueza que eles trouxeram ao vocabulário arquitetônico do século 19.

Mobiliário urbano

É necessário, portanto, que se discipline imediatamente o tratamento dado ao exterior das casas e sobrados do Sítio Histórico, para que ele não se desfigure. Por outro lado, quanto ao mobiliário urbano, devem ser removidos do Sítio Histórico todos os elementos estranhos a suas características originais, à visão do conjunto arquitetônico e à paisagem do entorno, tais como o atual posteamento, as redes aéreas de eletricidade e telefone e as antenas de televisão. Esses elementos devem ser substituídos por outros que se enquadrem no conjunto, de acordo com proposições específicas a serem detalhadas neste Plano.

Na área urbana, a legislação implantada desde 1945 pela Prefeitura Municipal e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, constantemente revista e atualizada, ordenando as áreas de expansão urbana e garantindo a preservação do Sítio Histórico e de seu entorno.

Finalmente, como medida de preservação de suas características originais, é necessário evitar o esvaziamento residencial do Sítio Histórico pelo excesso de moradias temporárias, que expulsam a população permanente. Deverá ser garantida a preservação das partes internas das edificações e recomendado que a rede hoteleira não aumente indiscriminadamente, em função das pressões que exerce sobre esse patrimônio.

2.2.3. Sobre a cultura e a qualidade de vida

Turismo e cultura

A abertura da rodovia Rio-Santos trouxe centenas de trabalhadores de outras localidades e, mais tarde, Paraty entrou num rápido e forte contato com os grandes centros, através do turismo nacional e internacional. Mesmo diante desse influxo de visões de mundo e modos de vida diferentes, a comunidade local se manteve ligada a tradições religiosas que, durante, décadas, lhe deram uma identidade e a mantiveram unida diante da difícil perspectiva de uma cidade isolada.

Mas outras tradições populares vêm desaparecendo do cotidiano da população. Em primeiro lugar, porque estavam ligadas ao universo rural, que foi suplantado pelo urbano, com a nova economia do turismo. Em segundo lugar, porque enfrentam a força muito maior da cultura dos grandes centros, que comandam a economia e a mídia.

Assim, numa cidade como Paraty, não só a história, a arquitetura, o urbanismo e a paisagem devem ser preservados, mas também a cultura que permeou essas manifestações.

Mas, ao invés de ressuscitar artificialmente – só para atrair o turismo - manifestações populares que não são mais tradições, porque perderam função nas novas relações sociais e econômicas, devem se estimular as festas religiosas e outras manifestações que ainda fazem parte da identidade local, porque são vivas, porque mantêm vivas as referências culturais da comunidade, porque mantêm viva a relação dessa comunidade com seu local de origem e principalmente porque, por serem vivas, essas, sim, é que atraem o turismo. .

Turismo e qualidade de vida

Mas o maior impacto do desenvolvimento turístico e urbano sobre Paraty é o aumento, em volume, dos resíduos sólidos e dos efluentes domésticos, que não têm tratamento adequado e comprometem não só a qualidade da água, como a qualidade de vida.

A construção de uma mureta, no largo de Santa Rita, a elevação da cota desse largo e abertura de um arruamento periférico entre o Sítio Histórico e o mar, realizados sem os estudos necessários no início da década de 80, teve como consequência o represamento das águas pluviais e da maré.

Nas chuvas mais fortes, esse represamento resulta em poças estagnadas, lama e sujeira nas ruas, deteriorando os logradouros, poluindo as águas de abastecimento e agravando as condições sanitárias – que já somam a poluição pelo esgoto doméstico e pelo lixo do mar e dos rios da cidade.



3. Gestão atual das áreas

3.1 - Níveis atuais de gerenciamento

3.1.1 - Atuação do Poder Público

> Planos

O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, instituído parcialmente pela lei 1352/2002, foi desenvolvido para orientar o desenvolvimento sócio-político e econômico do município de Paraty, considerando prioritariamente as ações de preservação cultural e natural.

O Plano Diretor de Paraty, foi orientado para atender o modelo de desenvolvimento sustentado, restabelecendo a relação orgânica entre o meio ambiente natural e construído, potencializando recursos, estimulando projetos de geração de renda para a população e desenvolvimento de atividades para a promoção humana, cultural e ecológica. A legislação sobre o uso e ocupação do solo e a preservação do meio ambiente, natural e construído está sendo concluída.

O sistema de controle do município é compartilhado por diversas instâncias e instituições públicas. O licenciamento de obras e os projetos de parcelamento urbanos são prerrogativa municipal, com análise prévia e autorizações do IBAMA, na área da APA de Cairuçu e do IPHAN, em todo o município. A fiscalização é via de regra, compartilhada pela Prefeitura e o IPHAN, além de outras instituições públicas de controles específicos. As questões que extrapolam medidas administrativas das quais a Prefeitura, o IPHAN e o IBAMA são capazes encontram meios de controle no Ministério Público Federal e Estadual e no sistema judiciário.

> Sítio Histórico

A conservação do sítio urbano exige da Municipalidade um esforço técnico constante. O sistema de infraestrutura, pavimentação, esgotos, iluminação e força requerem manutenção especial e constante. Para fazer as revisões necessárias no calçamento de pedras, a Prefeitura está aguardando as obras de cabeamento subterrâneo da iluminação pública, que deverão ser realizadas concomitantemente a implantação do sistema de saneamento.

A Prefeitura Municipal está buscando se integrar a programas nacionais de preservação de sítios históricos, tal como o Monumenta-BID, do Ministério da Cultura/IPHAN, para desenvolver ações de restauração de edifícios públicos e religiosos e revitalização de áreas públicas. Outro programa de destaque é o Projeto Orla, para a capacitação de técnicos da Prefeitura no trato das questões relativas à orla e na proposição de projetos para essa área. Este projeto está sendo desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente/IBAM, SPU – Secretaria do Patrimônio da União, com apoio da FEEMA – Fundação Estadual de Meio Ambiente, IBAM– Instituto Brasileiro de Administração Municipal, e do IPHAN.

O Parque Nacional da Bocaina, com sede em São José do Barreiro, no Estado de São Paulo, é o principal agente de fiscalização dos Caminhos de Pedra da Serra e estão sendo desenvolvidas ações para implantá-lo, apesar de ainda haver propriedades particulares em seu território demarcado. A maior parte dos caminhos está enterrada e a manutenção de alguns trechos vem sendo

desenvolvida por iniciativa de particulares, sob a supervisão do Parque, da Prefeitura Municipal e do IPHAN. O IBAMA dispõe de um escritório local da APA do Cairuçu.

3.1.2. Participação da sociedade e de organizações não-governamentais

Associação Cairuçu

ONG formada por proprietários do Condomínio Laranjeiras, adjacente a Paraty, para o desenvolvimento sustentável de várias comunidades adjacentes. Mantém um Centro de Informações, apoia a programa Médico de Família e promove o curso de monitores ambientais para jovens da região.

Associação Casa Azul

Desenvolve o Projeto de Revitalização dos Espaços Públicos de Borda D'Água, atuando em questões como a deterioração da foz do rio Perequê-Açú, o assoreamento da orla e a drenagem dos arruamentos do Bairro Histórico, além de propor soluções urbanísticas para a revitalização destes espaços. Apóia projetos de preservação dos fazeres tradicionais ligados a engenharia náutica e aos artefatos de pesca.

Fundação SOS Mata Atlântica

Entidade ambientalista que tem como objetivo conservar os remanescentes florestais e ecossistemas associados da Mata Atlântica, valorizar a identidade física das comunidades que neles habitam, proteger o patrimônio histórico e cultural e a biodiversidade e buscar o desenvolvimento sustentável dessas regiões. A SOS Mata Atlântica tomou a iniciativa e buscou parceiros e recursos financeiros para a realização do Projeto Cairuçu, que envolve a elaboração do Plano de Manejo da APA de Cairuçu com metodologia de planejamento participativo.

No período de elaboração do Plano de Manejo, entre 1999 e 2002, desenvolveu atividades como a capacitação ambiental de professores que lecionam na região da APA, a formação de lideranças, o apoio a ONGs locais, a coleta seletiva de lixo em várias comunidades, através do projeto Jogue Limpo Cairuçu e a doação, ao município, do Viveiro Jequitibá, instalado junto ao Horto Municipal para apoiar atividades de educação e recuperação ambiental.

Instituto Escolar Laranjeiras

Entidade formada por proprietários do Condomínio Laranjeiras para a melhora das escolas da sua região de influência, promovendo reformas nos prédios, cursos para professores e instalação de computadores e quadras poliesportivas.

Instituto Histórico Artístico e Cultural de Paraty

Guarda a documentação do Poder Executivo Municipal; abriga a Biblioteca Fábio Villaboim, com estudos, teses e monografias relativos a Paraty e a Pinacoteca Marino Gouveia, que reúne importantes obras do modernismo brasileiro. O Atualmente, o Instituto coordena a restauração do acervo documental do Município, realizada pela Universidade Federal Fluminense com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro.

Laboratório de Silvicultura Tropical - LASTROP

Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo

Desenvolve o Projeto de Conservação de Florestas Tropicais, através de cursos de Ecologia, orientação de teses de mestrado e manejo participativo da caixeta para a população local. Este trabalho foi realizado este trabalho na região do fundo do Saco do Mamanguá.

Outras entidades atuam com significativa desenvoltura na delimitação das políticas públicas, sobretudo de caráter cultural e ambiental. São entidades civis de direito privado, cada qual atuando conforme dispõe suas finalidades estatutárias, sempre que demandados na defesa cultural de Paraty:

Associação de Moradores e Amigos do Saco do Mamanguá - AMAM

Desenvolve ações para a melhora da qualidade de vida da população local, como a recuperação e o uso sustentável dos recursos naturais renováveis dessa região. Suas principais ações vêm sendo a proteção e recuperação dos recursos pesqueiros do Saco do Mamanguá, com a Implantação de dispositivos de exclusão de pesca de arrasto e a venda de artesanato na sede da entidade.

COMAMP – Conselho da Associação de Moradores de Paraty.

Entidade formada por todas as Associações de Moradores de Paraty, cujo foco principal é a elaboração do orçamento participativo e a articulação de projetos comunitários voltados principalmente ao agroecoturismo.

Conselho Administrativo da Paróquia

Dedicado principalmente a organizar e promover celebrações religiosas, em especial as festas do Divino, Santa Rita e São Benedito, entre outras.

Fórum DLIS - Fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável de Paraty.

Criado em 1999, estabeleceu um Plano de Desenvolvimento Sustentável elaborado por representantes da sociedade civil de Paraty e outras instituições interessadas e vem promovendo reuniões periódicas para discutir assuntos e projetos sócio-ambientais de interesse da comunidade.

Fundação Margareth Mee

Instalação de energia solar residencial para os moradores da comunidade caiçara da Ponta Negra e construção dos Centros de Informação Caiçaras na Ponta Negra e praia do Sono.

Instituto Arruda Botelho

Instalou 25 tanques rede para engorda de peixes e absorção de restos orgânicos em parceria com pescadores da Ilha do Algodão, Ilha do Araújo, Ilha Rasa, Saco do Mamanguá e Ponta da Juatinga

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Micro Empresa

É uma instituição para a qual é destinada parte da arrecadação das contribuições da Previdência Social e que dá apoio às pequenas e micro empresas buscando geração de trabalho e renda para a população.

3.1.3. Contribuição da Iniciativa Privada

Condomínio Laranjeiras

Apoio financeiro ao Projeto Cairuçu, da Fundação SOS Mata Atlântica, ao Instituto Escolar Laranjeiras e à Associação Cairuçu entre outras iniciativas.

Fundação Roberto Marinho

Responsável pela restauração da Casa da Cultura, onde implantou um Centro de Referência Cultural de Paraty. Realizou o seminário *Paraty, Planejamento e Patrimônio Mundial*, em conjunto com a Prefeitura Municipal, o IPHAN, o Comitê Executivo Pró-Unesco-Paraty e a Rede Globo de Televisão, em 2000, com a participação de especialistas nacionais e internacionais em patrimônio histórico, que formulou a Carta de Paraty, com a Declaração de Valor dos bens da cidade candidatos a Patrimônio Mundial e as ações de planejamento detalhadas neste Plano de Gestão.

3.2. Proteção existente

3.2.1. Status legal

> Governo Municipal

Atualmente o Município está dividido em três distritos: Paraty, Paraty-Mirim e Tarituba. A Prefeitura Municipal de Paraty tem autonomia administrativa sobre a cidade, submetendo-se hierarquicamente à legislação do Estado e da União. A autonomia política e administrativa, no Município de Paraty, é exercida pelos três poderes constitucionais do país: executivo, legislativo e judiciário. Estes três poderes, cada um em suas funções específicas, administram o município em toda sua extensão territorial.

O poder executivo é exercido pelo prefeito municipal, eleito pela população para um mandato de quatro anos. A ele cabe administrar o município e promover seu desenvolvimento e progresso. O poder legislativo, composto por onze vereadores também eleitos para um mandato de quatro anos, elabora as leis e diretrizes da vida municipal. O poder judiciário é exercido pelo juiz de direito da comarca, nomeado pelo Governo Estadual e tem a função de fiscalizar o cumprimento das leis.

> Governo Federal

IBAMA

O Parque Nacional da Serra da Bocaina e a APA do Cairuçu são administrado pelo IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Autarquia Federal, de Regime Especial, criada pela lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, alterada pelas leis nº 7.804, de 18 de julho de 1989, nº 7.957 de 20 de dezembro de 1989, e nº 8.028 de 12 de abril de 1990, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal – MMA.

Essa administração se dá de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, SNUC. Pela Lei Federal nº 9985/2000, em seu Art. 11: *§ O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a Lei.*

A Área de Proteção Ambiental, APA, do Cairuçu também se dispõe de acordo com o SNUC. Conforme a Lei Federal nº 9985/2000, em seu Art. 15: *§ 1o A Área de*

Proteção Ambiental é constituída por terras públicas ou privadas. A APA de Cairuçu tem 63 ilhas, das quais 60 são de propriedade da União, conforme a Constituição Federal. As exceções são as ilhas da Bexiga, Algodão e Araújo.

A Reserva Ecológica da Juatinga é considerada de domínio público, administrada pelo Instituto Estadual de Florestas, IEF, da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano do Estado do Rio de Janeiro, SEMADUR,

IPHAN

O bem proposto para a inscrição na lista do Patrimônio Mundial é, na maioria, de propriedade privada, mas o Município e a União detêm algumas áreas.

O conjunto arquitetônico e paisagístico do Sítio Histórico, incluindo suas igrejas, a Santa Casa e o forte Defensor Perpétuo, são bens tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, a quem cabe sua preservação. O IPHAN foi criado em 1937, sob a Lei nº 378 e, em 1990, foi instituído como Autarquia Pública Federal, vinculada ao Ministério da Cultura, MinC.

O IPHAN detém, como propriedades, o sobrado-sede no Sítio Histórico; o forte do Defensor Perpétuo, junto com o morro onde está localizado e, em convênio com a Mitra Diocesana de Barra do Piraí administra o Museu de Arte Sacra de Paraty, sediado na capela de Santa Rita.

3.2.2. Agências de tutela

> Governo Municipal

Prefeitura Municipal de Paraty
Prefeito: José Carlos Porto Neto
Alameda Princesa Isabel, s/n
CEP 23970-000 - Bairro do Pontal
Paraty – RJ

> Governo Estadual

IEF – Instituto Estadual de Florestas - Reserva da Juatinga
Diretor: João Fernandes de Oliveira
Rua Antônio Nubile França, s/nº
CEP 23970-000 - Chácara da Saudade - Paraty - RJ

SEMADUR – Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Secretário – Luís Paulo Conde
Rua Pinheiro Machado – Palácio da Guanabara
Laranjeiras
Rio de Janeiro – RJ

> Governo Federal

Ministério da Cultura
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Superintendente Regional: Thays Pessoto de Mendonça Zugliani

Avenida Rio Branco nº 46 – 3º andar
CEP 20090-002 – Centro
Rio de Janeiro – RJ

IPHAN – Paraty
8ª Sub-Regional
Diretor: Júlio Cezar Neto Dantas
Praça Monsenhor Hélio Pires nº 11
CEP 23970-000 - Bairro Histórico
Paraty – RJ

Ministério do Meio Ambiente
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Presidente: Marcos Barros
[Verificar endereço de Brasília](#)

IBAMA - APA de Cairuçu:
Diretor: Ney Pinto França
Rua 08, nº 3
CEP 23970-000 - Portal de Paraty
Paraty - RJ

IBAMA - Parque Nacional da Bocaina:
Diretor: Daniel D' George Toffoli
Rodovia Estadual da Bocaina –SP 221, s/nº
Fazenda do Pau-D' Alho
São José do Barreiro - SP

3.2.3. Medidas legais e propostas de proteção

> Legislação Municipal:

- APA da Baía de Paraty - Lei Municipal Nº 685/84, de 11 de Outubro de 1984, complementada pela Lei Municipal Nº 744/87, de 9 de Novembro de 1987 e ampliada pelo Decreto Municipal Nº 040/99, de 13 de Julho de 1999
- APA das Praias de São Gonçalo e São Gonçalinho - Lei Municipal Nº 1.239/01, de 11 de Junho de 2001
- Código de Obras - Lei Nº. 655/1983, de 16 de Novembro de 1983
- Código de Posturas - Lei Nº 720/1986, de 07 de Julho de 1986
- Estrada Parque do Caminho da Pedra Branca - Lei Municipal Nº 1354/02, de 30 de Dezembro de 2002
- Estrada Parque do Caminho do Sono - Lei Municipal Nº 1353/02, de 30 de Dezembro de 2002
- Estrada Parque da Serra da Bocaina - Lei 1355/02, de 30 de Dezembro de 2002
- Lei Orgânica do Município - Lei de 05 de Abril de 1990
- Parcelamento do solo para fins urbanos - Lei Nº 609/81, de 25 de Junho de 1981
- Plano Diretor - Lei Complementar Nº. 19/2002, de 30 de Dezembro de 2002
- Plano Diretor de Turismo - Lei Complementar Nº. 20/2002
- Proteção dos remanescentes do Caminho do Ouro - Decreto Nº 092/03

- Zoneamento da área urbana e de expansão urbana - Lei N° 608/01, de 25 de Junho de 1981

> Legislação Estadual:

- Floresta Estadual de Paraty - Decreto-Lei Estadual N° 131/69, de 24 de Outubro de 1969
- Área Estadual de Lazer de Paraty-Mirim - Decreto Estadual N° 15.927/72, de 29 de Novembro de 1972
- Reserva Ecológica da Juatinga - Lei Estadual N° 17.991/82, de 30 de Outubro de 1992

> Legislação Federal:

- Área de Proteção Ambiental de Cairuçu - Decreto Federal 89.242/83, de 27 de Dezembro de 1983
- Código das Águas - Decreto N° 24.643/34, de 10 de Julho de 1934, alterado pelo Decreto Lei N° 852/38, de 11 de Novembro de 1938, pelo Decreto Lei N° 7.062/44, de 22 de Novembro de 1944, pelo Decreto N° 35851/54, de 16 de Julho de 1954
- Código Florestal – Lei 4771/65, de 15 de setembro de 1965, alterada pela Lei 7803/89, de 15 de Julho de 1989
- Crimes ambientais - Lei 9605/98, de 12 de Fevereiro de 1998
- Estação Ecológica Tamoios - Decreto Federal 98.864/90, de 23 de Janeiro de 1990
- Monumentos arqueológicos – Lei N.º 3.924 de 26 de julho de 1961
- Parque Nacional da Serra da Bocaina - Decreto Federal 68.172, de 4 de Fevereiro de 1971 e Decreto Federal 70.694/72,
- Patrimônio cultural brasileiro - Constituição Federal, Lei de 1988 – Art. 216
- Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Decreto Lei N°. 25/37, de 30 de Novembro de 1937
- Sistema Nacional de Unidades de Conservação - Lei 9985/00
- Sítio Histórico e Município de Paraty – Portaria nº 10/81 e Documentos nºs 2 e 4 do Plano de Desenvolvimento Integrado e Proteção do Bairro Histórico, de 8 de Junho de 1972

> Medidas propostas

Decreto Municipal

Que descreve e regulamenta o uso e a concessão do Caminho do Ouro fora dos limites do Parque, para fins turísticos e educacionais e cria um Fundo exclusivo para sua conservação, recuperação e manutenção.

Portaria do IBAMA

Específica para regulamentar a concessão da implementação da infra estrutura operacional para proteção, visitação pública e educação ambiental e cultural na Área de Ação Específica do Caminho do Ouro, que inclui a RJ-165 e o Caminho do Ouro no interior do Parque Nacional.

Portaria do IPHAN

Descrevendo o percurso do Caminho do Ouro em Paraty, estabelecendo diretrizes para sua recuperação e conservação e reiterando como *non aedificandi* a faixa de 60 m para cada lado do seu eixo, a não ser com eventuais instalações para apoio e informação ao visitante.

3.2.4. Meios de implementação das medidas de proteção

> Paisagem

Cabe ao IBAMA, IEF e FEEMA zelar pelo meio ambiente, por meio de fiscalização e autuação das agressões ambientais. A Prefeitura Municipal tem atribuições legais neste sentido, conforme a Lei Orgânica do Município. O IPHAN atua nesta área devido à inscrição de Parati no Livro de Tombos. O IBAMA conta com um escritório em Paraty, bem como o IPHAN e o IEF-RJ.

> Caminho do Ouro

No trecho inserido no interior do Parque Nacional, a proteção ambiental é realizada pelo IBAMA, que administra o Parque e que criou, em seu Plano de Manejo, artigos específicos para proteção do Caminho. Na área situada fora do Parque a Prefeitura Municipal, no intuito de proteger as áreas em estudo, criou legislação específica para proteção, propondo, inclusive, medidas para a revisão do Plano Diretor do Município.

> Sítio Histórico e Forte Defensor Perpétuo

Cabe basicamente ao IPHAN e à Prefeitura a fiscalização das obras e manutenção da harmonia do conjunto arquitetônico do Centro Histórico e seu entorno. A Prefeitura Municipal de Paraty, desde seu Código de Obras de 1947, trabalha em harmonia com o IPHAN.

3.3 – Planos em execução ou previstos para as áreas

3.3.1 – Preservação e valorização cultural

Caminhos do Rio de Janeiro - Inventário de bens culturais

Secretaria Estadual de Cultura

Programa de desenvolvimento territorial de caminhos singulares do Estado do Rio de Janeiro/ SEBRAE.

Realizado pelo Instituto do Patrimônio Cultural do Estado do Rio de Janeiro, INEPAC, com o apoio do SEBRAE, esse Inventário atua na pesquisa histórica e no levantamento de campo. A pesquisa, iniciada pelo Caminho do Ouro, em Paraty, vai apresentar relatórios analíticos e a periodização do processo de ocupação do território, com o objetivo de fundamentar a elaboração dos roteiros histórico-culturais Caminhos do Açúcar, do Ouro, do Café e do Sal. O relatório final abordará a história da ocupação do território fluminense e a construção de sua diversidade cultural, relacionando as paisagens naturais e edificadas que compõem o Estado do Rio de Janeiro e dão sua identidade.

Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Históricos Urbanos Tombados
Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Paraty,

Realizado pelo Departamento de Identificação e Documentação do IPHAN. O Sítio Histórico de Paraty tem cerca de 460 imóveis na área tombada. Está prevista a atualização constante dos dados sobre obras de reforma e restauração, para monitoração permanente.

Na trilha da história – Projeto de Revitalização do Caminho do Ouro

Sob a supervisão do Balcão Sebrae, com a participação da Prefeitura Municipal de Paraty, da Associação dos Guias de Turismo de Parati e o patrocínio do Banco do Brasil, este projeto tem por objetivo tornar sustentável o turismo histórico-cultural, garantindo a preservação do sítio e buscando retorno financeiro. As etapas previstas são: avaliar, mapear, recuperar, sinalizar e revitalizar 12 km da trilha compreendida entre o bairro Penha, em Parati e a divisa com o município de Cunha, no Estado de São Paulo. Propõe, também, a integração com trabalhos desenvolvidos entre os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Governo Federal, para o resgate dos demais trechos do Caminho, que se inicia em Parati e percorre 1.410 Km até Diamantina. A realização do projeto no trecho inserido no interior do Parque Nacional depende da aprovação do IBAMA.

Programa de Preservação de Monumentos

Capela de Nossa Senhora das Dores

Este programa realizou, nessa capela, a restauração do telhado, dos altares mor e laterais e, no espaço externo, do pátio, das catacumbas e do poço. As obras foram realizadas com a supervisão 8ª Sub-Regional/IPHAN com o apoio da Prefeitura Municipal, e da Diocese.

Igreja de Nossa Senhora do Rosário

A 8ª Sub-Regional/IPHAN, com verbas da Secretaria de Cultura/Ministério da Cultura/PR, realizou a restauração dos retábulos e talha dos altares mor e laterais. O telhado foi restaurado com a supervisão 8ª Sub-Regional e o apoio da Prefeitura Municipal e da Diocese.

Projeto Paraty – Registro do Caminho do Ouro

Coordenado pelo Teatro Espaço, com o apoio do IPHAN e patrocínio da Petrobrás, procedeu à limpeza e desobstrução de um trecho de 800m do Caminho do Ouro, encoberto pela mata; realizou prospecções arqueológicas um conjunto de ruínas identificado como a Casa do Regimento do Registro Geral e elaborou ampla pesquisa histórica de fontes primárias que contribuiu para a orientação e fundamentação dos trabalhos de campo, desenvolvidos por uma equipe multidisciplinar. Paralelamente, o Teatro Espaço encabeçou a ação “Escolas no Caminho do Ouro”, de cunho educativo, que teve como público alvo as escolas públicas do Município.

Registro Multimídia do Patrimônio

Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais

Direção de Serviços de Inventário e Divulgação – Lisboa – Portugal

Foi realizado um Inventário do Patrimônio Arquitetônico e está em elaboração Registro Multimídia. .

3.3.2. Preservação ambiental

Plano de Manejo da APA de Cairuçu

A Fundação SOS Mata Atlântica e o IBAMA assinaram um Termo de Cooperação Técnica para a elaboração e a implementação do Plano de Manejo da APA de Cairuçu. Foram formalizadas parcerias com o Instituto Estadual de Florestas - IEF, e Prefeitura Municipal de Paraty com o objetivo de integrar neste Plano a Reserva Ecológica da Juatinga - REJ e o poder público local.

O Plano reúne as principais informações sócio-ambientais dessa APA e a regulamentação do uso do seu território. Na área da APA existem outras unidades a Reserva Ecológica da Juatinga e o Parque Nacional da Serra da Bocaina.

Tendo em vista a participação das comunidades da APA no processo de planejamento e gestão da unidade, a elaboração do Plano de Manejo foi acompanhada pelo Projeto Cairuçu, uma série de atividades de educação ambiental e mobilização social, coordenadas pela Fundação SOS Mata Atlântica, dentro dos objetivos estabelecidos pelos termos de cooperação com IBAMA, IEF-RJ e a Prefeitura de Paraty.

A diretriz do Projeto Cairuçu foi trabalhar a elaboração do Plano de Gestão Ambiental de forma participativa, informativa e pedagógica, ouvindo a comunidade e divulgando os principais conceitos do desenvolvimento sustentável.

Plano de Manejo do Parque Nacional da Bocaina

Resultou de um convênio entre o Ministério do Meio Ambiente, o IBAMA/Diretoria de Ecossistemas/Departamento de Unidades de Conservação e a Associação Pró Bocaina, com o apoio da Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo/ Unicamp – Faculdade de Engenharia Civil.

O Plano está organizado em seis encartes com os passos do planejamento e os procedimentos e conteúdos específicos. A estrutura parte de um contexto amplo, da organização federal das Unidades de Conservação até o detalhamento dos recursos naturais e aspectos sócio-econômicos e culturais que afetam, direta ou indiretamente, o Parque Nacional da Serra da Bocaina.

O Plano estabeleceu o zoneamento e as normas que devem orientar o uso, o manejo dos recursos naturais do Parque e a implantação das estruturas físicas necessárias à sua gestão. Estas orientações foram norteadas por objetivos específicos, obtidos de um diagnóstico ambiental que analisa tanto o Parque como sua zona de amortecimento, entendida como a área circundante que exerce influência em sua área.

3.3.3 - Desenvolvimento urbano

Plano Diretor de Paraty

Revisão do Anteprojeto de Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Paraty

A Câmara Municipal aprovou parcialmente o documento, validando os instrumentos de gestão administrativos compatíveis com o Estatuto das Cidades. Estão sendo concluídas a revisão do Zoneamento do Município e as diretrizes de uso e ocupação do solo.

O Plano Diretor de Paraty foi coordenado pela Secretaria de Planejamento do Estado do Rio de Janeiro e elaborado pela Prefeitura Municipal, IPHAN e IBAMA. Com ampla participação da comunidade; foi orientado para atender ao modelo de

desenvolvimento sustentado, restabelecendo a relação orgânica entre o ambiente natural e construído, potencializando recursos e estimulando projetos de geração de renda para a população e desenvolvimento de atividades para a promoção humana, cultural e ecológica.

Programa Internacional para o Aprimoramento do Saneamento em Paraty

Este Programa foi desenvolvido pelo MIT – Massachusetts Institute of Technology e a Prefeitura Municipal, com o apoio da Pró-Paraty, associações de moradores e o Instituto Histórico Artístico e Cultural de Paraty, tendo como patrocinadores a Bioconsult e a Kemwater Brasil.

O trabalho constou da avaliação da infraestrutura de água e da análise química e microbiológica das águas das praias, dos rios e das águas captadas pelo Município, pelas caixas d'água e pelas das torneiras. Fez, também, a avaliação da infraestrutura de esgoto. Foram propostas soluções de infraestrutura e custo para água e esgoto – coleta, transporte e tratamento. O projeto conceitual de coleta de esgotos apontou, como alternativas, o tratamento convencional por gravidade, por pressão, por vácuo e de pequeno diâmetro e recomendou a construção de estações de tratamento. .

Programa Monumenta/BID

O Município de Paraty apresentou o Projeto Paraty/RJ – Carta-Consulta, resultado do planejamento de ações estratégicas para a recuperação do patrimônio histórico.

O Monumenta é um programa de recuperação sustentável do patrimônio histórico urbano brasileiro sob tutela federal, resultante do Contrato de Empréstimo 1200/OC-BR, entre o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento e a República Federativa do Brasil. Desenvolve-se no âmbito do Ministério da Cultura, com a participação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

A área-objeto de atuação do Programa são os sítios histórico-urbanos nacionais e os conjuntos urbanos de monumentos nacionais tombados pelo IPHAN. O Programa promove obras de conservação e restauro e propõe medidas econômicas, institucionais e educativas que visam à manutenção sustentável do patrimônio preservado.

Projeto Iluminação Urbana do Centro Histórico

Implantação de rede elétrica subterrânea e novo sistema de iluminação do centro histórico de Paraty.

Implementado, este projeto permitirá eliminar a poluição visual causada pela rede aérea de distribuição de energia existente hoje no Sítio Histórico, substituindo-a por uma rede subterrânea. Foi desenvolvido pela 6ªSR/IPHAN e contribuirá significativamente para o aumento da confiabilidade no suprimento de energia elétrica, propiciando a redução no consumo. O início das obras está previsto para o próximo ano e o convênio está sendo assinado por FURNAS –Centrais Elétricas Brasileiras, Eletrobrás, Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro, Secretaria de Estado de Energia da Indústria Naval e do Petróleo, o Município de Paraty, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Fundação Roberto Marinho.

Projeto Orla

O Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima é uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente, em parceria com a Secretaria do Patrimônio da União – SPU, com interveniência Da FEEMA e do IPHAN, busca contribuir, em escala nacional, para

aplicação de diretrizes gerais de disciplinamento de uso do solo e ocupação do solo da Orla Marítima.

Esse projeto visa à transferência, da esfera federal para a municipal, da gestão e do planejamento desse espaço. Articula os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente – OEMAs, Gerências Regionais do Patrimônio da União – GRPUs, administrações Municipais, ONGs locais e outras entidades e instituições relacionadas ao patrimônio histórico, artístico e cultural. As questões abordadas são as fundiárias e as atividades econômicas específicas – como as portuárias ou relativas à exploração petrolífera, cuja atuação tenha reflexos destacados na orla.

São objetivos estratégicos do Projeto Orla o fortalecimento da capacidade de atuação e a articulação de diferentes atores do setor público e privado na gestão integrada desse espaço, o desenvolvimento de mecanismos institucionais de mobilização social para sua gestão integrada e o estímulo de atividades sócio-econômicas compatíveis com o desenvolvimento sustentável da orla.

Em Paraty, o Projeto se dirigiu para as questões do assoreamento da orla da cidade, regularização fundiária dos terrenos de marinha e urbanização dos espaços livres públicos, de forma que não venham a interferir no sítio histórico urbano e sua paisagem.

3.3.4. Desenvolvimento turístico

Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico do Município de Paraty

Elaborado pela Solving Consultoria em Turismo, com o apoio da Secretaria de Turismo e Cultura da Prefeitura, IBAMA, IEF, SEBRAE e TurisRio, teve por objetivo planejar o desenvolvimento sustentável do turismo no Município, através da melhora das relações sociais, com menor desigualdade, aumento da renda média e do poder de compra da população local; da valorização da cultura, da preservação do meio-ambiente e do desenvolvimento da economia de forma equilibrada e consistente.

3.4. Condições de visitação pública

3.4.1 - Áreas de visitação

Paraty fica na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo e a principal via de acesso é a BR-101, Rodovia Rio-Santos. A cidade dista 241km do Rio de Janeiro e 300km de São Paulo. É ligada ao Vale do Paraíba pela RJ 165- Paraty-Cunha. O aeródromo recebe basicamente aeronaves particulares e uma linha comercial que funciona na temporada de verão. A cidade também tem terminal rodoviário.

O município conta com um Centro de Informações Turísticas do Cairuçu, na localidade do Patrimônio, e outro no Portal da Cidade. Há exposições na Casa da Cultura e sobre o Caminho do Ouro, distribuição de mapas e folhetos, guias formados pela Embratur e monitores ambientais capacitados pela Associação Cairuçu. As pousadas, que antes se instalavam apenas no Sítio Histórico, hoje proliferam no núcleo urbano central e, mais recentemente, na Vila de Trindade, em Tarituba e na zona rural.

> Ilhas, praias e Caminho do Ouro

A visitação das ilhas e praias a partir do núcleo urbano e realizado por embarcações fretadas ou coletivas. O acesso a Trindade foi viabilizado com a

pavimentação da estrada. O acesso à Reserva Ecológica da Juatinga é realizado a pé ou de barco, mas o município conta com cerca de 600 km de estradas vicinais.

O acesso ao Caminho do Ouro é realizado pela estrada Paraty-Cunha, que começa no trevo de Paraty, km 576 da rodovia Rio-Santos. O acesso também é possível pela rodovia SP 171, que começa em Guaratinguetá, na rodovia BR 116, Via Dutra, passa por Cunha e, na divisa entre São Paulo e Rio de Janeiro, alcança a RJ 165, que está sem pavimentação no trecho que corta o Parque Nacional da Serra da Bocaina. Os principais pontos de referência para a visita do Caminho do Ouro são o bairro do Penha, a 8,5km de Paraty e o bairro do Souza, próximo ao Sítio Histórico e Ecológico, ambos servidos por transporte coletivo e operadoras de turismo.

> Sítio Histórico

O acesso ao Sítio Histórico de Paraty se dá por três vias. A principal é a avenida Roberto Silveira, que sai do trevo de Paraty e termina na Praça do Chafariz, junto ao centro histórico. Outra é a avenida beira-rio, chamada Otávio Gama, que margeia o Perequê-Açu e leva até as praias do Pontal e do Jabaquara. A terceira é a avenida Selvamar, que conduz ao aeródromo de Paraty e à Rodoviária.

O acesso de veículos é permitido somente ao contorno do Sítio Histórico, pelas ruas Domingos Gonçalves de Abreu, Pedreira, Fresca, largo Santa Rita e rua Aurora, até atingir novamente a Domingos Gonçalves de Abreu. Há estacionamento na Domingos de Abreu, junto à margem do rio e próximo ao porto. Há insuficiência de estacionamento na temporada de verão. O acesso ao Forte Defensor Perpétuo se dá por uma trilha que começa na estrada do Forte. O Sítio Histórico é vedado a veículos, exceto em dias da semana abertos ao abastecimento e serviços. A bicicleta é o meio de transporte usual dos moradores.

3.4.2. Instalações e equipamentos para visitantes

O Município conta com a seguinte estrutura turística:

Casa da Cultura

Abriga exposições temporárias e um Centro de Referência Cultural, com uma exposição permanente sobre a cultura e o cotidiano de Paraty. Conta, ainda, com um auditório e um serviço de atendimento ao turista.

Espaço Cultural da Cadeia Velha

Sede do Instituto Histórico e Artístico de Paraty, abriga uma biblioteca, um arquivo e uma pinacoteca. Promove encontros de pesquisadores e estudiosos de Paraty.

Espaço Cultural do IPHAN

A sede do IPHAN em Paraty abriga uma sala de exposições para artistas que retratam a cidade.

Espaço Cultural Paraty

Tradicional teatro de bonecos da cidade, que também administra o Sítio Histórico e Ecológico do Caminho do Ouro.

Museu de Arte Sacra de Paraty

Instalado na capela de Santa Rita, no Sítio Histórico, onde também se dão exposições, concertos e eventos culturais.

Museu de Artes e Tradições Populares

Funciona na Casa do Regimento do Forte Defensor Perpétuo. No mesmo Forte, a Casa de Pólvora é usada como sala de vídeo em projetos educacionais.

Posto de Informações Turísticas

No Portal de Paraty, principal acesso da cidade e na sede da Secretaria de Turismo e Cultura.

A cidade ainda oferece cerca de 146 hotéis e pousadas; 7 campings na cidade e no entorno próximo, 7 agências de turismo; cerca de 50 restaurantes; 8 operadoras de mergulho; 15 a 25 embarcações de turismo de grande porte, 40 embarcações de turismo de pequeno porte e 8 marinas para embarcações particulares. No bairro dos Penha encontramos um Centro de Informações Turísticas que contém dados sobre o Caminho do Ouro. O Sítio Histórico e Ecológico do Caminho do Ouro, Sh-Eco, oferece estrutura própria, com restaurante, pouso, animais para transporte e exposição permanente.

3.4.3. Estatísticas de Visitação

Segundo pesquisa da Solving Consultoria em Turismo, encomendada em 2003 pela Secretaria de Turismo e Cultura da Prefeitura Municipal de Paraty, a cidade recebe por ano 280 mil visitantes, dos quais 15% estrangeiros, entre eles 20% franceses e 20% divididos entre alemães e argentinos (4).

Casa de Cultura

Visitantes: 16.000

Participantes em eventos: (não foram quantificados)

Total: 16.000

Espaço Cultural da Cadeia Velha

Visitantes: 3.344

Participantes de eventos: 2.944

Total: 3.344

Museu de Arte Sacra de Paraty

Visitantes: 20.389

Participantes de eventos:

Total: 20.389

Museu de Artes e Tradições Populares

Visitantes: 6.402

Participantes de eventos: 1.561

Total: 7.963

Sítio Histórico e Ecológico do Caminho do Ouro

Visitantes: 2088

Participantes de eventos: 1480

Total: 3.568

>Caminho do Ouro – trecho entre o bairro Penha e O Sh-Eco

Visitantes: 2000

Estudantes: 3000

3.5 – Recursos envolvidos

3.5.1. Despesas com ações de conservação e valorização

Associação Cairuçu

Formada por proprietários do Condomínio Laranjeiras, adjacente a Paraty, desenvolve ações de apoio à saúde, educação e capacitação das comunidades do Sono, Ponta Negra, Vila Oratório, Campinho, Patrimônio, Trindade e Pedras Azuis. Construiu e mantém o Centro de Informações do Cairuçu. Desde sua criação, já aplicou cerca de R\$ 400.000,00 na região e conta com colaboração mensal de associados.

Na Trilha da História – Projeto de Revitalização do Caminho do Ouro

Este projeto contou com recursos do Banco do Brasil, supervisão do Balcão SEBRAE e participação da Prefeitura Municipal de Paraty e da Associação dos Guias de Turismo de Paraty, realizando trabalhos de prospecção arqueológica orientados pelo IPHAN e limpeza de um trecho de 3.700m do Caminho, com recursos de R\$625.000,00.

Projeto Cairuçu

Realizado conjuntamente pela Fundação SOS Mata Atlântica, IBAMA, IEF e Prefeitura Municipal de Paraty, esse projeto elaborou o Plano de Manejo da APA de Cairuçu, incluindo suas atividades de educação ambiental, capacitação, publicações e a construção do Centro de Informações Turísticas e Ambientais do Cairuçu. Contou com recursos do Condomínio Laranjeiras, Fundação SOS Mata Atlântica, Harmonia Global, Sorriso Herbal, Prolata, Polibrasil, Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, El Paso e Bank of America, no total foram alocados R\$ 500.000,00.

3.5.2. Fundos públicos existentes

Furnas – Centrais Elétricas

Destinou verba de R\$ 7.000.000,00 para o projeto de Iluminação Urbana e Cabeamento Subterrâneo do Bairro Histórico, para o Parque Nacional da Serra da Bocaina e a APA de Cairuçu. Tem como fonte de recursos o orçamento anual da União, definido pelo governo federal e aprovado pelo Congresso Nacional

Lei Federal de Incentivo à Cultura – nº 8313/91 – Ministério da Cultura

A Casa da Cultura foi restaurada com recursos dessa lei, patrocínio da Eletronuclear; apoio da General Electric, Spring Carrier e Votorantim e em parceria com a Prefeitura Municipal de Paraty, a Fundação Roberto Marinho e a Rede Globo de Televisão, com recursos de R\$ 2.100.000,00.

O Sítio Histórico Ecológico do Caminho do Ouro–Sh-Eco, com recursos dessa lei e patrocínio da Petrobrás, desenvolve ações educacionais e realizou trabalhos de prospecção arqueológica, pesquisa documental e recuperação do do calçamento do Caminho. A verba alocada para este projeto foi de R\$ 613.725,00.

Monumenta/BID

Através do Programa Estratégico do PPA 2000-2003 - Avança Brasil, foi obtido pela Prefeitura Municipal de Paraty um o Contrato de Empréstimo 1200/OC-BR, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento –BID.

Projeto Orla/SPU/IBAMA

Tem como fonte de recursos o orçamento anual da União, definido pelo governo federal e aprovado pelo Congresso Nacional. No ano de 2003 contará com verba de cerca de R\$ 200.000,00, para ações de revitalização da orla no município.

Reserva Ecológica da Juatinga

É administrada com recursos do Estado do Rio de Janeiro, a partir de orçamento elaborado pelo governo estadual e aprovado pela Assembléia Legislativa.

3.6. Capacitação técnica

3.6.1. Experiência e capacitação em técnicas de conservação e gerenciamento

A conservação do Sítio Histórico exige da Municipalidade um esforço técnico constante. O sistema de infraestrutura, pavimentação, esgotos, iluminação e força requerem manutenção especial e permanente. Para fazer as revisões necessárias no calçamento de pedras, a Prefeitura está aguardando as obras de cabeamento subterrâneo da iluminação pública, que deverá ser realizado em conjunto com a implantação do sistema de saneamento. .

A Prefeitura Municipal está buscando se integrar a programas nacionais de preservação de sítios históricos, como o Monumenta-BID do Ministério da Cultura/IPHAN, para desenvolver ações de restauração de edifícios públicos e religiosos e revitalização de áreas públicas. Outro Programa de destaque é o Projeto Orla, que visa à capacitação dos técnicos da Prefeitura no trato das questões relativas a essa área e na proposição de projetos para ela. Esse projeto está sendo desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente/IBAM, SPU – Secretaria do Patrimônio da União, com apoio da FEEMA – Fundação Estadual de Meio Ambiente, IBAM– Instituto Brasileiro de Administração Municipal e IPHAN.

O Parque Nacional da Bocaina é o principal agente de fiscalização dos Caminhos de Pedra da Serra. Embora ainda existam propriedades particulares no Parque, ações estão sendo desenvolvidas no sentido da implantação da área. A maior parte dos caminhos estão enterrados. Cabe a iniciativa de particulares, sempre sob a supervisão do Parque, da Prefeitura Municipal e do IPHAN a manutenção de alguns trechos. O IBAMA dispõe de um escritório local na APA do Cairuçu.

O IPHAN dispõe de um escritório local que atende as demandas relativas a intervenções no Sítio Histórico.

A Prefeitura Municipal dispõe de técnicos qualificados nas secretarias de Obras, Meio Ambiente e Turismo, que agem diretamente nas questões de preservação.

3.6.2. Equipes alocadas para proteção e manutenção

IBAMA – Parque Nacional da Serra da Bocaina

Total: 2 técnicos e 3 guardas-parque

APA de Cairuçu

Total: 2 técnicos e 2 funcionários

IPHAN – 6º Superintendência Regional

Total: 120 funcionários

8ºSub-Regional

Total: 2 funcionários

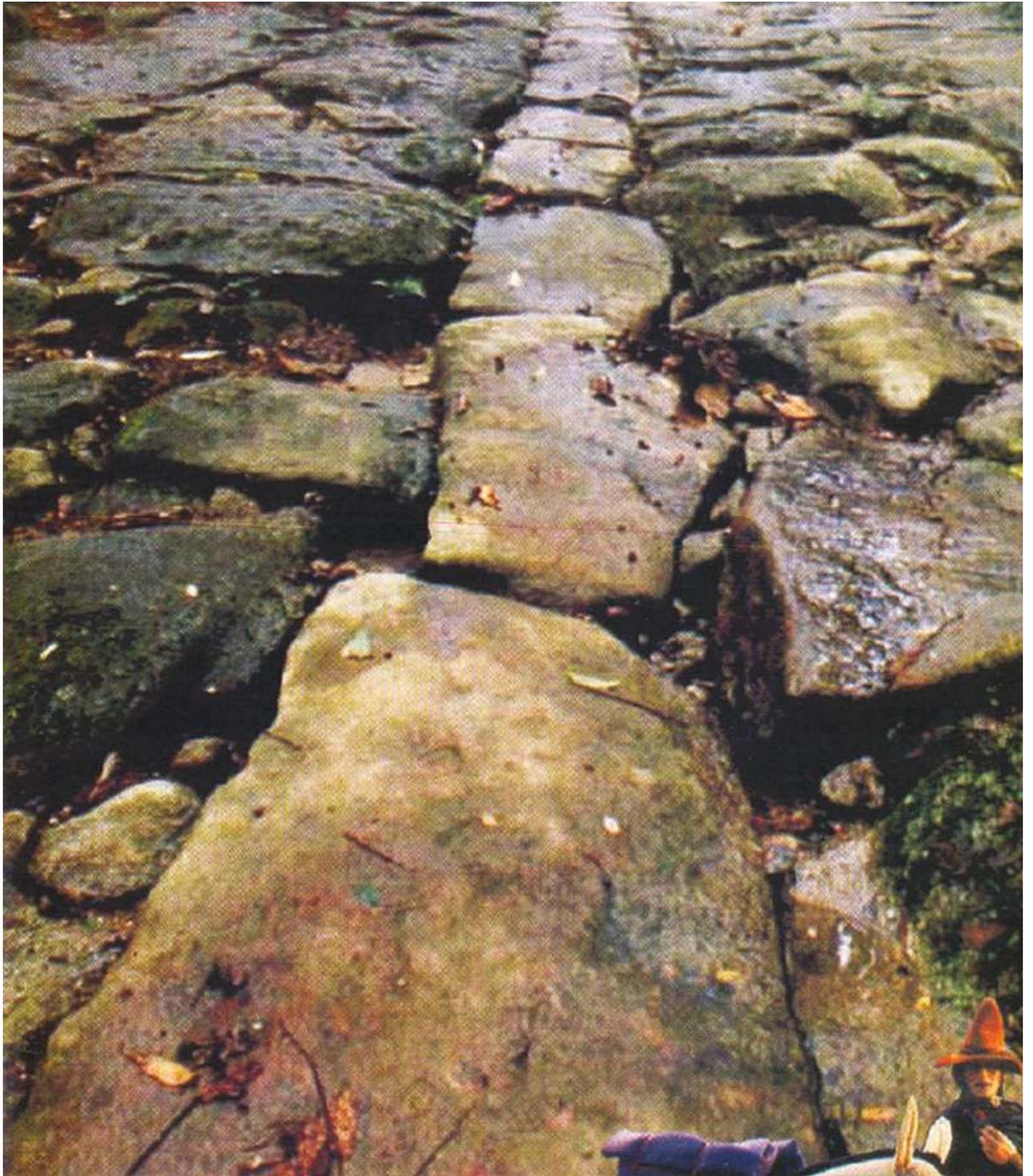
Prefeitura Municipal

Total: 1098 funcionários

Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Meio Ambiente: 30 funcionários

Secretaria de Obras: 217

Secretaria de Educação: 413



4. Plano para gestão das áreas

4.1. Estratégias de sustentabilidade ambiental

O Plano de Gestão tem por objetivo planejar o gerenciamento global do sítio e das zonas de amortecimento para garantir a conservação e a proteção do bem cultural e natural, desenvolver estudos científicos, assegurar a transmissão pedagógica, a difusão nacional e internacional, sua conexão com os outros bens, seu desenvolvimento sustentável, assim como, o desenvolvimento do turismo sustentável por meio da capacitação, comunicação e do marketing.

A sustentabilidade ambiental de Paraty é garantida pela integração dos gestores de seu patrimônio cultural e natural – IPHAN, IBAMA, IEF, FEEMA e Prefeitura Municipal - instituições responsáveis pelo licenciamento de obras e atividades no seu território, bem como pela fiscalização do cumprimento da legislação.

Por outro lado, é fundamental que se promova a mobilização sócio ambiental e o apoio técnico operacional às iniciativas locais, privadas ou institucionais, principalmente na área de informação e capacitação das sociedades locais e operadores de turismo, objetivando a evolução de uma mentalidade em sintonia com os objetivos de um desenvolvimento sustentado. A concretização de parcerias entre o poder público, a iniciativa privada e a população, bem como o fortalecimento das ONGs e associações comunitárias também é um dos objetivos a ser alcançado.

Como estratégias de sustentabilidade ambiental e cultural da área foram expostos os programas de preservação dos bens candidatos a Patrimônio Mundial, bem como seus projetos específicos, descritos no item 4.3 deste Plano.

4.2. Diretrizes gerais e específicas de preservação e valorização

> Diretrizes gerais

O objetivo primeiro do Plano de Gestão dos bens de Paraty candidatos a Patrimônio da Humanidade é sua preservação para que todos, brasileiros e estrangeiros, possam conhecê-los e desfrutar deles. A filosofia do Plano é manutenção e melhoramento dos sítios, sem interferir no modo de vida dos que os habitam. Pelo contrário, entende-se como necessária a revitalização e manutenção das características próprias dessa população, composta de brancos, índios e negros.

Ação de fundamental importância para a preservação do sítio de Paraty é a participação da população local, que deve ser intensivamente orientada acerca dos critérios para a preservação dos bens. Sendo todos conhecedores dos objetivos buscados, torna-se mais fácil a união em torno do Plano de Gestão. Se a população participar do Plano de Gestão, sua divulgação e implantação se transformará em valor intrínseco a cada um, possibilitando o êxito das ações adotadas.

Através do Plano buscou-se equacionar a questão ambiental e cultural com a geração de renda, para que se encontre uma adequação entre os projetos e a realidade social. Os benefícios indiretos da implantação do Plano de Gestão virão a médio prazo, com a criação de novos postos de trabalho ligados ao turismo, que deixará de ser sazonal para se transformar numa atividade para o ano todo. .

A meta do Plano de Gestão é conciliar turismo e preservação, o que só será possível se a população se organizar, com o apoio de ONGs e das esferas

governamentais, por uma política pública de manejo da área. Esse intento foi estabelecido no Decreto 076/2003 onde o prefeito do município instituiu a Comissão Permanente Pró Sítio do Patrimônio da Humanidade de Paraty. A atuação dos membros da Comissão garantirá a eficácia das ações para que o sítio torne-se ambientalmente e culturalmente sustentável.

As ações detalhadas neste Plano de Gestão resultaram, em parte, dos debates do seminário *Paraty - Planejamento e Patrimônio Mundial*, realizado em 2001

> Diretrizes específicas para a paisagem natural

- Salvar e manter os valores intrínsecos da área da paisagem natural, do Caminho do Ouro e do Sítio Histórico;
- A proteção e conservação do corredor ecológico formado pelo contínuo florestal composto pelas áreas protegidas da região da baía da Ilha Grande, Bocaina e Litoral Norte de São Paulo;
- A preservação da paisagem natural e cultural;
- A proteção da Mata Atlântica nos seus estágios médio e avançado de regeneração, bem como a mata primária, os manguezais, os costões rochosos, as cabeceiras dos rios;
- A proteção das vilas caiçaras contra a especulação imobiliária e a descaracterização da organização do espaço residencial típico destas comunidades;
- A regulamentação da ocupação urbana nas vilas rurais;
- A proteção, conservação e perpetuidade da biodiversidade;
- A conservação da paisagem costeira em harmonia com a ocupação residencial e turística;
- Garantir a integridade da beleza da paisagem nas ilhas e nos costões rochosos, representada pela variação de bromélias, cactáceas, orquídeas e outras espécies ornamentais que se desenvolvem naturalmente nestes locais;
- A implantação dos planos de manejo do Parque Nacional da Serra da Bocaina, da APA de Caiçu e dos seus respectivos Conselhos de apoio à gestão.
- Respeitar o potencial arqueológico;
- Fortalecer e apoiar a capacitação da população caiçara, quilombola e indígena nas suas próprias tecnologias patrimoniais;
- Apoiar a realização das manifestações culturais, exposições e eventos, principalmente no Sítio Histórico, Forte Defensor Perpétuo e Caminho do Ouro;

> Diretrizes específicas para o Caminho do Ouro

- A capacitação da população local, objetivando a conscientização da importância econômica, ambiental e cultural do Caminho do Ouro;
- A apresentação das possibilidades de desenvolvimento da região dentro dos preceitos do turismo sustentável;
- A formalização de parcerias entre o IBAMA, Prefeitura, ONGs e iniciativa privada para a operacionalização da visitação pública e manutenção do Caminho;
- O desenvolvimento de projetos visando a captação de recursos para a pesquisa, divulgação, proteção, conservação e gestão do Caminho;
- A criação de um Conselho específico para o Caminho do Ouro, formado pelas instituições gestoras, ONGs com atividade na área, Associações de Bairro e iniciativa privada envolvidos na sua operacionalização;

> Diretrizes específicas para o Sítio Histórico e o Forte Defensor Perpétuo

- Respeitar, em todas as intervenções, os princípios éticos da conservação, as recomendações internacionais da UNESCO e as recomendações contidas na Carta de Burra;
- Proteger e conservar o conjunto arquitetônico protegido, bem como sua área de entorno, de forma a não romper o encontro do mar com o sítio histórico e do sítio histórico com a paisagem;
- Definir e controlar o fluxo de visitantes em função do bem;
- Criar zonas de atividades compatíveis que possam beneficiar todos os usuários do sítio e proibir os usos não compatíveis;
- Estabelecer critérios e prioridades para descobrir os pontos nevrálgicos do trabalho de manutenção;
- Estabelecer contatos com os artesãos, conservadores e restauradores;
- Gerir o sítio sob um prisma interno, criando uma estrutura de comunicação para que as pessoas que nele trabalham possam assinalar rapidamente todos os sinais de degradação ou todo objeto que necessite uma atenção particular;
- Responder conforme os critérios de autenticidade em matéria de concepção, material, trabalho ou ambiência;
- Permitir a conservação do maior volume possível do material histórico existente;
- Assegurar um equilíbrio harmoniosos entre a concepção e execução do projeto;
- Garantir o acesso futuro aos testemunhos contidos no objeto e não criar obstáculos a uma intervenção futura, se for necessário;
- Reabilitar as praças e os espaços livres públicos do sítio histórico;
- Desenvolver projetos visando à captação de recursos para a pesquisa, divulgação, proteção, conservação e gestão do Sítio Histórico e do Forte Defensor Perpétuo;

4.3. Medidas e ações previstas

	LEIS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS
1937	Decreto Lei 25/1937 – Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
1965	Lei 4.771/65-Código Florestal
1966	Decreto Federal 58.077/66 - Converte o município de Paraty em Monumento Nacional, determinando que fossem estudados meios para assegurar a conservação dos remanescentes do patrimônio natural que garante e emoldura a Paraty histórica.
1967	Lei 5.197/67-Lei de Proteção à Fauna
1969	Decreto Lei 131/69 – cria a Floresta Estadual de Paraty
1971	Decreto Federal 68.172/71, Institui o Parque Nacional da Bocaina, com uma área de 134.000 ha, englobando as terras do Horto Florestal de Mambucaba

	e o Núcleo Colonial Senador Vergueiro, além de terras devolutas nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro e propriedades particulares.
1972	Decreto Federal 70.694/72 modifica o Decreto Federal 68.172/71, alterando o espaço do PNSB: a localização, por solicitação do IPHAN, do município de Bananal e São José do Barreiro para o de Paraty; e a área para 110.000 ha (DF70694), cujos limites definidos são imprecisos por utilizar como marcação cotas e fazendas.
1972	Decreto Estadual 15.927/72 e Lei Especial 7.220/73 - É criado o Parque Estadual Parati-Mirim (Paraty), que se situa na zona de amortecimento do PNSB.
1976	Pelo Decreto 996/76, o Parque Estadual Parati-Mirim recebe a denominação de Área Estadual de Lazer de Parati-Mirim (Paraty) com 1.747 ha , sendo incorporada, por doação, ao patrimônio da TurisRio.
1979	Decreto Federal 84.017/79 - Regulamentação dos Parques Nacionais Brasileiros.
1981	Lei Federal nº 6.938/81 - Política Nacional de Meio Ambiente: dispõe sobre as Reservas ou Estações Ecológicas como áreas de preservação permanente do art. 2º do Código Florestal
1981	Lei Federal nº 6.902/81 - Criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental.
1983	Decreto Federal 89.242/83 - É criada a Área de Proteção Ambiental Federal de Cairuçu (Paraty) com 33.800ha que contém partes do PNSB, Estação Ecológica Federal dos Tamoios e Área Estadual de Lazer de Parati-Mirim;
1983	Lei Municipal 655/83 – Código de Obras do Município.
1984	Lei Municipal 685/84 – Cria a APA da Baía de Paraty; complementada pela Lei 744/87 e ampliada pelo Decreto 040/99.
1984	Decreto Federal n º 89.336/84 - Dispõe sobre as Reservas Ecológicas e Áreas de Relevante Interesse Ecológico.
1985	Decreto Estadual - As localidades Ponta da Trindade, Ponta da Fazenda e Enseada do Sono (Paraty) são tombadas pelo Estado do Rio de Janeiro (ET-DORJ), sendo administrado pelo INEPAC.
1986	Lei Municipal 720/86 – Código de Posturas do Município.
1987	Lei Orgânica de Paraty
1988	Constituição Federal – Art. 225, #4 - A Mata Atlântica é considerada, pela Constituição Federal, patrimônio nacional e “sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente,

	inclusive quanto ao uso dos recursos naturais”.
1988	Lei Federal nº 7.661/88 - Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - Impõe limitações à utilização dos imóveis, bem como sobre o uso do solo, subsolo e das águas
1988	Resolução CONAMA n 10 – Regulamenta APA’s Federais.
1990	Resolução CONAMA n 13 – Regulamenta o licenciamento de atividades no entorno de 10 km de Unidades de Conservação.
1990	Decreto Federal 98.864/90 - É criada a Estação Ecológica Federal de Tamoios (Angra dos Reis/Paraty) com 700 ha; está contida nas partes insulares da APA Estadual de Tamoios;
1.991	Lei Estadual 1.859/91 - É autorizada a criação da Reserva Ecológica de Juatinga (Paraty) com 7.000 ha sendo administrada pelo IEF/RJ; está totalmente inserida na APA de Cairuçu;
1.992	Região de Mata Atlântica é reconhecida como Reserva da Biosfera pela Unesco
1.993	Decreto Federal 750/93 e Resolução CONAMA 02/93 - O corte, exploração e supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica são disciplinados.
1.993	Resolução CONAMA 10/93 - Os parâmetros básicos para análise dos estágios de sucessão da Mata Atlântica são estabelecidos.
1994	Resolução CONAMA 06/94 - Estabelece os parâmetros básicos para análise dos estágios de sucessão da mata atlântica no estado do Rio de Janeiro
1.994	Lei Municipal 437/94 - Criação da Reserva Indígena Parati-Mirim, com 79 ha.
1995	Lei Estadual 2.393/95 – Dispõe sobre a permanência de populações tradicionais em Unidades de Conservação.
1.994	Lei Municipal 494/94 - Cria a Reserva Indígena Guarani-Araponga com 213 ha.
1.999	Tombamento dos remanescentes do Quilombo de Campinho (Paraty) com 270ha, onde habitam 87 famílias.
2.000	Lei Federal 9.985/00 - Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC.
2000	Lei Estadual 3443/00 - Estabelece a criação dos conselhos gestores para as Unidades de Conservação Estaduais.
2001	Decreto 108/01 – Cria o Núcleo Especial de Trabalho para Estudo da Estratégia de Paraty – Caminho do Ouro, como Patrimônio Mundial; núcleo

	ampliado pelo Decreto 018/02.
2001	Lei Municipal 1.239/01 – Cria a APA das Praias de São Gonçalo e São Gonçalinho.
2002	Lei Municipal Complementar 19/02 – Plano Diretor do Município.
2002	Lei Municipal Complementar 20/02 – Plano Diretor de Turismo do Município.
2002	Lei Municipal 1.355/02 – Cria a Estrada Parque Caminho da Serra da Bocaina.
2003	Lei Municipal – Cria a Estrada Parque Caminho do Sono.
2003	Lei Municipal – Cria a Estrada Parque Caminho da Pedra Branca.
2003	Decreto 027/03 – Institui a Comissão Permanente Bipartite Pró Patrimônio da Humanidade.
2003	Decreto Municipal 080/03 – Institui a Comissão Permanente Pró Sítio do Patrimônio Mundial de Paraty.
2003	Decreto Municipal 092/03 – Cria Área de Proteção nas áreas externas ao Parque Nacional da Serra da Bocaina dos remanescentes do Caminho do Ouro bem como das construções ou remanescentes destas.

Comissão Permanente Pró-Sítio do Patrimônio da Humanidade de Paraty

Essa comissão, de acordo com Decreto Municipal nº 080/2003, é formada por três representantes do Município, dois representantes do Governo do Estado do Rio de Janeiro, dois representantes do Governo Federal - um do IPHAN e outro do IBAMA - e representantes não governamentais: Associação Pró Paraty, Comam, Associação de Guias de Turismo de Paraty, Espaço Cultural Paraty, Fundação SOS Mata Atlântica, Icomos do Brasil, Fundação Roberto Marinho e Associação Casa Azul.

Esta Comissão funcionará como um fórum permanente para discussão, divulgação, capacitação, desenvolvimento, controle, monitoramento, elaboração de projetos, captação de recursos e gestão operacional para viabilizar a sustentabilidade ambiental e cultural do Sítio do Patrimônio Mundial de Paraty e suas Zonas de Amortecimento. A Comissão poderá fazer parcerias com ONGs, Organizações Não-Governamentais e OSCIPs, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, para a implementação de projetos.

A Comissão Permanente deve concentrar esforços para contar com recursos adequados e suporte efetivo dos governos federal, estadual e municipal, além à nobre ação de preservação desses bens.

Estão criadas em seu bojo comitês para as diversas abordagens que serão feitas no sítio para que haja um envolvimento mais objetivo de cada membro. Será

de sua responsabilidade a criação de metodologia adequada para o treinamento e licenciamento de guias turísticos.

É fundamental que os membros desta Comissão estejam conscientes de que o processo de manutenção do sítio de Paraty é contínuo e como tal deve ser tratado. Elaborado para regulamentar as atividades da Comissão e para seu bom funcionamento foi elaborado o Regimento Interno, cujo texto segue como anexo.

> Projetos Propostos

As ações a serem adotadas e detalhadas pelo Plano de Gestão foram resultantes dos debates do *Seminário Paraty - Planejamento e Patrimônio Mundial*, num trabalho integrado entre os governos federal, estadual e municipal, a comunidade científica, a sociedade local e as organizações civis. Essas ações consistem em:

- Incentivar a realização de uma série de projetos de melhorias de infra estrutura urbana, tais como a implantação de rede elétrica subterrânea, rede de esgoto sanitário e destinação final de resíduos sólidos, que serão implementados a curto e médio prazo através dos Governos Federal e Estadual, com o apoio do Município.
- Buscar a viabilização dos projetos de estruturação urbana fundamentais para a preservação da cidade, como o sistema viário, a revitalização dos espaços públicos, a delimitação das Bordas d'Água e a transferência do aeródromo.
- Promover e controlar o desassoreamento da Baía de Paraty e dos seus rios, além da preservação de matas ciliares e seu entorno.
- Apoiar ações que visem a demarcação e implantação definitiva do Parque Nacional da Bocaina.
- Incentivar a implementação do Plano Diretor do Município.
- Criar sistemas de geoprocessamento do município.
- Registrar os saberes e fazeres locais, objetivando o seu resgate e a sua preservação.

Os projetos propostos pelo Plano de Gestão do Sítio do Patrimônio Mundial são os seguintes (Anexo)

1. Projeto de recuperação paisagística da orla, com o desassoreamento dos rios e da baía de Paraty.
2. Projeto para a contenção de encostas – Morro do Jacu
3. Projeto para a transferência do aeródromo.
4. Projeto para o tratamento da água e do esgoto,
5. Projeto para o controle do lixo coletado no município, com a construção de usinas de triagem e compostagem e de aterro de resíduos inertes
6. Projetos do Caminho do Ouro
7. Projeto de requalificação urbanística do acesso primordial da Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty
8. Restauração e preservação do Sítio Histórico e Forte Defensor Perpétuo
9. Projeto de preservação da tipologia arquitetônica do Sítio Histórico,
10. Projeto de recuperação do calçamento do Sítio Histórico
11. Projeto registro do patrimônio imaterial de Paraty
12. Projeto de conversão da distribuição elétrica aérea em subterrânea e sistema de iluminação pública do Sítio Histórico
13. Planos para a proteção ambiental

4.4. Metas e prazos

> Projetos a serem executados no Ano 1 da implantação do Plano de Gestão:

- Projeto de conversão da distribuição elétrica aérea em subterrânea e sistema de iluminação público do Sítio Histórico.
- Projeto para o controle do lixo coletado no município, com a construção de usinas de triagem e compostagem e aterro de resíduos inertes.
- Projeto para contenção de encostas – Morro do Jacu
- Inventário do patrimônio imaterial
- Projeto para recuperação do calçamento do Sítio Histórico

> Projetos a serem desenvolvidos em até 5 anos a partir da implantação do Plano de Gestão:

- Implantação do Parque Nacional da Serra da Bocaina
- Projeto de preservação da tipologia arquitetônica do Sítio Histórico
- Implantação do Plano de Manejo da APA do Cairuçu

> Projetos a serem desenvolvidos em até 10 anos a partir da implantação do Plano de Gestão:

- Projeto de recuperação paisagística da orla marítima, com o desassoreamento dos rios e da baía de Paraty
- Projeto de requalificação urbanística do acesso primordial da Vila de Nossa Senhora dos Remédios
- Projeto para transferência do aeródromo, com a construção do Aeroporto Internacional de Paraty
- Projeto de revitalização dos espaços públicos da Borda D'Água
- Projeto para tratamento da água e do esgoto

> Projetos a serem desenvolvidos em 2005, para implementação até 2010, com prioridade para o sítio proposto:

a) Gerais

- Sinalização das áreas protegidas em Paraty;
- Sinalização dos atrativos turísticos conforme normas internacionais;
- Comunicação social do Sítio do Patrimônio da Humanidade
- Capacitação de monitores ambientais e culturais;
- Capacitação de jovens em tecnologias patrimoniais tradicionais de Paraty;

b) Paisagem natural e Caminho do Ouro, na Zona de Amortecimento

- Recuperação da sede da antiga fazenda Paraty Mirim, para implantação do Centro de Informações Ambientais e Turísticas da Reserva Ecológica da Juatinga;
- Restauro da sede e do engenho da fazenda Itatinga;
- Área de ação específica do Caminho do Ouro, da Trilha do Ouro e Caixadaço, no Parque Nacional da Serra da Bocaina

- Implementação de projetos agro-eco-turísticos
- Construção do pavilhão para técnicas tradicionais na Ilha das Cobras
- Projetos demonstrativos para manejo sustentável de palmito, plantas ornamentais e bambu para construção;
- Implantação das trilhas da Cabeça do Índio, em Trindade e de Vila Oratório, Sono, Ponta Negra e de Pouso, na Reserva da Juatinga
- Estudo da capacidade de carga das praias e ilhas mais visitadas de Paraty;

c) Caminho do Ouro

- Área de ação específica dos Caminhos do Ouro
- Museu Aberto do Caminho do Ouro, após aprovação pelo IBAMA
- Revitalização do Caminho do Ouro, após aprovação pelo IBAMA

d) Sítio Histórico:

- Instalação de galeria para passagem de todos os cabos e dutos do Sítio Histórico;
- Revitalização da praça da Matriz
- Reestruturação do cais de Paraty
- Construção da calçada da Patitiba

4.5. Recursos previstos

Para algumas destas propostas não existem recursos. Outras podem ser viabilizadas com recursos públicos, outras pela iniciativa privada, como no caso do projeto para cabeamento subterrâneo, para o qual já foi destinada verba da Eletronuclear.

Está prevista, no orçamento do IPHAN, verba para realização dos projetos do inventário do patrimônio imaterial e o de preservação da tipologia arquitetônica. O IBAMA vem operando em Paraty com recursos de custeio básico e para a implantação do Plano de Manejo do Parque Nacional estão sendo destinados recursos originados de Termos de Compensação Ambiental.



5. Plano para monitoramento das áreas

5.1. Estruturação do sistema de monitoramento

Para o controle satisfatório das transformações na zona de expansão urbana da cidade de Paraty, está sendo implantado um sistema de cadastro georreferenciado que abrangerá, posteriormente, todo o Município. A área urbana e de expansão já está cadastrada e os dados sistematizados estão sendo instalados nos computadores da Prefeitura Municipal e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Os Planos de Manejo do Parque Nacional e da APA de Cairuçu produziram a cartografia digital georreferenciada que foi a base para os mapas produzidos para esta candidatura de Paraty, estruturados em um Sistema Geográfico de Informações que deverá ser integrado ao cadastramento digital já existente.

O acompanhamento de todas as obras de conservação e restauração dos imóveis do Sítio Histórico são efetuadas, desde 1945, pela Prefeitura Municipal e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que possuem em seus arquivos toda a documentação pertinente. O Sítio Histórico se encontra em muito bom estado de conservação e não sofre pressões importantes, o que não se pode dizer das zonas de amortecimento.

O Inventário de Sítios Históricos Urbanos do IPHAN levantou e sistematizou os dados sobre imóveis do Sítio Histórico, criando uma base que permite a atualização e o acompanhamento de obras. Essa base está sendo instalada nos computadores da Prefeitura Municipal e do IPHAN.

Os dados obtidos com levantamento de campo arquitetônico e com a pesquisa histórica compõem um sistema informatizado que possibilita a compreensão das informações de forma associada, fornece subsídios para a gestão do patrimônio e permite o estabelecimento das prioridades na aplicação de recursos, programas e projetos de preservação.

A Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais de Portugal inventariou o Sítio Histórico em um Registro Multimídia, que pode ser acessado internacionalmente.

O Sistema de Monitoramento Ambiental e Turístico das Zonas de Amortecimento do Caminho do Ouro deve contar com a participação de todas as instituições gestoras do meio ambiente no município, além de Associações Comunitárias e ONGs interessadas.

Um Sistema de Informações Geográficas – SIG deve ser estruturado a partir das informações cartográficas digitais produzidas pela Fundação SOS Mata Atlântica, UNICAMP, Prefeitura Municipal de Paraty e a Espaço Sideral.

O sistema de monitoramento de Paraty deverá contar com informações da base cartográfica IBGE, da legislação sobre o uso do solo, bem como sobre a cobertura vegetal, a ocorrência de fauna silvestre, seus ambientes marinhos, as comunidades e bairros do município, os atrativos turísticos, as manifestações culturais, a infra estrutura para recepção do turismo, a malha urbana e os equipamentos sociais e de comunicação.

A alimentação e monitoramento da situação ambiental e turística do município deve ficar a cargo de instituições que se disponham a realizar este trabalho, que consiste na disponibilização e sistematização de dados georreferenciados sobre a evolução da cobertura florestal e uso do solo, danos ambientais, licenciamento de

obras, embargos, ações civis públicas, construções irregulares, ocorrência de animais raros e bioindicadores.

Na área do turismo, cabe articular a monitoração da visitação pública aos atrativos e às principais localidades do município, em parceria com as associações de moradores e das estruturas de recepção e atendimento dos visitantes, priorizando sempre a zona núcleo.

O grupo executivo do monitoramento produzirá relatórios mensais específicos sobre as atividades de interesse das instituições responsáveis, para subsidiar planos, ações e atividades nas áreas temáticas de interesse.

5.2. Indicadores-chave para monitoramento e avaliação

5.2.1. Ambientais

Para o controle satisfatório das transformações na zona de expansão urbana da cidade de Paraty está sendo implantado um Sistema de Geográfico de Informações que abrangerá, posteriormente todo o Município. A área urbana e de expansão já está cadastrada, os dados sistematizados e informatizados estão sendo instalados nos computadores da Prefeitura Municipal e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Os indicadores ambientais foram estabelecidos pelo Plano Diretor de Paraty, Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Bocaina e no Plano de Manejo da APA de Caiuru:

- Desenvolvimento urbano de acordo com normas estabelecidas pelo Plano Diretor de Paraty;
- Preservação da paisagem das zonas urbanas, rurais e costeiras em harmonia com a paisagem natural, sem rupturas do equilíbrio local;
- Acompanhamento do calendário de eventos culturais e religiosos tradicionais dinamizado o sítio histórico, a zona rural e costeira;
- Desenvolvimento de atividades produtivas da cultura tradicional local, como o fabrico de aguardente e licores caseiros, doces, compotas, conservas, farinha de mandioca, biscoitos, artesanato confeccionado com produtos florestais em acordo com a legislação ambiental;
- Visitação turística compatível com capacidade de suporte dos atrativos,
- Evolução da cobertura florestal e uso do solo nas áreas protegidas em acordo com a legislação.
- Recomposição da floresta nas áreas antropizadas no interior do Parque Nacional da Bocaina;
- Recuperação das populações de palmito jussara;
- Estado de conservação do pavimento do Caminho do Ouro e critérios de prospecção utilizados;
- Fontes de águas utilizadas para consumo com potabilidade, cursos d'água com qualidade alta para utilização e balneabilidade segundo parâmetros da legislação em vigor;
- Evolução da produção pesqueira, preservação dos artefatos tradicionais da pesca artesanal e da construção de embarcações;
- Atividades produtivas em desenvolvimento inspiradas na cultura tradicional local, como o fabrico de aguardente e licores caseiros, doces, compotas, conservas,

farinha de mandioca, biscoitos, artesanato confeccionado com produtos florestais em acordo com a legislação ambiental;

- Ocorrência de fauna silvestre, avifauna e mamíferos marinhos;
- Projetos elaborados e em implantação voltados para a sustentabilidade do meio ambiente.
- Registro de avistagem de felinos e primatas, bem como de aves raras ou ameaçadas de extinção como macuco e jacutinga, por exemplo;
- Volume de resíduos sólidos encaminhados para reciclagem;
- Inexistência de lixo nas trilhas, nas vias públicas, nos cursos d'água e nos quintais;
- Volume de efluentes domésticos devidamente tratados.
- Manutenção dos atuais índices de conservação dos imóveis do sítio histórico.
- Controle dos aterros na orla urbana.
- Incentivos para manutenção dos usos tradicionais.

5.2.2 - Institucionais

- Comissão funcionando, de forma a integrar comunidade, instituições gestoras e organizações da sociedade.
- Recursos financeiros e humanos disponibilizados pelos órgãos gestores em Paraty
- Projetos elaborados e em implantação;
- Atividades realizadas em conjunto;
- Parcerias firmadas para a implementação das atividades previstas e propostas;
- Disponibilização de relatórios de desempenho
- Conselho Gestor do Caminho do Ouro instalado e produtivo;
- Procedimentos básicos para a preservação e gestão do Caminho do Ouro regulamentados pelo IPHAN e Prefeitura Municipal;
- Núcleo Administrativo, Central de Fiscalização, Portais e Centros de Visitantes propostos para esta Zona Histórico Cultural do Parque Nacional em implantação ou implantadas, em parcerias com instituições locais, organizações não governamentais e iniciativa privada;
- Regulamentação de uso do solo e normas construtivas nos bairros locais definidas pelo Plano Diretor Municipal;
- Centros de Informações em funcionamento de acordo com objetivos previstos pela Comissão e instituições gestoras;
- Preservação, conservação e visitação do Caminho do Ouro garantida, em acordo com as propostas deste Plano e outras regulamentações pré existentes ou futuras, garantindo sua sustentabilidade;

5.2.3 - Econômicos e sociais

- Recursos captados e aplicados para a implementação de atividades e projetos de melhoria da qualidade de vida da comunidade;
- Recolhimento de tributos municipais;
- Equipamentos sociais e comunitários instalados e em funcionamento;
- Atividades de capacitação profissional;
- Aumento do fluxo de turistas de qualidade;
- Atividade cultural intensificada com participação da população local e flutuante;
- Melhoria de renda mensal da população paratiense;

- População local com acesso a capacitação profissional, ensino médio e superior, cursos de idiomas;
- Transporte público suficiente e de qualidade para moradores e visitantes;
- Telefones públicos e particulares instalados nas zonas rurais e costeiras, com acesso a Internet;
- Permanência dos moradores nativos em suas terras locais, com melhor oferta de emprego resultante do desenvolvimento turístico;
- Juventude local envolvida na operação do turismo sustentável, nas atividades produtivas compatíveis com os objetivos estabelecidos neste Plano, bem como na conservação do sítio proposto.

5.3. Agentes envolvidos no monitoramento

> Instituições Federais

Ministério da Cultura, através do IPHAN – Instituto Histórico e Artístico Nacional
 Ministério do Meio Ambiente, pelo IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

> Instituições Estaduais

Secretaria de Estado da Cultura, através do INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
 Secretaria de Governo do Meio Ambiente e de Desenvolvimento Sustentável

> Instituições Municipais

Secretaria Executiva do Gabinete, através da Comissão Permanente Pró Sítio do Patrimônio Mundial
 Secretaria de Obras, através de sua Diretoria de Arquitetura e Urbanismo
 Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Meio Ambiente
 Secretaria de Educação

5.4. Resultados esperados

- Conselho do Patrimônio Mundial de Paraty funcionando com a participação das instituições envolvidas;
- Projetos propostos em implementação;
- Incentivar a manutenção dos usos existentes em suas respectivas áreas e o apoio a continuidade das tradições e festas tradicionais, como meio de ampliar as ofertas de emprego para a população.
- Parque Nacional da Serra da Bocaina, APA de Cairuçu e Reserva Ecológica da Juatinga em implantação por meio de parcerias, com seus Conselhos atuantes e recursos destinados para a instalação da infra estrutura e custeio necessários ao cumprimento dos seus objetivos;
- Guias turísticos e monitores ambientais treinados e trabalhando com o turismo sustentável;

- Atrativos turísticos sinalizados, estruturados e controlados, gerando recursos para as comunidades envolvidas;
- Sistema de Monitoramento implantado e alimentado, produzindo informações úteis e necessárias para a conservação e desenvolvimento do Sítio e suas Zonas de Amortecimento;
- Monumentos históricos e a paisagem natural conservados e em recuperação;
- População informada e envolvida na proteção do patrimônio histórico, paisagístico, natural e cultural de Paraty;

Plano de Gestão

Notas

(1) Na região Sudeste, entre São Sebastião, em São Paulo e Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, o litoral é ora estreito, recortado e escarpado, ora mais amplo e retilíneo, onde as formações quaternárias se apresentam mais desenvolvidas. Algumas elevações do conjunto cristalino submerso emergem ao largo da costa na forma de ilhas. Entre a faixa de restinga do litoral do Rio de Janeiro e a Serra do Mar encontram-se baixadas litorâneas com depósitos lagunares ou fluviais. Nos terrenos situados nas margens de lagoas ou dos rios de água salobra, se espalha o mangue.

A floresta biodiversa que reveste as escarpas da Serra do Mar, seus esporões de diversos tipos e as vertentes das chamadas *ilhas grandes* surgiu em consequência dos complexos processos geológicos, paleoclimáticos e eustáticos durante o quaternário. A Serra da Bocaina, cujas “*belezas cênicas e harmonia das associações vegetais*” já no século XIX impressionaram os viajantes Saint Hillaire e Von Martius, tem este nome em razão dos vales e trilhas que permitiram a travessia da serra e fizeram de Paraty rota obrigatória para o interior, nos séculos 17 e 18.

A origem da Serra do Mar, da qual fazem parte a Serra da Bocaina e o maciço do Cairuçu, é interpretada por muitos como o resultado de arqueamentos e falhamentos ligados às antigas direções estruturais do embasamento cristalino pré-cambriano, que por sua vez é fruto do desmembramento dos continentes sul-americano e africano de importância geológica. Além dos aspectos tectônicos, mencione-se o considerável papel da erosão em sua morfologia, desde o terciário médio ou oligoceno.

(2) Segundo as referências históricas, a partir do referido marco o caminho subia pela vertente do morro, seguia paralelo ao Córrego do Souza, passava pela Toca do Berra Cabrito e pelo bebedouro do Pinga-Pinga, cruzava a cachoeirinha e subia até o Campo das Nações, perto da Provedoria do Registro - posto de fiscalização fazendária onde eram cobrados o imposto e o pedágio e cujos vestígios ainda ali se encontram.

Do Campo das Nações, o caminho passava pela Lagoa Seca e pelo Rolador do Zé Miguel, famigerado bandido que atacava as tropas, também conhecido como Boca de Ouro. Em seguida, cortava o Largo do Governo, passava pelas Sete Voltas e ia por dentro da Fazenda Estiva Preta até o Boqueirão do Inferno, onde ainda existem ruínas da casa do registro que ali existiu no século 18.

Logo depois, cruzava a divisa com o atual município de Cunha, já no Estado de São Paulo. Os remanescentes identificados são, além do trecho calçado de 11,7 km, as ruínas da Fazenda do Souza, o bebedouro do Pinga-Pinga; o Campo das Nações, local de pernoite das tropas; as ruínas da Casa do Registro, já prospectadas e as ruínas do Registro do Boqueirão do Inferno.

(3) Entre os metais, estão artefatos de ferro como ferraduras, cravos, enxadas, talheres e fragmentos de panelas utilizadas por tropeiros. Há ligas de bronze como cadeados de baú e cartuchos de fuzil do século 20. Entre os vidros, há fragmentos de garrafas de vinho e frascos de remédio ainda com as marcas.

Entre as cerâmicas, estão fragmentos de grés inglês ou holandês tipo *salt glazed*, de faiança azul e branca tipo *dos borrões*, de faiança inglesa azul e branca tipo *dos pombinhos*, *dos carmelitas* e do *salgueiro* ou *willow pattern*; de faianças brancas grosseiras em forma de pratos e taças, alguns das marcas Boch, Louvière e Made in Belgium e de porcelanas tipo *Ironstone China*. A pesquisa ainda revelou ossos de boi e carvões esparsos. A maioria desse material é do século 19 e a minoria dos séculos 18 e início do 20.

As ruínas da Provedoria do Registro apresentaram vestígios de todo um aparato fiscal, composto de muros e guaritas de vigia e, além de louças, vidros de perfume, de remédios e garrafas de cerveja alemã abandonados pelo Provedor, trouxeram à tona um artefato-guia definitivo para sua identificação: um peso de chumbo de meia arroba, usado em balança romana, com datas de aferimento de 1808 a 1844. O peso, encontrado escondido sob uma parede com o eixo da balança, em ferro, está recoberto de cré ou carbonato de cálcio e remete ao comércio de sal ou café.

(4) Mais detalhes sobre a pesquisa da Solving na nota (20) da Introdução.



Projetos propostos

1. Projeto de Recuperação Paisagística da Orla Desassoreamento da baía e estabilização da foz do rio Perequê-Açú

Introdução

O assoreamento que vem ocorrendo na orla marítima e as precaríssimas condições da rede de drenagem de águas pluviais no bairro histórico e adjacências constituem-se nos principais problemas de preservação do conjunto arquitetônico e paisagístico tombado. A ocupação progressiva ao redor do núcleo histórico, o lançamento direto de esgotos nas águas, os desmatamentos das margens dos rios e os empreendimentos imobiliários na região favoreceram o aumento da carga sedimentar dos rios Perequê-Açú e Matheus Nunes. Adicionalmente, muitas intervenções (sem estudos de previsão) foram empreendidas para retificar as margens dos rios, fechar afluentes, dragar canais e construir quebra-mares, mudando a dinâmica hidrológica da região e obstruindo a navegação.

Desde a década de 1960 os problemas relativos ao assoreamento da baía e a estabilização da foz do rio Perequê-Açú foram observados nos Planos de Desenvolvimento Físico-Territoriais do Município: Plan Nacional de Mise en Valeur de Parati danz le cadre d'un developpement touristique. Janeiro, 1968 – UNESCO/IPHAN; Plano de Desenvolvimento Integrado e Proteção do Bairro Histórico do Município de Parati. IPHAN/ Ministério da Educação e Cultura, vols. 1,2 e 3, Rio de Janeiro, 1972; Programa de investimento para o litoral Rio – Santos, EMBRATUR/Ministério da Indústria e Comércio, PLANAVE/Escritório Técnico de Planejamento, volume III- Relatório Final. Rio de Janeiro- 1974 e Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Parati, Prefeitura Municipal de Parati, SECPLAN, IBAMA, IPHAN- Vol. 1,2 e 3, Rio de Janeiro, 1995.

Relatórios Técnicos

Concomitantemente, relatórios técnicos sobre geomorfologia e hidráulica da baía de Paraty foram realizados por órgãos técnicos competentes, que estão descritos na bibliografia.

Propostas de Intervenções

Propostas de intervenções urbanísticas, que visavam solucionar os problemas mais graves e a revitalização da orla marítima da cidade foram incluídas em alguns dos Planos supra citados e em projetos especiais:

Plan Nacional de Mise en Valeur de Parati danz le cadre d'un developpement touristique. Janvier, 1968.

Plano de Desenvolvimento Integrado e Proteção do Bairro Histórico do Município de Parati. IPHAN/ Ministério da Educação e Cultura, vols. ,1,2 e 3, Rio de Janeiro, 1972.

Projeto de Urbanização da Ilha das Cobras e Parque da Mangueira. Fundação Roberto Marinho e PMP, Rio de Janeiro- 1984.

Revitalização dos Espaços Públicos de Borda D'Água, Mauro Munhoz - Arquitetura e Amyr Klink - Panejamento e Pesquisa, de iniciativa privada, com apoio da Prefeitura Municipal, IPT e IPHAN - 1998.

Pólo de Desenvolvimento Eco-Turístico-Habitacional – Jabaquara/Morro do Caboclo, Desenho Alternativo – Arquitetura e Urbanismo, Agosto 2002.

Projeto Orla - Ministério do Meio Ambiente - MMA, em parceria com a Secretaria do Patrimônio da União - SPU, interveniência da FEEMA e IPHAN, realizado PELA Prefeitura Municipal no ano de 2004.

Problemática

- *“O núcleo urbano de Paraty situa-se numa planície costeira, que representa a saída de um anfiteatro de erosão instalado na escarpa da Serra do Mar. Este anfiteatro é ocupado pelos formadores dos rios Perequê-Açu e Mateus Nunes e é constituído predominantemente por rochas graníticas. Esses rios encontram-se retificados em sua porção baixa até a foz.”* (Lauro Kazumi/1992)

“O processo de erosão que está se desenvolvendo na margem esquerda do Rio Perequê-Açu é de intensidade apreciável. O estado de deterioração da foz do Perequê-Açu além de dificultar o escoamento dos caudais de cheia, com aumento das inundações, tem como consequência que, as baixas marés estuárias, são muito altas, dificultando a drenagem dos terrenos marginais e tendendo a sobrelevar o nível do lençol freático no centro histórico”. (LNEC - Abecassis/1984).

O assoreamento da foz do Perequê-Açu e a construção do arruamento periférico à orla (década de 1970), com material impermeável, vem provocando a elevação gradativa do nível do lençol freático do sítio histórico; pondo em risco as edificações e monumentos do *Conjunto Arquitetônico e Paisagístico* tombado, alterando suas características morfológicas e o perfil paisagístico de cidade portuária.

A *terra nova* constitui-se, hoje, em uma grande área sujeita à pressões de construção, à colonização por mangue, e mais recentemente, tem sido, indevidamente, utilizada como estacionamento. Outra área de *terra nova* formada pelo assoreamento da foz do rio Matheus Nunes, no bairro da Ilha das Cobras, vem sofrendo grande pressão das construções irregulares e dos acréscimos de marinha, adensando de forma indesejável o entorno do bairro histórico.

No relatório elaborado para o Programa Nacional de Meio Ambiente - Problemas Ambientais em Núcleos Históricos/IBAMA - 1990, a situação foi caracterizada da seguinte forma: *“O assoreamento cria uma zona aluminar silto-arenosa, considerada pela população da cidade antiestética em si mesma e em relação ao centro histórico, porque afasta este contato por nascente.*

A construção de mureta e elevação da cota da Praça da Igreja de Santa Rita de Cássia e a construção do arruamento periférico entre o centro histórico e o mar, obras realizadas sem os estudos necessários no início da década de 80, tiveram como consequência o represamento das águas de marés e pluviais. Nas inundações e chuvas mais fortes, este represamento das águas da maré, resultam em poças d'água estagnadas, sujeira e lama nas ruas, conseqüentemente provocando a

deterioração dos logradouros, poluição das águas de abastecimento e o agravamento das condições sanitárias.”

Os impactos ambientais identificados no sítio histórico foram:

Poluição por esgoto doméstico e lixo das águas do mar e dos rios Perequê-Açú e Matheus Nunes;

Aceleração do processo assoreamento da área fronteira à cidade (leste) e destruição da foz do Perequê-Açú;

Inundações sistemáticas dos rios da região atingindo o núcleo histórico e a Ilha das Cobras.

Elevação gradativa do nível do lençol freático da área histórica pondo em risco os monumentos edificados;

Destruição de ecossistemas do entorno.

Em 1996 o IPHAN solicitou a assessoria do consultor Internacional Dr. Heraclio Iribarnegaray Jado, que elaborou um Informe sobre as variações naturais de sedimentos fluviais na baía de Parati, subsidiando assim, o posicionamento dos técnicos sobre o assunto, e orientando a ação da Instituição na preservação e resgate dos atributos nativos de geomorfologia, hidrografia e vegetação do sítio histórico:

Parecer dos arquitetos Carlos Fernando de Moura Delphim e Isabelle Cury:

“Intervenções indevidas dentro da bacia visual de Parati que, pelo lado continental, é definida pelas águas vertentes das montanhas da Serra do Mar, comprovam a inutilidade de ações de preservação de sítios urbanos e monumentos históricos quando não integradas com um trabalho conjunto de defesa do patrimônio natural ... No caso de Parati a questão se complica pois a retificação do rio Perequê-Açú, cujos meandros freavam as águas torrenciais e retinham as partículas sólidas, acelerou o depósito nas águas da baía, formando um novo terreno rapidamente colonizado pela vegetação de mangue.

É necessário um vasto estudo da bacia visual de Parati mapeando-se os pontos onde ocorrem liberações de partículas sólidas e a rede de drenagem que as conduz à baía, com vistas a estabilizar o processo... No entanto o total assoreamento da baía parece-nos inexorável e compete ao IPHAN articular-se com órgãos ambientais exigindo uma ação enérgica.

Não basta a preservação de um sítio histórico se não se preservam conjuntamente a paisagem circundante - igualmente histórico - e as condições de visibilidade do conjunto. Estas condições remetem o observador à percepção original que tiveram de um sítio os seus descobridores ou aqueles que o exigiram.”

A solução apontada, pelo consultor do IPHAN, para a terra nova foi: “Construir neste marisma um lago artificial com um sistema de eclusas que impeça a descida da água e sirva como embelezamento”.

Estudos Técnicos Necessários

O Eng.º Carlos Carbonel Huaman, Pesquisador do CNPq – Programa RHAÉ, técnico da Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas – SERLA/1993, aponta em seu relatório que, para a realização de serviços de desassoreamento dos rios Perequê-Açú, Matheus Nunes, Jabaquara e da Terra Nova, conforme está recomendado nos relatórios técnicos supra-citados e, para realização de serviços de desassoreamento dos rios, é necessário a realização de estudos técnicos, tais como:

- Levantamentos batimétricos;
- Estudo do comportamento das marés, determinação do campo de correntes e de transporte de sedimentos da baía de Parati, para que se possa definir os procedimentos futuros com relação ao perfil frontal, à drenagem das vias, à conservação dos rios e das águas de Parati;
- Estudo de ondas e observações de ventos;
- Propor soluções referentes ao sistema de esgotos sanitários de águas pluviais do bairro histórico e;
- Capacitação dos técnicos da Prefeitura para acompanharem constantemente a evolução dos processos geofísicos da baía.

Ações Desenvolvidas

No ano de 2000 a Prefeitura Municipal começou a realizar obras de dragagem na Terra Nova, Rios Perequê-Açú e Jabaquara ancorada nos estudos realizados, porém sem as devidas licenças ambientais. Após entendimentos, o engenheiro Henrique Quirino da Silva Filho da SERLA, elaborou um Relatório de Vistoria Técnica, em Janeiro/2001, propondo alguns serviços emergenciais e apontando soluções paliativas para o desassoreamento da Terra Nova, foz do rio Perequê-Açú e entorno da cidade.

Estes serviços têm sido desenvolvidos, porém, a limpeza da baía evidencia a necessidade de um monitoramento sistemático e constante de todos os fatores ambientais relativos aos aspectos da dinâmica costeira de Parati.

Projetos Emergenciais para o Desassoreamento dos Rios e da Baía

Complementarmente a estas ações, a Geóloga Kátia Leite Mansur do Departamento de Recursos Minerais da Secretaria de Estado de Energia, da Indústria Naval e do Petróleo em 2002, apontou as seguintes sugestões:

1) Curto Prazo:

Desassoreamento - a dragagem não deve ser realizada para aumentar a velocidade de escoamento mas para desobstruir os canais. Adverte que a dragagem com extratores de areia é uma solução barata mas dois cuidados devem ser tomados:

- a) legalizar a extração, regularizando a comercialização junto ao DNPM;*
- b) fiscalizar a dragagem de forma a evitar exploração em níveis acima do estabelecido, mantendo-se profundidade e largura de projeto.*

Quanto às ações específicas, sugere:

Canal que interliga o rio Jabaquara ao Perequê-Açu

Necessita ser desassoreado em toda sua extensão;

As pontes que o atravessam devem ter seus vãos alargados.

Rio Jabaquara, próximo à sua foz

Desassoreamento da barra;

Retirada imediata da areia já dragada que está retornando ao leito do rio e impede a drenagem das margens, comprometendo a vegetação ribeirinha.

Foz do rio Perequê-Açu

Desassoreamento de seu trecho final até a barra.

Canal de Patitiba

Desassoreamento;

Retirada das manilhas, construções e tampas de concreto: elaborar projeto para revitalizar o canal de Patitiba.

Ponte sobre o rio Mateus Nunes

Desassoreamento do trecho;

O projeto de dragagem deve levar em conta a segurança da ponte.

2) *Médio Prazo:*

Após dragagem emergencial sugere o monitoramento da sedimentação em alguns pontos para que as intervenções de dragagem possam tornar-se pontuais, garantindo manutenção a custos ambientais e financeiros menores. É muito importante essa sugestão, que aparece, também em relatório do IPT: um monitoramento constante da situação.

3) *Longo Prazo:*

Comenta que a SERLA vem desenvolvendo estudos para renaturalização de rios. Entende-se que, a despeito das intervenções já realizadas em Paraty, é possível trazer melhores condições para seus corpos d'água, por exemplo recuperando alguns meandros para aumentar a distância a ser percorrida pelas águas.

Projetos de Estruturação Urbanística da Orla

Paraty necessita da execução de projetos de estruturação urbana, vitais para o controle da forma da cidade, que se baseiem nos estudos técnicos que deverão ser realizados. O espaço compreendido pelo bairro histórico e sua zona de proteção, possui uma proposta consolidada no Projeto de Revitalização dos Espaços Públicos de Borda D'Água, supra citado. Hoje é clara a necessidade de delimitação dos espaços públicos da orla, que estão sendo invadidos aleatoriamente na Patitiba, Ilha das Cobras e conseqüentemente interferindo na ambiência do sítio histórico e suas condicionantes ambientais.

O Ministério do Meio Ambiente - MMA, em parceria com a Secretaria do Patrimônio da União - SPU, realizou no ano de 2004, o Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima – Projeto Orla, que teve como objetivo a aplicação de diretrizes gerais de disciplinamento de uso e ocupação do solo da Orla Marítima. A proposta apresentada pela Prefeitura Municipal, na área em questão, conjugou os projetos urbanos existentes.

Dentre os impactos ambientais dos usos da orla ficou caracterizado o problema da falta de infra-estrutura adequada, principalmente a inexistência de uma rede de coleta de esgoto, causando a poluição de córregos, rios e da baía. Quadro este, conflitante com a atividade turística que é voltada para às belezas naturais da costa paratiense.

A atividade pesqueira possui grande importância para o município, entretanto as condições para embarque e desembarque do pescado são inadequadas, já que ela ocorre no mesmo local da chegada e saída de barcos de passeio turístico. O

assoreamento na baía de Paraty vem dificultando a chegada de embarcações de médio e grande porte.

Os principais pontos propostos podem ser, assim, descritos:

Recuperação do sistema original de drenagem do centro histórico;

Revitalização de Praças e criação de estacionamentos próximos ao Campo de Pouso;

Criação de passeio público ao longo da costa da cidade, recuperando terrenos e garantindo um uso adequado de parte das terras fruto de assoreamento;

Controle e ordenamento do processo informal de crescimento urbano nas áreas assoreadas da orla, através da demarcação das áreas públicas e privadas;

Criação de novas praças ao longo das áreas públicas existentes;

Dragagem das terras depositadas na região do cais e na borda d'água para aumento do calado, melhorando as condições de navegação, permitindo o uso do cais por barcos de maior porte e a atracação de embarcações junto à linha de borda d'água.

Criação de *Lagoas de Decantação* – associadas ao projeto urbanístico do Bairro da Jabaquara.

Uma das soluções apontadas pelos especialistas para interferir no processo de assoreamento da foz do rio Perequê-Açú e diminuir o ritmo da deposição de sedimentos, é a criação de lagoas de decantação. Elas funcionam diminuindo a velocidade das águas e dando condições para que as terras trazidas sejam aí depositadas, criando portos de areia. Esta solução foi apresentada Plan Nacional de Mise en Valeur de Parati danz le cadre d'un developpement touristique. Janeiro, 1968 –UNESCO/IPHAN, referendada no Plano Diretor/1972. A proposta das lagoas de decantação, hoje, encontra-se consolidada no projeto do Polo de Desenvolvimento Eco-Turístico-Habitacional da Jabaquara (supra citado).

.....

2. Projeto para Contenção de Encostas com Revitalização do Morro do Jacú

Este projeto visa o desenvolvimento de sistemas alternativos para recuperação de áreas degradadas e geração de renda em comunidades tradicionais no entorno de Unidades de Conservação da Mata Atlântica.

Caracterização do Problema:

A Mata Atlântica é submetida a pressões antrópicas desde o descobrimento de nosso país: hoje resta apenas 8% de sua cobertura original. Na Costa Verde 83,5% de sua área é ocupada por Unidades de Conservação, o que representa 4% da Mata Atlântica.

Na região habitam mais de 100 milhões de pessoas dependentes dos recursos naturais (Costa, 1997). Estas são populações tradicionais (indígenas, africanas e ibéricas) que convivem com os setores mais desenvolvidos do país e que têm como base de seu sustento culturas com práticas que não incorporaram os avanços tecnológicos da agricultura, mantendo-se no nível de subsistência e extrativismo. A degradação do meio ambiente é consequência de toda atividade antrópica, estando incluído aí o negócio agrícola, com grandes perdas de solo ao ano. O modelo de agricultura é responsável pela derrubada de floresta para implantação de cultivos de baixa produtividade. Mais de 80% das áreas em produção apresentam algum grau de degradação. Essas alterações, aliadas a outras ações antrópicas mais intensas como atividade de mineração, construção de barragens, estradas, loteamentos etc., resultou na perda parcial e em alguns casos, perda total da matéria orgânica do solo e com isso a fertilidade do mesmo.

As atividades de mineração causam bastante impacto ao ambiente e a legislação, através de diversos diplomas legais, estabelece para o seu licenciamento, operação e desativação uma série de condições. A recuperação do meio ambiente degradado pela exploração de recursos minerais é uma obrigação prevista na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 228. Deste modo aquele que explorar recursos minerais deverá recuperar a área de acordo com a solução técnica exigida pelo órgão competente.

Os processos de degradação ambiental prosseguem, mesmo com a desativação da atividade e suas consequências são facilmente identificadas visualmente como, por exemplo, encostas instáveis e cavas abertas.

As áreas alvo do projeto localizam-se na Baía da Ilha Grande, em Angra dos Reis e Paraty, região marcada por conflitantes formas de ocupação e jurisdição de uso da terra. Nelas ocorrem diversas áreas tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, três assentamentos rurais do INCRA, populações tradicionais como as comunidades indígenas da Aldeia Guarany e de Paraty Mirim e o Quilombo no Campinho da Independência e grande número de Unidades de Conservação (UCs).

As áreas agrícolas da região de estudo em geral são compostas por pequenas propriedades familiares (menores ou igual a 5 ha) e localizam-se na parte mais baixa da paisagem.

No que se refere às questões ambientais locais, é possível perceber uma clara relação entre a baixa renda do produtor rural e a degradação ambiental, uma vez que, as atividades extrativistas (palmito, madeira e cipós) e de caça e pesca são, em geral, secundárias e usadas como forma de complementação da renda familiar.

Além dos problemas ambientais decorrentes da agricultura é importante ressaltar que após a construção da BR - 101 (Rodovia Rio - Santos), a montagem das usinas nucleares Angra I e II e do incremento do turismo na década de 70, aumentou o número de áreas e matas ciliares degradadas. No Rio de Janeiro cerca de 20% de seu território apresenta áreas degradadas em estágio avançado. A carência de modelos para a recuperação de áreas degradadas em encostas soma-se a outro problema freqüente: a *falta de sementes florestais*. A produção de sementes florestais depende de tecnologias apropriadas que permitam garantir sua origem, qualidade genética, física e fisiológica e o correto zoneamento, para seu uso em locais adequados ao desenvolvimento das espécies. O projeto trata a semente como um produto florestal não-madeireiro e seu manejo sustentável, pode se tornar numa alternativa de renda viável para as comunidades que residem em áreas no entorno de unidades de conservação. Apesar de criada em 1994 a Rede Banco de Sementes Florestais não apresenta ainda condições que permitam a produção de sementes para atender a demanda dos projetos de recuperação ambiental. É neste contexto que se insere este Projeto, cuja função é produzir sementes e, a partir deste insumo, desenvolver tecnologias e promover ações que levem à recuperação de áreas degradadas, melhoria da qualidade de vida a partir de parcerias, com ampla participação das comunidades locais, diretamente envolvidas com a questão ambiental. O ideal para a região é o desenvolvimento de tecnologias que atendam à demanda dos produtos madeireiros e não-madeireiros e que contemplem também o respeito às funções da floresta como reguladora de processos ecológicos e, inclusive, sociais.

A implantação de medidas de controle visando mitigar os processos de degradação ambiental deve resultar na recuperação da área explorada quando da desativação da atividade. Neste sentido, é importante distinguir conceitualmente os diferentes graus de recuperação a serem atingidos pelo plano de recuperação. Há dois conceitos básicos que são o de restauração e a reabilitação. A restauração é a implantação de medidas visando o retorno da área degradada à situação encontrada antes da implantação da lavra. Este grau de recuperação, em muitos casos, é oneroso e inviável tecnicamente. Já a reabilitação é a adoção de medidas visando permitir um novo uso produtivo para a área, que pode ser aquele anteriormente realizado antes da exploração ou não. Ressalta-se que o uso produtivo descrito não quer dizer a implantação de uma nova atividade econômica, uma vez que a área pode ter sua destinação até como área de proteção ambiental.

Saibreira do Jacu

A saibreira do Jacu foi explorada sem a técnica adequada que no caso consistiria da retirada do material em bancadas, possibilitando a revegetação. Como consequência há uma grande instabilidade na encosta que foi mais explorada.

A proposta técnica para a área é a construção de bancadas e planos inclinados onde a revegetação com espécies de leguminosas arbóreas seja possível. O uso do solo da área em questão, pela acentuada declividade, é a de conservação do solo e manutenção da paisagem. Em alguns trechos poderão ser feitas cortinas de árvores, entretanto não será dispensada a sistematização do solo devido a grande altura da encosta principal.

A saibreira do Jacu foi explorada sem a técnica adequada que no caso consistiria da retirada do material em bancadas, possibilitando a revegetação. Como consequência

há uma grande instabilidade na encosta que foi mais explorada. As mudas poderão ser produzidas em viveiro em Paraty para diminuir os custos com transporte. Antes do plantio será feito o controle das formigas na área próxima ao local de plantio. O plantio será feito em covas adubadas com esterco curtido, fosfato de rocha e micronutrientes.

O espaçamento será de 2x2 metros para facilitar o rápido recobrimento do solo. Após a sistematização, estima-se em cerca de dois hectares a área a ser revegetada.

A proposta técnica para a área é a construção de bancadas e planos inclinados onde a revegetação com espécies de leguminosas arbóreas seja possível. O uso do solo da área em questão, pela acentuada declividade, é a de conservação do solo e manutenção da paisagem. Em alguns trechos poderão ser feitas cortinas de árvores, entretanto não será dispensada a sistematização do solo devido a grande altura da encosta principal.

Sistematização da área

A área da saibreira será sistematizada de modo que sejam formadas bancadas, ou seja, terraços e planos inclinados, onde seja possível a revegetação com espécies arbóreas.

Devido à grande instabilidade da encosta, inclusive com inclinações negativas, devido à exploração inadequada de saibro, a presença de um técnico em Geologia, ou Engenharia Civil, será necessária para planejar e acompanhar todo o processo de sistematização do terreno. Esta etapa ficará a cargo da Prefeitura Municipal de Paraty.

Produção e Plantio das mudas de leguminosas arbóreas e acompanhamento de tratamentos culturais no primeiro ano (estabelecimento).

Orçamento:

O orçamento abaixo refere-se ao custo de implantação de dois hectares.

Os custos do projeto envolvem também o transporte, hospedagem e alimentação de técnicos e estudantes que acompanharão os plantios tanto no viveiro como em casa de vegetação, no intuito não só de garantir o sucesso do estabelecimento das plantas, como também de coletar dados para o avanço do conhecimento de plantios em áreas degradadas na região.

Outros custos serão de parte de material de consumo para as coletas e reagentes para as análises envolvidas. Os custos apresentados referem-se ao primeiro ano do projeto.

Em contato prévio com a Eletronuclear há motivação da Instituição em ser parceira no projeto.

Custo para implantação do Projeto: R\$50.000,00 (cinquenta mil reais)

Prazo para recuperação da área e plantio: 60 dias

3. Transferência do Aeródromo

Introdução

Devido ao seu potencial eminentemente turístico, Paraty precisa contar com uma infra-estrutura de transportes adequada e ajustada às necessidades municipais, representando assim um fator de sobrevivência e desenvolvimento econômico e social para a comunidade paratiense. Dentre os projetos de estruturação urbana considerados prioritários, está a transferência do aeródromo, para local apropriado onde tenha a possibilidade e condições para atender à demanda turística nacional e internacional.

O Plano Diretor de Turismo do estado do Rio de Janeiro apontou, em seus dados, que juntamente com os municípios do Rio de Janeiro e Petrópolis, Paraty tem uma classificação de área turística de alcance internacional, com turismo náutico e balneário, zona de ecoturismo, turismo de feiras e negócios e turismo cultural. Este é um aspecto que aponta para a necessidade de preparar de modo efetivo o município para que possa se beneficiar desse tipo de atividade, desse grande potencial, e ao mesmo tempo evitar os impactos negativos deste processo.

Histórico

A história da cidade de Parati remonta ao século XVII, tendo estado desde então, vinculada as atividades portuárias. O ouro de Minas Gerais e, mais tarde, o café foram os principais produtos propulsores do seu desenvolvimento, também, a acessibilidade foi determinante na história do Município.

No passado mais remoto, a existência de um caminho (dos Goianás) e o seu porto marítimo possibilitou a Parati se desenvolver. Posteriormente, mesmo tendo sido desviado o curso da descida do ouro, floresceu como entreposto comercial; a ligação terrestre Rio-São Paulo isolou mais uma vez o município, porém, como produtora de aguardente reativou suas atividades pela vias marítimas. O café, a princípio, reafirmou as antigas ligações através da serra, porém a abertura de mais um novo caminho - a estrada de ferro pelo Vale do Paraíba – levou Parati à estagnação econômica por quase um século.

As rearticulações ocorridas em 1950 com a abertura da estrada Parati-Cunha, pela serra, conduziu à incipiente renovação do comércio. Em seguida, a presença da BR-101 viabilizou a integração da cidade no contexto regional, transformando sua base econômica, hoje voltada para o turismo.

Ou seja, os caminhos foram determinantes nos períodos de desenvolvimento ou recessão. Quando estes funcionam a cidade evolui, quando estes já não permitem condições satisfatórias de acessibilidade a cidade estagna. Por terem ficado marginalizados no processo de desenvolvimento e das vias de penetração, em determinadas etapas do desenvolvimento econômico do país, alguns centros urbanos brasileiros foram preservados de maneira espontânea, e Parati é um exemplo.

Justificativa

O turismo em Paraty concentra e explora o potencial máximo de ocupação sazonal característica do sudeste brasileiro, constituído pelo veraneio que provoca pico de ocupação descontrolado, desgaste dos equipamentos urbanos e do Patrimônio Natural sem, contudo, prover recursos para a manutenção da cidade na baixa temporada;

O conjunto arquitetônico e paisagístico de Paraty tem a especificidade de ser o mais bem conservado sítio histórico do Brasil, situa-se na baía da Ilha Grande, internacionalmente reconhecida como um dos melhores spots náuticos do planeta; Por um lado protegida pelo isolamento, e por outro atraindo empresários e turistas com perfil cultural diferenciado, a cidade histórica teve tratamento privilegiado por sua população e admiradores nos últimos 60 anos, constituindo-se em objeto de particular interesse turístico;

O turismo planejado possibilitará a conservação do seu patrimônio arquitetônico e natural;

A permanência das comunidades tradicionais e o cuidado imprimido no trato da cidade ao longo destes anos, habilitou a população em geral, para a receptividade turística e para a percepção dos seus valores culturais e naturais;

A cidade procura qualificar-se para obter o reconhecimento enquanto Patrimônio da Humanidade; deverá ser garantida a acessibilidade da comunidade internacional.

O aeródromo atual

O aeródromo existente em Parati atende uma demanda turística, especialmente, de aviões particulares, não destina-se nem possui condições de atender a uma demanda comercial nacional e internacional. Dentro desse critério, é clara a necessidade de implantação de outro, próximo à cidade de Paraty.

A pista de pouso no local onde se encontra, divide a cidade em duas áreas bem distintas, cristalizando fisicamente as diferenças sociais existentes entre os dois lados e obstruindo a circulação urbana.

A situação delicada do relacionamento urbano com o aeródromo deverá se agravar a cada dia, seu entorno está em avançado estado de conurbação. O uso predominante encontrado na área é o residencial, com casas de um ou dois pavimentos. Ao norte encontramos os Bairros da Patitiba, Chácara da Saudade, Parque Imperial, Portão de Ferro e Vila Colonial, com ocupação urbana quase que consolidada. Limitando estas áreas, na direção norte, está situada a Avenida Roberto Silveira, principal via de acesso à cidade. Ao sul do aeródromo, estão localizados os bairros de Ilha das Cobras e Parque da Mangueira e Portão de Ferro (setor d), estes bairros são ocupados por população baixa renda, limitando estas área na direção a sul encontramos no rio Mateus Nunes, esta área já está com ocupação saturada.

A cada dia o fluxo aeroviário passa a ser mais significativo, ameaçando a segurança da população e do patrimônio arquitetônico, devido à sua localização a apenas três quadras do Bairro Histórico.

Tendo em vista o crescimento turístico de Parati, o crescimento demográfico e a inadequação do atual aeródromo, torna-se fundamental a implementação de um terminal aeroviário que atenda as necessidades da cidade e seus visitantes. Por ser uma cidade portuária, e que mantém esta vocação, a concepção de servir o terminal aeroviário também com um terminal náutico, facilitaria e agilizaria o transporte dos passageiros, tanto para a cidade, quanto para os que se deslocam para as ilhas e locais de acesso apenas marítimo.

O Projeto

Neste sentido em 2001, foi formado um Grupo de Trabalho para o estudo da viabilidade da construção de um aeroporto, com capacidade de atender à demanda turística nacional e internacional.

Motivados pelas ações do GT, e com base no anteprojeto do Coordenador do Grupo o arquiteto Francisco Giannattasio Neto, a Secretaria de Estado de Transportes do Estado do Rio de Janeiro - Superintendência de Engenharia de Transportes - Coordenadoria Aeroviária incluiu o aeroporto de Paraty na Lei do PROFAA – Lei do Plano Aeroviário, e também, o Ministério da Aeronáutica – Departamento de Aviação Civil – DAC, que também desenvolveu estudos específicos.

O objetivo do projeto foi a formulação de um processo de desenvolvimento para a infraestrutura aeronáutica. As consultas preliminares destinaram-se, também, a estabelecer a viabilidade técnico/econômica para a implantação do referido aeroporto. Possibilitando o município contar com uma infra-estrutura aeronáutica condizente com seu potencial sócio-econômico e perfeitamente harmonizado com suas diretrizes de desenvolvimento urbano.

Os estudos, desenvolvidos no ano de 2001, tiveram como opção a desativação do aeródromo existente, por considerar que o mesmo contraria as diretrizes de desenvolvimento urbano da cidade. Considerando que aquela área deveria ser ocupada com equipamentos mais adequados para a sociedade local e proporcionar a continuidade do tecido urbano e garantindo assim, a segurança de uma parcela que habita o setor, ainda não assistido pelos serviços públicos.

O GT preparou um laudo técnico preliminar coordenado pelo Comandante Daniel Torelli com o apoio de equipe do ITA e técnicos especializados em aeroportos com aproximação de precisão. Foram pesquisados os locais que apresentavam condições para operações aéreas no Município e o sítio escolhido foi o da Barra Grande, conclusão que foi reiterada pelos estudos complementares realizados pelos técnicos do DAC. Os estudos concluíram que é possível tecnicamente, neste local, implantar um aeroporto de direção única para aeronaves turboélice com capacidade para 50 passageiros como Fokker 50, com possibilidade de upgrade para aeronaves à jato como o Boeing 737, com entrada e saída pelo mar e pista de 2.000 metros. O aeroporto deverá atender a uma demanda turística nacional e internacional, com possibilidade de alfândega ocasional a bordo, possibilitando a conexão com vôos internacionais no Município.

A implementação do terminal aeroviário contará não só com o terminal de passageiros, como também, deverá estar vinculado a um cais turístico, marina e contar com áreas de apoio para estas atividades.

Viabilidade/Implementação

A equipe considerou fundamental o anteprojeto do aeroporto estar integrado às ações turísticas Municipais, neste sentido considerou-se a importância de congrega o projeto executivo do aeroporto a outro, o do Pólo de Desenvolvimento Turístico Sustentável de Paraty.

O desenvolvimento turístico no Brasil, segundo análises do Banco Mundial, é estrategicamente uma das vertentes econômicas para o país no século 21. Além de se converter em indústria de ponta com capacidade de geração de recursos e divisas significativas no saneamento da dívida externa brasileira, a multiplicidade da demanda de serviços ligadas ao desenvolvimento do turismo é a que melhor distribui a renda e catalisa a participação popular necessária à gestão contemporânea das cidades que potencializam esta vocação.

Paraty, já conta com um Plano Diretor de Turismo para o Município, e já vem demonstrando seu potencial de reversão do quadro de sazonalidade característico do veraneio brasileiro, recebendo um número sintomático de turistas estrangeiros nas meias estações, e ainda mais quando trabalha sua candidatura como Patrimônio da Humanidade.

Turistas do hemisfério norte apreciam o clima ameno e as condições de serviços desafogados da baixa estação, nos remetendo à necessidade de desconcentração dos fluxos turísticos e da implantação de um turismo regular. Além das riquezas culturais, a “rain forest” (floresta úmida) é bastante cobiçada pelo mercado turístico internacional, que sabe apreciar sua bio-diversidade. Criando-se condições de acessibilidade, para o turismo internacional, será possível distribuir a demanda turística por todo ano fiscal.

Somente um approach industrial turístico com base em padrões internacionais, poderá gerar sustentabilidade em escala municipal e regional ao projeto do aeroporto. Certamente, a idéia da transferência do aeroporto, bem como a eventual disponibilização da área do atual aeródromo da cidade, esbarram na questão do valor da terra.

Para alicerçar este processo foi proposto a criação de um Plano Estratégico, instrumento de gestão capaz de congrega empresariado local, o governo, os investidores, órgão públicos e sociedade local. Partiu-se do pressuposto que apenas através da PPP – parceria público privada, será possível a realização deste projeto, e controlar as transformações urbanas e econômicas decorrentes de sua implantação.

Já é consenso a necessidade de priorização da execução do Aeroporto Turístico Internacional de Paraty à curto prazo, dentro das características propostas, tendo como estratégia, se trabalhar o pólo eco turístico sustentável como indústria eco-turística-cultural.

4. Projeto para o Tratamento da Água e do Esgoto

A origem do programa apresentado abaixo foi a necessidade urgentíssima de um projeto para Tratamento da Água captada e distribuída para a população e do Tratamento e Destinação Final do Esgoto produzido pela mesma.

Todos os parceiros envolvidos trabalharam voluntariamente por três semanas, em Janeiro de 2003, em Paraty, e contamos com suporte de empresas e entidades de ensino do Brasil e dos Estados Unidos.

Foi cedida uma casa no Centro Histórico para a montagem do Laboratório de Testes e Análises com o equipamento previsto para atender a linha de trabalho escolhida:

Avaliar a infra estrutura da água

Analisar a qualidade química e microbiológica da água, nas captações do município, nas caixas d'água, nas torneiras, rios e praias

Avaliar a infra estrutura do esgoto

Executar testes para tratamento do esgoto:

Físico-Químico com sal férrico

Físico-Químico com eletrólise

Uso da água do mar

Proposição de infra estrutura e custo para água e esgoto: coleta, transporte, tratamento

Diagnóstico da Situação atual da Água

Captação 1: Pedra Branca: tem sua Estação de Tratamento e Bombeamento abandonada, degradada; enfrenta fatores de contaminação em potencial.

Captação 2: Caboclo: enfrenta fatores de contaminação em potencial.

Foram coletadas amostras da água e realizadas análises em laboratório, com incubação e leitura das placas.

Avaliação Epidemiológica: Dados do Hospital Municipal demonstram a acentuada presença da Diarréia, enfermidade diretamente relacionada a problemas com a água e a falta de saneamento; é prevalente tanto na área urbana como nas áreas rurais do município, com maior incidência na Ilha das Cobras e Parque da Mangueira, na periferia urbana.

Como uma parcela considerável dos casos de diarréia está relacionada a organismos patogênicos veiculados pela água, as possíveis causas são a água potável insuficientemente tratada e/ou a contaminação veiculada por esgoto.

Diagnóstico da Situação atual do Esgoto

Foram encontradas tubulações individuais de esgoto no Centro Histórico e demais bairros com descarte na orla marítima e rios adjacentes. O descarte das tubulações volta para as ruas com a atividade das marés.

Foram coletadas amostras de esgoto para os testes em locais onde havia extravasamento para as ruas e em pontos de despejo de redes clandestinas que foram levados para o laboratório onde foram realizados os testes e observados os resultados do tratamento por meio eletrolítico e outros.

O resultado dos testes mostra:
O tratamento físico-químico propiciou excelente depuração do esgoto, tanto via sal férrico como via eletrolítica;
O tratamento por sal férrico é recomendado para o município em vista do tratamento eletrolítico ainda ser experimental;
O uso da água do mar (2 a 5%) elevou a eficiência do processo nos dois tipos de tratamento e permite reduzir custos;
Os resultados dos testes foram utilizados para dimensionamento em escala real.

Considerações Gerais

Concentrar-se primeiramente na área urbana por uma economia de escala;
Priorizar o tratamento de esgotos em detrimento do abastecimento de água;
Estima-se para a cidade um crescimento de 0,8% ao ano;
Admite como pico de verão a duplicação da população urbana, ou seja, 30 mil habitantes;
Admite o consumo de água igual à produção de esgoto;
Cenários possíveis para a construção e desenvolvimento dos sistemas:
Três anos para execução do sistema de Esgoto e no quarto ano a execução do sistema de água
Seis anos para execução do sistema de Esgoto e nos sétimo e oitavo anos a execução do sistema de água
Seis anos para execução do sistema de Esgoto e nos oitavo e nono anos a execução do sistema de água
Seis anos para execução do sistema de Esgoto e nos nono e décimo anos a execução do sistema de água
Priorizar Ilha das Cobras e Parque da Mangueira em virtude da maior concentração de diarreia *per capita*;

Recomendações para a Coleta e Tratamento do Esgoto

Priorizar as ações na Zona Urbana em detrimento da Rural uma vez que esta poderá adotar soluções individuais quanto ao esgoto;
Desenvolvimento de modelo hidráulico preliminar para o Centro Histórico;
Projeto Conceitual para Coleta de Esgoto:
Estimativa de vazões prováveis;
Alternativas de coleta de esgoto: convencional, por gravidade, por pressão, por vácuo e de pequeno diâmetro;
Comparação das alternativas acima por quatro critérios: economia, capacidade de adaptação à situação do município, facilidade de expansão quando necessário e simplicidade;

Solução Escolhida: Coleta por Gravidade

A coleta dos esgotos deve ser implantada em fases subseqüentes, por exemplo, uma a cada dois anos:

Centro Histórico (2500 m de coletores com 22 poços de visita)

Ilha das Cobras e Parque da Mangueira

Restante da cidade – Zona Urbana

Jabaquara – sistema independente por questões econômicas

Transporte de esgotos por gravidade e pequenas elevatórias;
Estação de Tratamento de Esgoto pelo processo físico-químico, localizada na Ilha das Cobras deverá atender Centro Histórico, Ilha das Cobras e Parque da Mangueira;

Desinfecção do esgoto tratado: com cloro;

Custos para Implantação da Coleta e Tratamento do Esgoto

O custo calculado para a implantação da rede coletora do esgoto produzido na Zona Urbana é de

R\$2.720.000,00 (dois milhões e setecentos e vinte mil reais)

O custo calculado para a implantação das Estações de Tratamento do esgoto produzido na Zona Urbana é de

R\$1.290.000,00 (hum milhão, duzentos e noventa mil reais)

O custo calculado para a manutenção da rede coletora do esgoto produzido na Zona Urbana é de

R\$436.000,00 (quatrocentos e trinta e seis mil reais) ao ano

O custo calculado para a manutenção das Estações de Tratamento do esgoto produzido na Zona Urbana é de

R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais) ao ano

Recomendações para a Água

As captações de água devem ser cercadas com alambrado e colocadas placas indicativas;

Instalar medidores de vazão (inexistentes até hoje) nos sistemas para que se possa clorar a água com dosagem adequada;

Instalar cloradores automatizados;

Reduzir as perdas nos emissários;

Construir uma Estação de Tratamento de Água convencional, físico-química, com filtração, para atender a vazão da cidade durante o pico de ocupação;

Que a água seja ao menos desinfetada na Zona Rural e filtrada na Zona Urbana em virtude das variações da turbidez;

Utilizar a filtração por filtros de areia devido ao seu baixo custo e facilidade de operação;

Colocação de filtros próximos aos reservatórios prevendo a utilização dos mananciais de Pedra Branca e Caboclo;

Construção de uma ETA para o Centro Histórico e Jabaquara;

Custos para Implantação das Melhorias

A implantação das melhorias propostas para o sistema de captação, tratamento e distribuição da água custará - R\$1.100.000,00 (Hum milhão e cem mil reais)

Estima-se que a Mão de Obra necessária para a manutenção do sistema proposto custe - R\$400.000,00 (Quatrocentos mil reais) ao ano

Alteração das Tarifas

A tarifa de água, que hoje é cobrada a R\$0,32/m³ deverá ser gradativamente alterada; consideramos que a melhor opção é a taxa de R\$1,80/m³, incluídos aqui o payback, manutenção e operação; comparativamente ao cobrado hoje este valor é cinco a dez vezes maior ao cobrado hoje por residência e apenas dez por cento do cobrado comercialmente.

Considerando que na Ilha das Cobras e Mangueira, onde a tarifa é de R\$3,00 por residência, há um gasto de aproximadamente R\$18,00/mês/residência com compra de água mineral engarrafada e uma perda de aproximadamente R\$8,00/mês/residência devido a perdas de dias trabalhados por diarreia chegamos a uma despesa mensal de R\$29,00/residência e concluímos por cobrar uma tarifa de R\$30,00/mês/residência. A mesma analogia foi utilizada para o restante da área urbana.

Temos ainda a opção de tarifas diferenciadas para o Centro Histórico, Ilha das Cobras e Mangueira, Jabaquara e restante da Zona Urbana, com o custo médio variando em torno de R\$1,80 adotados inicialmente.

.....

5. Projeto para o controle do lixo coletado no município com a construção de Usinas de Triagem e Compostagem e aterro de resíduos inertes

Objetivo:

Este trabalho visa o atendimento das necessidades de disposição dos resíduos sólidos gerados e coletados em nosso município.

O projeto se insere no contexto atual da minimização dos impactos ambientais causados pela destinação final do lixo uma vez que prevê uma redução substancial do volume de resíduos a serem dispostos no solo, racionalizando a utilização destas áreas de destino e diminuindo os custos industriais com a utilização de matéria prima de baixo custo.

Características do Município:

O município de Paraty está situado na Região Hidrográfica que compreende as bacias dos rios que nascem nas encostas da Serra do Mar, nas Colinas e nos Maciços Costeiros e que deságuam na Baía da Ilha Grande, nos municípios de Paraty e Angra dos Reis. Seu solo é constituído predominantemente por Argila, Cascalhos e Argilas Inconsolidadas e por áreas onde predominam Gnaisses Tonalíticos e Gnaisses Granitóides. A área utilizada como depósito do lixo coletado é área de manguezal, portanto, com características de Argila Orgânica. Destaca-se no município remanescentes de Floresta Ombrófila Densa e uma grande área de manguezal. A região do vazadouro faz parte de uma APA – Área de Proteção Ambiental, com área total aproximada de 78.000 m², sendo que a área de impacto direto do vazadouro é de 29.000 m² ou cerca de 37% do terreno. A área pretendida para o empreendimento encontra-se com a vegetação em estado de degradação devido à deposição dos resíduos que vem sendo realizada de maneira descontrolada.

Situação atual da Coleta no Município:

O trabalho apresentado a seguir foi encomendado pela Prefeitura de nosso município e realizado no ano de 2001: os valores apresentados são projeções realizadas para o ano de 2005.

Com o diagnóstico apresentado foram desenvolvidos Programas para Educação Ambiental abrangendo especialmente as Escolas e as Comunidades Organizadas. O fruto desse trabalho nos permite orgulhosamente apresentar os resultados a seguir: 40% de nosso lixo é coletado seletivamente, sendo as comunidades costeiras e rurais as mais organizadas no trato de seus resíduos.

Urge darmos continuidade aos nossos Programas para Educação Ambiental e à implantação do projeto idealizado para destinação final dos resíduos coletados.

Inventário dos Resíduos Sólidos:

Para uma proposta mais abrangente o município foi dividido em zonas para as medições, a saber:

Bairro Histórico

Patitiba, Parque Imperial, Chácara da Saudade, Chácara, Fátima
Mangueira, Ilha das Cobras, Matadouro
Jabaquara, Pontal, Peru, Portal de Paraty, Parque Ipê, Joel Mariano, Portão de Ferro I, II e III, Vila Colonial, Vila Dom Pedro, Pantanal
Tarituba, São Vicente, São Gonçalo, Taquari, Barra Grande, São Roque, Praia Grande, Ilha do Araújo, Corumbê
Penha, Ponte Branca, Fazenda do Banco, Morro do Jacú
Corisco, Corisquinho, Coriscão, Portão Vermelho, Bananal
Trindade, Paraty Mirim, Patrimônio, Campinho, Pedras Azuis, Boa Vista
Serviços de Saúde Público e Particular

Por suas características peculiares os Resíduos de Serviços de Saúde são classificados como perigosos e considerados pela legislação como de responsabilidade dos geradores; institucionalmente o município assumiu o ônus pela sua coleta e disposição final contratando uma empresa habilitada para a realização desse serviço; são coletados 15 (quinze) m³ de resíduos, uma vez por semana e levados para uma cidade vizinha, distante 70 km, onde são tratados antes da deposição final no solo.

O levantamento por amostragem se baseou no cadastro da Prefeitura Municipal de Paraty e nos cadastros das concessionárias de água e energia elétrica locais ; considerou a influência regional da localidade, a densidade das habitações, a regularidade da coleta e a postura social; os volumes aferidos eram os que estavam dispostos para a coleta naquele dia e momento em estradas, ruas e rodovias; em imóveis residenciais, comerciais, de serviços e nas lixeiras comunitárias pelo período de trinta dias, sempre antecipando-se à coleta realizada pelos caminhões coletores.

A aferição das medições realizadas nas comunidades relacionadas nos itens 1 a 4 contabilizou 29 T (vinte e nove toneladas) de resíduos/dia.

A média encontrada na composição desse volume indica que 70,99% são rejeitos e que 29,01% é reciclável.

A aferição das medições realizadas nas comunidades relacionadas nos itens 5 a 8 contabilizou 11 T (onze toneladas) de resíduos/dia.

A média encontrada na composição desse volume indica que 71,13% são rejeitos e que 28,87% é reciclável.

Podemos ainda demonstrar, analisando a tabulação dos trabalhos em campo, que os resíduos coletados têm a composição média a seguir:

Matéria Orgânica	62,00 %
Papel e Papelão (aproveitáveis)	12,00%

Vidro	3,00 %
Plástico	10,00 %
Metais	3,00 %
Outros	10,00 %
	100,00 %

A realização do Inventário de Resíduos nos permite classificar como predominantemente DOMICILIAR (gerados em residências e os similares decorrentes de atividades comerciais e de serviços) os resíduos coletados. Estes resíduos apresentam em sua composição componentes que são agressivos ao meio ambiente e, portanto, exigem serem processados adequadamente antes de sua destinação final.

Proposta para Destinação dos Resíduos:

Embora já tenha sido demonstrado que as Usinas de Triagem e Compostagem são economicamente inviáveis em municípios com população menor que cinquenta mil habitantes (a projeção para nosso município é de trinta e cinco mil habitantes para o ano de 2010), mas considerando as características geomorfológicas de nossa região e os ganhos ambientais que advirão optamos pela construção de uma Usina em parte da área hoje destinada ao depósito do lixo coletado pela Prefeitura Municipal e por particulares; apesar da topografia desse terreno não ser muito favorável, sua escolha para abrigar o sistema proposto e destinação final dos resíduos coletados, deve-se à dificuldade em encontrarmos em nosso município áreas aptas à essa finalidade sem esbarrar em questões ambientais, sociais ou econômicas.

Treinamento e Capacitação de Pessoal:

A evolução tecnológica dos equipamentos e sistemas além das crescentes exigências ambientais, tornam essencial a permanente atualização dos profissionais envolvidos no sistema de limpeza pública. A implantação da Usina de Triagem e Compostagem requererá sensíveis alterações nos procedimentos dos serviços de limpeza urbana, sendo importante que todos os funcionários envolvidos na realização desses serviços estejam devidamente treinados e capacitados.

O programa de treinamento será dividido em três módulos:

Sistema de Limpeza Urbana: para funcionários responsáveis pela coordenação e execução dos serviços de coleta do lixo público e domiciliar.

Operação e Manutenção de Usina de Triagem e Compostagem: Funcionários responsáveis pela operação e manutenção da Usina.

Separação de Materiais Recicláveis em Usina: Associados da Cooperativa de Catadores

Implantação das Usinas:

A área a ser utilizada dista cinco quilômetros do Centro Urbano e tem acesso pela BR-101 e a partir daí por pequeno trecho de via vicinal; esta tem pavimentação primária e condições de tráfego inadequadas, acarretando, constantemente, o atolamento dos veículos coletores, devendo, portanto, ser submetido a intervenções para melhorias e contar com manutenção periódica.

Construção das Usinas:

O conjunto será formado por dois galpões, a saber:

Galpão de Triagem, com 411,21 m² de área, que abrigará, além da esteira transportadora de material reciclável, áreas para depósito de fardos dos diversos materiais, sanitários e pequeno depósito.

Galpão de Compostagem, com 302,00 m² de área coberta, abrigando os silos para compostagem do material orgânico.

A rotina operacional da Usina de Triagem e Compostagem atende as instruções dos fabricantes de cada equipamento previsto para seu funcionamento.

O Composto oriundo da Usina deverá ser encaminhado para o Horto Florestal existente em nosso município que poderá ceder o excedente a particulares.

Orçamento:

Obras e Instalações	R\$221.000,00
Equipamentos	R\$156.000,00
Treinamento	<u>R\$ 14.000,00</u>
	R\$391.000,00

(Trezentos e Noventa e Um Mil Reais)

Aterro de Inertes:

Resíduos Inertes são aqueles que quando submetidos a contato com a água destilada ou deionizada não tem nenhum de seus constituintes solubilizados a concentrações superiores aos padrões de potabilidade da água, ou seja, não poluem.

Serão recebidos no Aterro de Inertes quatro tipos de resíduos: Rejeitos da Usina de Triagem e Compostagem, Lixo Público, Restos de Poda de Árvores e Resíduos da Construção Civil.

A fim de permitir o dimensionamento da área mínima necessária para a implantação do sistema foi estimada a quantidade de resíduos que serão gerados anualmente até o ano de 2010, estabelecido como horizonte de projeto.

Com base na planta topográfica e considerando o tipo de solo, a altura média do terreno e o volume gerado anualmente estima-se que o Aterro de Inertes terá uma vida útil da ordem de oito anos e que receberá durante esse período aproximadamente 50 T (cinquenta toneladas) de material inerte.

Para o aterro do material será necessária a aquisição de um trator D4 ou similar e ferramentas manuais: pás, enxadas, picaretas, tesouras para corte, facões, serras e outros.

Orçamento:

Trator	R\$ 100.000,00
--------	----------------

Ferramentas

R\$ 20.000,00

R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais)

Programa para Educação Ambiental:

O modelo de vida que vem sendo adotado pela sociedade moderna privilegia o consumo de produtos e serviços que aumentam a produção de resíduos sólidos; a geração *per capita* de lixo cresce rapidamente nas cidades e a falta de políticas públicas bem definidas para a gestão do setor resulta em problemas ambientais, de saúde pública, de ordenamento urbano e estético nos municípios.

A questão da Limpeza Pública é tão complexa que nem mesmo a garantia de recursos para atividades do setor é capaz de assegurar um bom padrão de limpeza urbana nas cidades.

Mais do que limpar, importante é não sujar e, nesse aspecto, é fundamental o envolvimento da população, que deve estar consciente de sua importância no sistema.

A Constituição Federal de 1988, seguindo a linha dos acordos internacionais sobre a preservação ambiental e o enfoque na educação ambiental como a forma mais efetiva de se atingir esta preservação, estabelece em seu Art. 225 que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado...” e mais adiante que “...cabe ao Poder Público promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.”

Já foram adotados os procedimentos para identificação do público alvo, a parceria com organizações não governamentais foi alinhavada e também com as organizações locais que tradicionalmente são utilizadas para a divulgação de programas de educação; foram realizadas inúmeras palestras, distribuídos milhares de cartilhas orientando o trato com o lixo, foram distribuídos e utilizados milhares de sacos para o acondicionamento do lixo reciclável: o resultado foi excepcional e, repetimos:

Urge darmos continuidade aos nossos Programas para Educação Ambiental e à implantação do projeto idealizado para destinação final dos resíduos coletados.

.....

6. Projetos do Caminho do Ouro

Plano de Trabalho Projeto de Revitalização do Caminho do Ouro em Paraty - Na Trilha da História

O Caminho do Ouro em Paraty vem sendo pesquisado e recuperado conforme Projeto elaborado pela Associação dos Guias de Turismo de Paraty, sua Equipe Técnica contratada e seu parceiro-patrocinador SEBRAE.

O objetivo específico é conhecer, resgatar e preservar o Caminho do Ouro, integrando-o num monumento único, eixo de ligação entre a paisagem do litoral e do interior, desde o cais do porto à divisa com o município de Cunha, estado de S. Paulo, revitalizando-o para o ecoturismo cultural.

O Caminho do Ouro tem início no porto de Paraty, aonde chegavam da Europa, da África e de outros locais do litoral do Brasil os que transitavam para o interior ou para as minas de ouro e diamantes, desde o final do século XVI até cerca de 1770, quando ficou pronto o Caminho Novo ou Estrada Real. O Caminho Velho, o Caminho do Ouro em Paraty, continuou bastante utilizado até o final do século XIX, quando aos poucos foi abandonado e ficou em parte esquecido e enterrado.

No porto desembarcavam as importações que iam abastecer o comércio de Paraty e do interior com louças, vidros, cutelarias, móveis, alfaias e vinhos, vendas ainda mais incrementadas após as primeiras descobertas de ouro na região de Ouro Preto, nas Minas Gerais. Os viajantes traziam baús, roupas, livros, perfumes, remédios, em grande quantidade, porque naquela época quanto mais alta a posição social, maior o número e o peso das coisas consideradas indispensáveis. Os escravos africanos destinados às minas, em quantidades nunca vista em outro lugar da América, também aportavam em Paraty, após o período de quarentena obrigatória em uma de suas ilhas.

A partir do século XVIII os viajantes, fidalgos, povo ou escravos, eram obrigados a dirigir-se ao Quartel próximo ao porto, atual prédio da Biblioteca Pública e sede do IHAP (Instituto Histórico e Artístico de Paraty), onde verificavam-se passaportes, faziam-se vistorias e recolhiam-se direitos de entrada, sendo emitidos ordens e selos que eram verificados em cada “Registro”, posto fiscal do Caminho. Após o procedimento rotineiro, encontravam-se habilitados a procurar tropeiros e mulas e “subir a serra” rumo ao interior e às minas.

Fluxo inverso movimentava o Caminho do interior ao litoral, porém consideravelmente menor: viajantes com seus poucos escravos domésticos e produtos da terra, ouro, diamantes, outras pedras e metais, carnes salgadas e defumadas, couros secos, etc, agregando após a descida da serra a produção de açúcar e cachaça paratienses, de engenhos situados ao longo do Caminho, como atesta a grandiosa ruína do Engenho do Martins.

São abundantes os documentos históricos relativos ao Caminho do Ouro em Paraty. Sua utilização era regulamentada por Ordenações do Reino; sua manutenção dependia dos vereadores e particulares, conforme relatam as Atas da Câmara, relatos e cartas contemporâneas. Para sua fiscalização e cobrança de impostos eram construídos Registros, quartéis, mirantes, guaritas, muros e portões, toda uma estrutura militar de que ainda restam numerosos monumentos, ruínas e outros vestígios arqueológicos, vasta rede de patrulhamento para evitar descaminhos (contrabando).

Do ponto de vista arqueológico, o patrimônio material que forma o Caminho do Ouro, desde o seu piso em pedra seca travada com pedriscos, seu sistema de contenções de terra e drenagem de águas pluviais, seus pontilhões, seus mirantes de vigia, é inigualável e enriquecido com diferentes ruínas ainda desconhecidas, como a ponte e o Quartel da Guarda do Registro da Cachoeira, o pouso do Souza, o engenho do Martins, marcos de sesmaria, muros, abrigos sob rocha, locais de pouso de tropas, de depósitos, de aquartelamento militar, de confinamento de escravos e numerosos artefatos móveis como ferraduras, cerâmicas, louças e vidros, em sua maior parte vindos da Inglaterra, do Reino e colônias portuguesas e da França, durante os séculos XVIII e XIX.

A paisagem natural é variada, rica de flora e fauna nativas, entrecortada de encachoeirados e penhascos de onde se avista a baía de Paraty e trechos do Caminho do Ouro.

Cronograma Geral Físico-Financeiro - Sumário

Para efeito desse trabalho, iniciado em 2003, convencionou-se dividir a extensão total do Caminho do Ouro em Paraty em cinco segmentos, baseados em características de geografia física, considerando-se como início do Caminho do Ouro o Porto de Paraty. Os segmentos foram contemplados com Projetos e Patrocínios individuais, e são os seguintes:

1. Do Porto à localidade de Pau d'Alho, no encontro das águas do rio da Cachoeira da Pedra Branca com o ribeirão do Sertão, que formam a partir daí o rio Perequê-Açu. Distância estimada: 5 km Preço estimado: R\$3.000.000,00.
Data estimada: 2007/2008 Tempo estimado: 15 meses.
2. Do Pau d'Alho até as ruínas da ponte da Guarda do Registro da Cachoeira, atual Poço do Tarzan, nos Penha.
Distância estimada: 2,8 km Preço estimado: R\$790.000,00.
Data estimada: 2005/2006 Tempo estimado: 12 meses.
3. Dos Penha à entrada do PNSB - Parque Nacional da Serra da Bocaina.
Distância estimada: 3,5 km Preço estimado: R\$320.000,00.
Data estimada: 2003/2004 Tempo estimado: 10 meses.
Patrocínio: SEBRAE – RJ
4. Da entrada do PNSB até Estiva Preta, localidade Fecha Nunca.
5. Da Estiva Preta até a divisa com o município de Cunha.
Distância estimada: 4.800 metros Preço estimado: R\$665.000,00.
Data estimada: 2004/2005 Tempo estimado: 6 meses.

*Os segmentos 4 e 5 serão trabalhados no mesmo Projeto.
Patrocínio: SEBRAE - RJ

Metodologia de Trabalho

A Equipe Técnica e a prospecção arqueológica acompanham e orientam a descoberta, limpeza, recuperação, conservação e manutenção do Caminho do Ouro

segundo a metodologia arqueológica internacional, evidenciando estruturas imóveis como pisos, sistemas de drenagem, mirantes, construções, documentando e mapeando todo o processo, com GPS/AUTOCAD. Os artefatos móveis, após documentação e mapeamento, são retirados para laboratório de arqueologia de campo, nos Penha, onde são tratados, reconstituídos, preservados, analisados, identificados e datados relativamente conforme o método arqueológico histórico. O material é acondicionado e aguarda ser utilizado em exposições.

O segmento recuperado do Caminho do Ouro passa por análise estrutural, recebendo reforços nos locais indicados, replantio de espécies nativas, estudos sobre utilização em turismo (como potencial, capacidade de carga e melhor aproveitamento), efetivando projetos culturais e arquitetônicos indicados para recebimento dos turistas e visitantes.

Relatórios mensais e conclusivos são realizados para supervisão do Patrocinador. Relatório final é disponibilizado para IPHAN, IBAMA, SECTUR, IHAP e outras instituições.

Trabalho realizado

Em setembro de 2003 foi realizado o treinamento de dez operários e dois assistentes de Arqueologia pela Equipe Técnica, dando início ao processo acima descrito no Segmento 3 do Caminho do Ouro, trecho de 1.635 metros entre Penha e Oliveira, com duração de 3 meses e patrocínio SEBRAE. Nessa ocasião definiu-se que o Caminho do Ouro em Paraty só poderá ser visitado a pé e com guia qualificado, tendo em vista sua conservação.

O trecho recuperado foi vistoriado pelo IPHAN e IBAMA, encontrando-se sob supervisão para manutenção constante. Possui um Centro de Atendimento ao Turista junto ao marco comemorativo do Caminho do Ouro, encontra-se aberto ao turismo e vem sendo operado com controle através das Agências de Turismo com vaucher. Os recursos financeiros arrecadados deram entrada no COMTUR - Conselho Municipal de Turismo, visando a auto-sustentabilidade do trecho. Através de seminários, reuniões, exposição na mídia, foi incentivada uma política de proteção ao Caminho do Ouro e entorno.

Os trabalhos de recuperação dos restantes cerca de 1850 metros que compõem o Segmento 3 deverão reiniciar-se em 2004, após a temporada de chuvas.

Política Específica de Proteção ao Caminho do Ouro

Decreto N. 092/2003, do Prefeito de Paraty:

“Ficam protegidos no município de Paraty nas áreas externas ao Parque Nacional da Serra da Bocaina todos os remanescentes da antiga trilha que ligava Paraty ao interior do país, conhecida como Caminho do Ouro, bem como todas as construções ou remanescentes de construções a ele relacionadas”.

Projeto de Lei N. 081/2004, tramitando na Câmara Municipal de Paraty:

Dispõe sobre o tombamento do Caminho do Ouro a fim de constituir patrimônio histórico e cultural de Paraty.

Perspectivas Arqueológicas de longo prazo: além do Caminho do Ouro

Os dados científicos obtidos pelo Staff, analisados segundo o enfoque da Arqueologia da Paisagem, nos permitem perceber o trabalho do homem nas formas

da natureza. Uma visão de longo alcance e longo prazo nos mostra de que maneira a atuação humana se deu nas diferentes paisagens de Paraty, enriquecendo-as com um patrimônio cultural ainda preservado, de que talvez só o Staff tenha noção real. Como utilizá-lo construtivamente, resgatando um patrimônio que ainda se conserva, embora quase ignorado? É um trabalho de tal magnitude que caberá às futuras gerações realizá-lo.

Na serra existem outros caminhos antigos como o Sete Degraus, na Pedra Branca, e o do Curralinho, caminho vicinal do Caminho do Ouro, também dotado de um Registro.

No litoral é necessário o inventário arqueológico das “Antiguidades do Litoral”, cujos trabalhos incluem:

- *prospecções arqueológicas na vila velha de S. Roque, no morro do Forte, séc. XVI/XVIII;
- *inventário dos antigos engenhos de açúcar e aguardente, séc. XVII/XIX;
- *prospecções nas ilhas que funcionavam como entreposto de escravos, séc. XVIII/XIX;
- *escavação, recuperação e preservação do engenho especialmente bem conservado, localizado na praia do Engenho d’Água, séc. XVIII/XIX;
- *revitalização do sítio arqueológico pré-histórico abrigo sob pedra “Toca do Cassununga”, na praia do Jabaquara, séc. XIV/XV;
- *escolha e localização de nau afundada na baía de Paraty para levantamento arqueológico visando o desenvolvimento do turismo subaquático, em parceria com o Setor de Arqueologia Subaquática da Marinha do Brasil, séc. XVI/XIX.

Esse é o potencial da paisagem cultural do Caminho do Ouro e de Paraty: uma porta aberta para o mundo e para as relações entre o Brasil, a América Latina, a Europa e a África, desde sempre.

.....

7. Projeto de Requalificação Urbanística do Acesso Primordial da Vila de Nossa Senhora dos Remédios

Introdução

O projeto objetiva reforçar a identidade do primitivo acesso à Vila de Nossa Senhora dos Remédios revelando seus atributos históricos e culturais de valor internacional. Tem a convicção de que, com um conjunto coordenado de intervenções localizadas é possível induzir um processo de mudanças de grandes proporções em todo tecido urbano.

A meta principal é a recuperação do espaço público, a partir do resgate de sua significação cultural, para a fruição dos seus habitantes e visitantes. O percurso deverá revelar e permitir a leitura deste acesso por meio de seus espaços públicos e elementos culturais.

O projeto propõe ainda, reafirmar ou constituir novas centralidades, buscando a polinuclearização da cidade. Atualmente, as únicas praças que agregam e acolhem os moradores da cidade, são a da matriz de Nossa Senhora dos Remédios, no Bairro Histórico e a de São José Operário, na Ilha das Cobras.

Conceituação

No entorno dos núcleos urbanos portugueses, desde o período medieval, destinava-se uma área para o crescimento da vila (dentre outras funções) chamada de rossio. Hoje poucas cidades, de origem portuguesa, possuem remanescente destas áreas no espaço urbano e/ou mantêm esta denominação em seus registros cartoriais.

O caminho de ligação do sítio urbano, com a estrada da serra, era contínuo, porém diferenciado em seu agenciamento. Uma via paralela ao acesso original da Vila de Nossa Senhora dos Remédios, construída posteriormente (Av. Roberto Silveira), permitiu sua preservação, bem como, dos demais elementos culturais integrados. Sendo estes: o Portão de Ferro na Chácara do mesmo nome e sua casa sede; parte do Largo do Rossio, hoje utilizado como campo de futebol; edificações do século XIX; o oratório da cruz das almas e o chafariz do Pedreira com seu largo.

Este projeto objetiva restabelecer, mesmo que parcialmente, as características: morfológicas, topográficas, fundiárias, sócio-culturais e políticas da cidade.

Histórico - Crescimento dos núcleos

De acordo com Nestor Goulart Reis, as cidades e vilas eram criadas com termo e dotadas de rossio. As cartas de doação das capitânias declaravam que os donatários poderiam criar povoações. O termo era o território municipal. O rossio era uma parcela do termo demarcada junto aos núcleos urbanos utilizada para atender ao crescimento destes, para pastagens de animais, de uso dos moradores e para o recolhimento de lenha por parte das pessoas de condição humilde.

Uma vez solicitadas às doações, as terras eram distribuídas pelas Câmaras, sob a forma de lotes na parte urbana propriamente dita, isto é, na parte central, e nas

áreas extramuros ou mais afastadas, sob a forma de pequenas sesmarias, que iriam dar origem à formação de chácaras. Essas chácaras constituíram as primeiras propriedades rurais em torno dos centros mais antigos.

Os mecanismos de crescimento de vilas e cidades no Brasil colonial conservavam-se, em seus fundamentos, como haviam sido herdados da organização municipal portuguesa.

Delimitação da área de intervenção:

A área abrangida pelo projeto engloba o atual campo de futebol seguindo pela Rua Presidente Pedreira até a praça do Chafariz.

Os limites físicos do sítio histórico considerado pelo projeto é o definido pela Planta Chorográfica de 1858-61 elaborado por Conrad Jacob de Niemeyer e Pedro Bellegard.

A delimitação do bairro histórico foi definida (1981), tendo como referência apenas os limites físicos mais apropriados para uma adequada demarcação; as quadras periféricas foram consideradas de entorno imediato. Porém, na rua Comendador José Luiz/Presidente Pedreira (acesso primordial) e outros locais que ainda guardam remanescentes do sítio histórico, adotam-se as mesmas recomendações de proteção relativas ao Bairro Histórico.

Pretende-se também, identificar os pontos de referência do perímetro urbano correspondente à antiga vila de Nossa Senhora dos Remédios, conforme ficou definido em 1836:

“Art 2º - Sede do Município de Parati, é a cidade do mesmo nome, situada no perímetro urbano, doada por Dona Maria Jácome de Mello, e atualmente limitados pelas seguintes linhas:- Ao Norte e ao partir do mar, da propriedade dos herdeiros de Anselmo Vaz, inclusive pelas fraldas do Morro do Forte e incluindo a propriedade de dona Iracema e Aníbal Gama em direção oeste até o Cemitério Público inclusive e daí, em direção ao sul até o Poço do Peru, no Rio Paratuguaçú, seguindo daí pelo curso deste rio até o ponto em que parte uma linha, na Chácara Portão de Ferro, no lugar denominado calçadinha, continuando esta linha para o sul até encontrar o leito do Rio Matheus Nunes e, descendo pelo curso deste, até o mar”.

Propostas funcionais do projeto:

Trata-se de uma intervenção de desenho urbano, pois trabalha a qualidade da dimensão físico-ambiental da cidade, enquanto conjunto de sistemas de atividades que interagem com a população através de suas vivências, percepções e ações cotidianas.

As propostas deste projeto objetivam resgatar a singularidade do lugar, reforçando tendências e revisando desequilíbrios. Resgatando a imagem deste trecho da cidade, por meio da recuperação dos seus espaços públicos, reestruturando-os funcional e ambientalmente.

Criação das praças – Redefinição do Largo do Rossio e da Praça do Chafariz.

Tratamento Paisagístico – Neste caso o entendimento dos locais de intervenção é vital, pois, nas cidades coloniais os largos não eram arborizados. A praça do chafariz, hoje, é cercada por densa arborização.

Redefinição do Mobiliário Urbano – Principalmente nas praças, evitando a colocação de equipamentos próximo aos monumentos.

Melhoria do sistema viário – reformulação do trânsito no acesso ao bairro histórico.

Tratamento dos Passeios - As calçadas deverão ser reestruturadas, garantindo-lhe a continuidade, já que na rua Presidente Pedreira são bastante estreitas.

Iluminação – Revisão do sistema de iluminação embutindo a fiação aérea, em continuidade como projeto do Bairro Histórico.

Intervenções

Chafariz

Em meados do século XIX grandes melhoramentos urbanos ocorreram na cidade tais como: a consolidação das praças urbanas, a construção do cemitério, de um novo mercado e do chafariz. No *“Relatório da Província do Rio de Janeiro, apresentado ao Exmo. Vice-Presidente da Província do Rio de Janeiro o Comendador João Pereira Darrigue Faro, em 3 de Maio de 1853, pelo Presidente Conselheiro Luiz Pedreira do Couto Ferraz”*, destacam-se, entre as obras que foram realizadas no Município: o calçamento do caminho da serra velha, a construção da praça do mercado, da ponte de desembarque e a instalação do chafariz que ficou com seu nome.

O chafariz em mármore localizava-se no eixo da rua Presidente Pedreira, tendo sido deslocado, quase um século depois. O projeto propõe voltar o chafariz para o local original, o eixo da rua Presidente Pedreira, e rever a circulação de veículos no local, com o fechamento das ruas que contornam a praça.

Para o restabelecimento de parte do Largo, o espaço deverá ser contínuo, da Avenida Roberto Silveira, até o Largo do Rosário, integrando a área de lazer da escola. Após a remoção do Chafariz, as muretas da praça atual deverão ser desmontadas e o seu restabelecimento deverá ser realizado com o piso compactado em pedriscos e a área a ser gramada deverá descansar sobre as calçadas em pedras irregulares das ruas, sem elevação de níveis.

Largo do Rossio

Em Parati parte do rossio era utilizado como Campo de Lavagem. Tanto no período colonial como no imperial, as tropas ou caravanas de animais eqüídeos se constituíram no principal meio de transporte terrestre de mercadorias no Brasil. Os animais possuíam normas especiais para entrar no espaço urbano, paravam à princípio no Campo da Lavagem antes de se dirigirem ao porto. Este espaço ainda pode ser identificado, parcialmente, em Parati, pois hoje é ocupado por um campo de futebol.

A Chácara da Lavagem era chamada a parte que ficava da rua do Gragoatá para cima entre a rua da Lapa e o rio Morto, com várias chácaras entre as 3 ruas da Lapa,

da Ferraria e da Cadeia. Para se restabelecer a ligação do Largo com a rua Presidente Pedreira é necessário a desapropriação do pequeno comércio que se instalou frente para a rua Manoel Walfrido. Deverá também, ser restabelecida a ligação com a rua do Rocio, hoje, fechada por um portão.
AERO 1959

Portão de Ferro

A recuperação do Portão de Ferro da chácara do mesmo nome, tem por intenção se transformar em marco deste projeto. O restabelecimento do Largo do Rossio propiciará a reintegração deste elemento, de referência urbana, com a cidade.

De grande valor também é a casa da chácara, um raro exemplar de residência rural do litoral sudeste.

Oratório da Cruz da Almas

Outro elemento de referência no espaço urbano é o Oratório da Cruz das Almas. É um altar público, um oratório, existente na Rua Presidente Pedreira. Foi um dos principais e primeiros pontos de referência da cidade, constante nas escrituras de imóveis do século XVIII.

A construção existente é do século XIX, e encontra-se em mal estado de conservação. Deverão ser executados serviços de restauração do oratório e agenciamento do local, recuperando, assim, seus valores históricos e simbólicos.

Na construção anterior havia uma caixa, com uma tampa de metal com uma fenda, que destinava-se a arrecadar esmolas para a Irmandade de São Miguel e Almas, que as empregavam na celebração de missas pelas almas dos defuntos. Podendo, também se chamar “Caixa das Almas”. Segundo a tradição oral, no século XIX, era o local onde os condenados que se dirigiam ao campo de execução, no Largo do Rocio, faziam suas orações. Daí também se conhecido como Santa Cruz dos Enforcados.

.....
.....

8. Restauração e Preservação do Sítio Histórico e Forte Defensor Perpétuo

.....
.....

9. Plano de Preservação da Tipologia Arquitetônica do Sítio Histórico

O caráter do centro histórico de Paraty está perfeitamente expresso na extraordinária impressão de densidade proporcionada pelas construções alinhadas, formando uma massa edificada homogênea que envolve inteiramente os quarteirões, emprestando-lhes monumentalidade, apesar das limitadas dimensões, onde predominam as casas térreas ou assobradas. O ritmo característico das envasaduras dos armazéns é amenizado, por muros que fecham os quintais das residências, a composição urbana é de uma geometria simples. A intensa luminosidade obtida pela caiação das fachadas é amenizada pelo verde que recobre as escarpas íngremes da Serra do Mar emoldurando o conjunto.

Características tipológicas e morfológicas do conjunto arquitetônico:

O centro histórico caracteriza-se por uma elevada coerência formal, com denso espaço construído e frentes de ruas contínuas, compondo quarteirões dissemelhantes, mas linearmente delimitados. A tipologia arquitetônica denota grande uniformidade, observando-se que os imóveis foram construídos essencialmente entre a segunda metade do século XVIII e XIX, encontrando-se edifícios bem conservados, sem adulterações relevantes. As edificações não possuem um caráter excepcional, se analisadas isoladamente, mas sim enquanto células de um organismo morfológicamente coerente.

A variedade cromática brasileira, visível nas portas janelas e guarnições dos vãos, em contraste com o branco da cal, onipresente nas paredes das casas, constitui uma notaçã importante no ritmo das fachadas e na imagem urbana. A religiosidade ainda se sente com grande veemência na cidade, concretamente através das igrejas e dos passos da Paixão, que, estes sim, apresentam unidade cromática.

O espaço edificado conjuga a casa térrea e o sobrado, sendo raros os edifícios com mirante no terceiro piso. Alguns sobrados, do século XIX, destacam-se pela inserção de pormenores arquitetônicos notáveis, tanto nos trabalhos de madeira e ferro forjado, como nos frisos e pilastras ornamentados. Outro elemento de destaque são os cunhais, alguns possivelmente do século XVII, pelo apuro da cantaria. Não existem grandes edifícios públicos que se destacam do restante edificado. Dado ser um conjunto tão homogêneo, inclusive nos materiais e técnicas construtivas utilizados, as igrejas constituem-se como os grandes elementos de destaque, quer ao nível da volumetria, quer ao nível da localização, e até nos materiais utilizados.

As paredes externas, geralmente são em alvenaria de pedra, adobe, pau-a-pique ou taipa, rebocadas com argamassa de cal e areia. As guarnições dos vãos são em madeira, apresentando alguns exemplares em cantaria. As portas são de uma ou duas folhas cegas, em forma de calha, ou almofadadas, algumas encontram-se seccionadas a dois terços de altura, para possibilitar o arejamento das casas. Em madeira, também, são as portas de treliça e janelas de guilhotinas. As sacadas dos sobrados são corridas ou individuais, possuem bacia em madeira ou cantaria, e gradil em madeira e em ferro forjado.

Ao longo do século XIX o território abriu-se a novas influências e introduziram-se novos gostos, visíveis na forma de ornamentação e respectivos materiais, embora se

tivessem mantido as técnicas construtivas tradicionais da época colonial. Assistiu-se, por exemplo, a uma substituição gradual das rótulas, muxarabis e portadas cegas de madeira, por janelas envidraçadas com caixilhos, e os guarda-corpos das sacadas em treliça de madeira, cederam lugar ao gradeamento em ferro forjado, com motivos ornamentais geométricos.

Em alguns sobrados, as janelas das sacadas são rematadas por bandeiras; anteriormente cegas, foram rasgadas por postigos de caixilho de vidro. Surgem muitas vezes, associados ao gradeamento em ferro, elementos verticais de iluminação, encimados por abacaxis e pinhas, de madeira, com elementos em folhas de flandres, chumbo ou cobre repuxado. Estes elementos transformaram-se num pormenor decorativo muito apreciado, com grande variedade de motivos ornamentais, que se completam com os globos em cristal overlay, colocados nas extremidade das sacadas. A sua origem está na tradição de iluminar as fachadas das casas em noites de festas e procissões. Será ainda dessa época a preferência, restrita quase sempre aos sobrados, pela decoração pintada nas fachadas, com motivos geométricos concentrados em frisos junto ao beiral e nas pilastras.

A composição dos alçados mostra os vãos bem ritmados e de dimensões generosas, com vergas retas e curvas, rematadas com moldura saliente em argamassa, ou mais freqüentemente em madeira. As guarnições, em madeira, são pintadas com cores fortes, como o azul ultramar, azul del rey, o verde, o sangue de boi, o ocre e o cinza, sendo freqüente a combinação de duas cores distintas, aplicadas na moldura e nas folhas de fechamento. As variações compositivas construtivas e decorativas são comuns nos sobrados, enquanto a maioria das casas térreas apresenta significativa simplicidade e homogenia.

Cor

A cor é um problema complexo no processo de recuperação do acervo arquitetônico e paisagístico de Paraty. Falar em cor e pintura significa falar em um aspecto de um problema maior que é a arquitetura vista globalmente.

As fachadas apresentam elementos que definem a tendência estilística de uma construção, visto que cada estilo arquitetônico possui uma linguagem própria de proporção, elementos decorativos, abertura de vãos, textura e cor.

O caráter normativo e indiferenciado da arquitetura e do urbanismo coloniais gerou uma linguagem construtiva sóbria, despojada e de poucos recursos, refletindo não só a condição de precariedade da Colônia, como também o status social generalizado de seu povo face à Metrópole.

Para a integridade dos elementos que compõe as fachadas é essencial que sejam mantidos:

os elementos de serralheria como os gradis em ferro forjado e os suportes decorativos;

os elementos de marcenaria: sacadas, guarda-corpos, cimalhas, cachorros e demais elementos de madeira;

os elementos de cantaria: embasamentos, molduras, cunhai, pilastras e demais elementos em pedra;

os vãos: portas, janelas cegas ou com postigos e os caixilhos. Com sua composição cromática original.

Quando utilizadas nas guarnições de portas, janelas, sacadas, embasamento e nas esquinas como cunhais, as cantarias eram mantidas nas cores naturais, valorizando o trabalho do canteiro. Quando não havia possibilidade de fazer os cunhais ou pilastras em cantaria, era usual pinta-los de ocre “pintura de fingimento”. A composição branco, pedra e sombra é característica das igrejas, que junto aos passos da paixão, possuem as folhas de fechamento dos vãos pintadas de verde. Os beirais em beira-ceveira, os cachorros e as cimalthas são pintados de branco, o que lhes assegura a continuidade tão característica da arquitetura colonial.

Na arquitetura tradicional brasileira, de modo geral, as paredes são caiadas de branco. Esta caiação faz-se com cal de mariscos, de pedra, ou tabatinga*. As tintas antigas à base de água e cal deixavam respirar livremente as alvenarias. Já as madeiras podem ser caiadas mas, de preferência, são pintadas à cola, têmpera ou óleo, seja o de mamona, o de baleia ou de linhaça. A pintura externamente é colorida e lisa. Para a coloração dispunham-se de vários corantes cuja descrição é encontrada nos alfarrábios da época.

Nas madeiras, porém, a cor seria grandemente aplicada a variada. Não só o azul, conhecido como colonial, porém todas as cores, principalmente, em tons fortes e com preferência pelas primitivas.

A pintura a cor pode ser lisa, decorativa ou figurativa. A lisa recobre os portais, as folhas, os frechais, as beiradas e os forros. A decorativa prefere os forros e os painéis de madeira que recobrem as paredes internas, tanto em barrados quanto por inteiro. Nos elementos estruturais, como cimalthas, portais e outros, pode ocorrer o uso do faiscado (imitação da pedra), às vezes até recobrimdo e dando mais ênfase à própria pedra, sendo também chamada de “pintura de fingimento”. São encontradas muitas referências a este tipo de pintura nos documentos da época, seja como “pintura de fingimento”, “fingimento de pedra”, a cimaltha fingindo de pedra branca, entre outras, feitas com alvaiade e secante.

Há uma escala qualitativa das técnicas de pintura de edifícios. A cal, seguida da têmpera a cola e finalmente a pintura à óleo.

As cores se combinam das formas mais variadas, nos portais coloração é diferente das folhas. No geral, os elementos estruturais tinham cor igual aos portais, vergas e cunhais usando-se para as folhas de vedação outra cor e para as cimalthas decorativas em fingimento, brancas ou em tons claros; em Paraty, buscando igualar à cantaria, era adotado o ocre.

As grimpas das torres suas cruces e símbolos podiam ser também dourados, mas as ferragens aparentes em esquadrias, por exemplo, são sempre pintadas de preto. Os gradis foram sempre pintadas de preto fosco.

Crítérios adotados no conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de Paraty

A partir do trabalho de preservação que o IPHAN desenvolve em Paraty desde 1945, e de pesquisa realizada, algumas diretrizes foram estabelecidas, tais como: a tentativa de retomada das relações cromáticas originais da arquitetura, através de uma abordagem técnica.

São realizadas prospecções para restabelecer as cores originais. Hoje é um prazer quando descobrimos junto aos proprietários, através de pequenas frestas deixadas sob inúmeras camadas de tinta, a primeira cor com a qual o imóvel havia sido pintado. Também num trabalho conjunto do IPHAN com os fornecedores de tintas, os tons identificados, hoje encontram-se produzidos industrialmente e podem ser comprados no mercado.

Numa visão de conjunto, o uso das cores únicas ou próximas entre si tende a tornar o panorama monótono; já o emprego de cores principais contrastantes funciona bem para curta e longas distâncias. Sendo assim, nas edificações do século XX, utiliza-se a mesma palheta cromática.

Recuperação do Patrimônio Ambiental Urbano

Nas décadas de 60 e 70 foram utilizados de forma exagerada elementos decorativos, sobrepostos principalmente a frisos, faixas e fustes de cunhais de prédios assobradados, e mesmo em algumas casas térreas, acentuando formas bizarras pela utilização de cores primárias, freqüentemente com objetivos falsamente cenográficos. Considerando o extremo bom gosto e sobriedade que muitos destes elementos são utilizados, enriquecendo o vocabulário arquitetônico do século XIX, é lamentável que ainda permaneçam causando sensação pelo insólito das formas de desfiguração do Bairro Histórico.

A quase serialização da arquitetura a repetição dos mesmos elementos tipológicos – cantarias, esquadrias, gradis sobre uma volumetria e uma repartição de lotes praticamente constantes, acirra a vocação à individualidade através da cor. O fato de a cidade ter recebido moradores e técnicos vindos de núcleos urbanos de maior porte, faz com que a pressão para a alteração, tanto das cores como dos demais elementos se desse em função do padrão conhecido por eles, como por exemplo, a preferência por utilização das cores em tons pastéis.

Dentre as tendências atuais descaracterizadoras podemos citar a utilização inadequada de luminárias apostas à fachada ou mesmo, embutidas nas cimalhas, e a tendência a diferenciação, pela cor nos vãos, que vem ocorrendo nos diversos comércios que funcionam, num mesmo edifício. Outro seria a utilização de um único padrão de cores para marcar os imóveis ocupados por uma pousada, que congrega muitos imóveis, em uma única quadra, ou em quadras diferentes.

Os anúncios estão regulamentados e salvo algumas exceções, obedecem ao padrão proposto. Problemas relativos ao excesso de fiação aérea e, mesmo das luminárias, deverão, em breve ser solucionadas com o projeto de cabeamento subterrâneo e colocação de luminárias padronizadas, em vias de iniciar.

.....

10. Projeto de Recuperação do Calçamento do Bairro Histórico

Introdução

Uns dos elementos urbanos de vital importância para a manutenção das características morfológicas e tipológicas no Sítio Histórico é o calçamento em pedras secas implantado no início do século XIX.

De igual importância é a manutenção dos grades, e o sistema de escoamento das águas. As ruas perpendiculares à orla possuem leve inclinação em direção ao mar, as paralelas, acompanham as curvas de nível do terreno, não existem calçadas alteadas em relação ao pavimento, que possui, também uma inclinação em direção à calha central por onde as águas escoam.

Assim, devido as cotas dos arruamentos periféricos estarem mais baixas que o nível da maré alta, principalmente, em noites de lua cheia, o mar entra e sai do sítio histórico, provocando imagens de rara beleza.

Sobre a entrada e saída das águas do mar na cidade, pronunciou-se o arquiteto Lucio Costa, o maior expoente em urbanismo do Brasil:

“... Porque Paraty é a cidade onde os caminhos do mar e os caminhos da terra se encontram, melhor, se entrosam. As águas não são barradas, mas avançam cidade adentro levadas pela lua ...”

A Proposta

A execução dos trabalhos de restauração da pavimentação do Bairro Histórico de Paraty é de fundamental importância para a recuperação das feições originais que se busca para o conjunto.

Apesar da necessidade de restauração, comprovada pelos levantamentos e análises realizados ao longo dos anos, as obras de infra-estrutura a serem executadas no Bairro Histórico tiveram de ser consideradas como as determinantes prioritárias para a execução dos trabalhos de restauro da pavimentação.

Dessa forma, as obras para implantação dos sistemas de esgotos sanitários, abastecimento de água potável e de combate ao fogo, cabeamento subterrâneo da rede aérea de energia elétrica e de telefonia, execução de rede lógica, remoção do posteamento existente e reforma do sistema de iluminação pública, obras que, por sua natureza, dependerão de escavações e, conseqüentemente, da retirada de grandes extensões da pavimentação existente, deverão ser executadas prioritária e simultaneamente de forma a reduzirem ao máximo os custos e causarem o menor transtorno possível à população local e aos turistas.

A interdependência entre a execução das obras de infra-estrutura e as de restauração da pavimentação, todas urgentes e indispensáveis ao desenvolvimento da atividade turística na cidade, sugere que a Prefeitura Municipal promova todas as gestões possíveis junto aos órgãos dos governos estadual e federal, a entidades não

governamentais e a empresas privadas para que as mesmas sejam realizadas simultaneamente.

Os sistemas de “grades”, valas e caimentos das ruas do Centro Histórico planejados no sentido de facilitar o escoamento natural das águas pluviais e das marés deverão ser mantidos. Entende-se que a penetração e retração das águas das marés é das grandes atrações da cidade e deverá ser mantida dentro do possível.

Execução dos Trabalhos

A execução dos trabalhos de restauração da pavimentação do Bairro Histórico de Paraty deverá, de modo geral, atender aos critérios a seguir elencados e, principalmente, serem executados em conformidade com as características originais:

Demolição de toda a pavimentação descaracterizadora ou que não se encontre em bom estado de conservação;

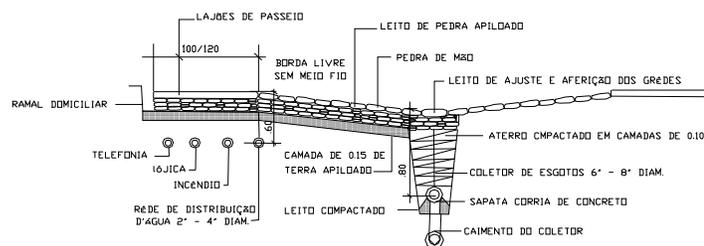
Demolição de todos os passeios em concreto ou descaracterizadores;

Restauração dos caimentos, valas e “grades” originais de toda a área pavimentada, visando o rápido escoamento das águas pluviais e da maré;

Execução de obras para pavimentação de toda área circunscrita pelo Bairro Histórico que não esteja pavimentada;

Utilização de materiais, tanto quanto possível, semelhantes aos originais e obedecendo ao mesmo tipo de colocação.

Proposição de Seção Transversal Típica



OBS: DESENHO SEM ESCALA

11. Projeto Registro do Patrimônio Imaterial de Paraty

Introdução

Paraty é conhecida nacional e internacionalmente por ser um dos raros locais onde as expressões culturais permanecem no cotidiano do seu povo.

O sítio histórico permanece como palco de tradições religiosas que se estendem pelas ruas ligando as igrejas e os oratórios chamados passos. As irmandades, anteriormente representadas nos seguimentos brancos, negros e pardos, continuam desempenhando suas atividades religiosas através de um Conselho, na organização de festas, cerimônias e procissões. Estas manifestações desde os séculos XVIII e XIX, seguiam um calendário litúrgico, atendendo às devoções particulares e funcionavam também, como veículo de integração entre a igreja e a comunidade. Este universo simbólico ainda perdura em Parati, onde grande parte das cerimônias são realizadas com a maior originalidade.

Os valores religiosos estão também representados nos objetos sacros em ouro ou prata e na imaginária dos séculos XVII, XVIII e XVIII, que mantêm-se vinculados ao conjunto de cerimônias, constituindo, hoje, o acervo do Museu de Arte Sacra de Parati. Das cerimônias religiosas, que acontecem anualmente desde o período colonial, destacando-se a Festa do Divino Espírito Santo, a de Nossa Senhora dos Remédios (padroeira), a Procissão do Encontro que utiliza os Passos da Paixão e a do Fogaréu.

A tradição musical representada por cirandas, folias do Divino, ladainhas de São João e Santa Cruz, são executadas por violeiros nas praças e ruas da cidade. As composições executadas pela banda de música, que contribuía nos cortejos devocionais, são mais uma das tradições que permanecem vivas, e que tem seu acervo catalogado.

Tanto as tecnologias tradicionais empregadas nas atividades, quanto na confecção dos instrumentos nelas utilizados, foram preservadas na memória dos habitantes. Dentre estas temos a engenharia marítima ligada à construção de embarcações, principalmente canoas, a pesca artesanal praticada em cercados e armadilhas (covos) e utensílios; o artesanato utilizado em atividades religiosas, como as pombinhas de madeira que enfeitam as bandeiras de promessa utilizadas na Festa do Divino Espírito Santo e a culinária, cujo prato mais notável é o peixe azul marinho, uma receita na qual o peixe é cozido com banana.

Engenhos de aguardente e açúcar se somam à diversidade cultural do local. A produção de aguardente que iniciou no período colonial, destacou-se no cenário nacional a ponto de o nome da cidade tornar-se sinônimo da cachaça fabricada no país. Continua sendo produzida artesanalmente, em alambiques e curtida em tonéis, em fogões de cobre e fornos à lenha.

Todos esses aspectos, ainda vivos em Parati, são resultados de processos históricos, trocas culturais, respostas a necessidades específicas, e representativos de formas pelas quais o país independente buscou traçar suas feições no conjunto das nações.

O Projeto Registro do Patrimônio Imaterial de Paraty consta do mapeamento cultural do Patrimônio Imaterial de Parati dentro da metodologia implantada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por meio do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

As equipes responsáveis pelo projeto serão a do Museu do Folclore Nacional, 6ª Superintendência Regional, ambos do IPHAN, em conjunto com a Prefeitura Municipal de Paraty e a sociedade local.

Objetivo

Identificar, iluminar, contemplar e, posteriormente, compartilhar com os brasileiros e demais povos do mundo a rica pluralidade cultural e social que caracteriza a população paratiense, como mais uma ação de salvaguarda.

Reconhecer e valorizar os aspectos da produção cultural em que as camadas populares, os diversos grupos étnicos e as nações indígenas têm participação, como nos casos das celebrações, da dança, música, literatura oral, artes gráficas e conhecimentos tradicionais, entre outros.

Pensar o patrimônio com transcendência, além das paredes, além dos quintais, além das fronteiras, incluindo gentes, costumes, sabores e saberes. Identificar o som, o dança, o jeito, a ginga, a energia vital e todas as formas de espiritualidade existente.

O projeto objetiva, também, integrar a população neste trabalho. A população deve ter assegurada a possibilidade de ser protagonista e parceira destas ações.

Justificativa

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional lançou o Programa do Patrimônio Imaterial, como passo fundamental para a consolidação de uma política cultural democrática, em todo o Brasil.

A realização deste mapeamento será integrada a este programa, pois entende-se que não basta identificar o que deve ser preservado é preciso saber como fazê-lo e ter os meios necessários para isso. Integrando-os de maneira articulada com os demais bens móveis, imóveis, materiais e imateriais, abarcando a produção cultural das elites, das camadas populares e dos diversos grupos étnicos formadores da nação.

Para a consolidação de uma política cultural democrática é necessário contemplar a pluralidade social que caracteriza a nação brasileira.

Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – IPHAN / MinC

O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial/PNPI, instituído pelo Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, viabiliza projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do patrimônio cultural. É um programa de fomento que busca estabelecer parcerias com instituições dos

governos federal, estadual e municipal, universidades, organizações não-governamentais, agências de desenvolvimento e organizações privadas ligadas à cultura, à pesquisa e ao financiamento.

Tem por objetivo implementar política de inventário, registro e salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial. Contribuir para a preservação da diversidade étnica e cultural do país e para a disseminação de informações sobre o patrimônio cultural brasileiro e todos os segmentos da sociedade. Incentivar e apoiar iniciativas e práticas de preservação desenvolvidas pela sociedade.

A política de fomento do PNPI inclui a promoção e inclusão social e a melhoria das condições de vida de produtores. A ampliação da participação dos grupos que produzem, transmitem e atualizam manifestações culturais de natureza imaterial nos projetos de preservação e valorização desse patrimônio.

Dentre suas linhas de ação financia, apoia e estimula, prioritariamente, projetos de pesquisa, documentação e informação do patrimônio cultural imaterial.

Objetivos propostos

Construir a Cartografia Cultural de Paraty, para integra-la no projeto nacional, que com certeza terá repercussões internacionais.

Estímulo e apoio à transmissão de conhecimento entre produtores de bens e de manifestações culturais de natureza imaterial.

Apoiar as ações que visem à organização comunitária e gerencial de produtores ou detentores de bens culturais.

Elaboração de indicadores para o acompanhamento e avaliação de ações de salvaguarda.

O projeto entende que preservando o nosso patrimônio estamos contribuindo para o enriquecimento cultural da humanidade e para a construção de melhores condições de vida.

.....

12. Projeto de Conversão da Rede de Distribuição Elétrica Aérea em Rede de Distribuição Subterrânea e Sistema de Iluminação Pública para o Centro Histórico da Cidade de Paraty

Com o objetivo de valorizar o potencial turístico da cidade a Prefeitura Municipal de Paraty somou esforços com a AMPLA -, o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e o consórcio GEMON/MONTACON para elaboração do projeto da Conversão da Rede de Distribuição Elétrica Aérea em Rede de Distribuição Subterrânea e Sistema de Iluminação Pública para o Centro Histórico da cidade.

O projeto abrange todo o Centro Histórico, cobrindo uma área aproximada de 0,21 km², sendo composto pelos seguintes logradouros:

Rua Domingos Gonçalves de Abreu, Parte da Rua Abel de Oliveira, Rua Tenente Francisco Antonio,
Travessa da Santa Rita, Rua Marechal Santos Dias, Rua do Fogo, Rua Dona Geralda, Largo de Santa Rita,
Praça da Matriz, Rua Doutor Pereira, Praça da Bandeira, Rua Fresca, Cais do Porto, Rua Aurora,
Rua Santa Rita, Rua Maria Jácome de Mello, Rua Comendador José Luiz, Rua Doutor Samuel Costa,
Rua Marechal Deodoro, Rua Gragoatá, Praça Monsenhor Hélio Pires, Rua da Capela.

O sistema previsto irá melhorar significativamente o grau de confiabilidade no suprimento de energia elétrica; para atender o projeto proposto o suprimento de energia se dará através de dois sistemas que se iniciam nos dois alimentadores já existentes, oriundos de subestação próxima da cidade e que fazem parte do suprimento de energia elétrica atual:

Sistema de Média Tensão: serão instalados cabos isolados de MT (13,8kV) a partir de dois pontos do alimentador nº 2, formando um sistema radial em anel aberto, subterrâneo, alimentando os transformadores de distribuição e particulares, com opção de alimentação do sistema subterrâneo pelo alimentador nº 1 em caso de emergência. Para proporcionar esta opção está previsto o recondutoramento para a bitola de 35 mm² de cobre de trecho do alimentador nº 2.

Esta configuração permitirá a transposição da carga para alimentador nº1, no caso de defeito do alimentador nº2, além de permitir manobras para isolar transformadores defeituosos do anel.

Os cabos componentes do anel serão lançados através de linhas de dutos corrugados de polietileno e de caixas de passagem, para suprimento das unidades transformadoras.

Sistema de Baixa Tensão: será instalado sistema radial subterrâneo, constituído por circuitos troncos em cabos isolados de BT (220/127 v), partindo das unidades transformadoras de distribuição, seguindo por caixas principais de passagem/derivação e linhas de dutos de PVC corrugados. As ligações das unidades consumidoras serão através de derivações nas caixas principais, seguindo por linhas de dutos de menor diâmetro e passando por caixas secundárias até alcançar as caixas de medições dos consumidores.

Previu-se folgas nos cabos de BT nas caixas de finais de circuitos de transformadores, isolado as pontas com cabeças de resistência, à fim de permitir recurso para interligação de circuitos em caso de defeito em transformadores de distribuição.

Cabines de Transformação: São de última geração, compactas, permitindo operação em carga através de chaves integralmente isoladas em SF6, com excelentes características de resistência à poluição e outros fatores ambientais, inclusive eventual inundação. As cabines de distribuição serão instaladas em locais que não comprometam o cenário do Centro Histórico e as cabines de transformação de consumidores serão instaladas dentro de algumas das propriedades.

Está prevista a instalação dos seguintes equipamentos e materiais:

12 cabines de distribuição com potência de 1800 kVA

09 transformadores particulares com potência de 1350 kVA

10.245 m de cabos subterrâneos isolados de média tensão

89.000 m de cabos subterrâneos isolados de baixa tensão

105 unidades de caixas de passagem para BT

32 unidades de caixas de passagem para MT

500 unidades de caixa de passagem para consumidor – BT

14.600 m de dutos de PVC corrugado, MT e BT

4.541 m de dutos de PVC corrugado, IP

7.715 m de dutos de PVC corrugado – consumidor, BT

A alimentação do sistema de Iluminação Pública se dará através de circuitos independentes, partindo das cabines transformadoras e seguindo pelas caixas e linhas de dutos de BT até os pontos de iluminação nas fachadas ou em praças. As luminárias de fachadas serão alimentadas através de dutos embutidos nas paredes. Os modelos e quantidades foram definidos pelo IPHAN, tendo sido criada uma luminária a partir de um modelo original e que trás, embutida, alta tecnologia e eficiência em iluminação.

A implantação do novo sistema exigirá a abertura de valas nas ruas calçadas com pedras do Centro Histórico; após o fechamento destas valas o calçamento será recomposto com as mesmas pedras e características existentes atualmente.

Procedimentos para implantação do empreendimento:

Elaboração do Projeto Executivo:

- Levantamento e Organização de Dados: levantamento semi cadastral detalhado, cadastramento detalhado da rede existente, levantamento de dados de carga do sistema de MT e BT junto a CERJ, levantamento de dados cadastrais da rede existente e do semi cadastro junto a CERJ, levantamento de dados referente a planos de expansão e dados atuais do sistema de água, esgoto, telefone e TV a cabo além de dados de obras civis em aprovação e planejadas junto a Prefeitura Municipal e concessionárias de serviços públicos.

- Elaboração do Projeto Executivo: detalhamento da rede de distribuição elétrica a ser retirada, dimensionamento dos cabos da rede de distribuição subterrânea, dimensionamento dos cabos da rede de iluminação pública, detalhamento das

caixas de passagem, base das cabines, linhas de dutos e entradas de serviço, especificações técnicas, normas de construção e montagem.

Implantação da Obra:

- Gerenciamento: suprimento de equipamentos e materiais, inspeção e diligenciamento dos equipamentos e materiais, comissionamento e testes, fiscalização das obras, elaboração do projeto “as built”.
- Construção e Montagem: obras civis envolvendo confecção de caixas e bases de concreto, abertura de valas, lançamento de dutos em valas e fachadas, recomposição das ruas e fachadas; obras eletromecânicas envolvendo instalação de cabines de transformação, instalação de luminárias, lançamento de cabos de MT e BT, confecção de emendas de BT, ligações de cabos de MT e BT nas cabines, quadros de medição e luminárias; retirada da rede aérea de distribuição existente, incluindo ramais e entradas de serviço.

O prazo estimado para execução dos serviços é de sete meses.

.....

13. Planos para a proteção ambiental

Está prevista a implantação dos Planos de Manejo do Parque Nacional da Serra da Bocaina e da APA de Cairuçu, ambos administrados pelo IBAMA:

Implantação do Parque Nacional da Bocaina

A implantação do Parque Nacional consiste basicamente na concretização das ações previstas no seu Plano de Manejo. É fundamental neste momento a criação do seu Conselho de apoio à gestão, bem como a demarcação e sinalização dos seus limites em áreas estratégicas.

Para Paraty, está prevista a implantação da Área Específica de Visitação do Caminho do Ouro, na região da estrada Parati/Cunha, AAE Trilhas do Ouro em Mambucaba, e AAE Caxadaço, em Trindade, estas últimas já no Zona de Amortecimento do Sítio proposto.

Área de Ação Específica de visitação Caminho do Ouro

Situada na Zona de Amortecimento 1 e em parte na Zona Core do Caminho do Ouro, o objetivo principal é valorizar a história do Caminho do Ouro, a observação da beleza cênica e da fauna e flora locais. As estruturas previstas para visitação pública são:

Centro de Visitantes Vila do Ouro, na área onde hoje é o Sh Eco;
Portal Caminho para o Passado e Portal das Serras, na RJ 165, junto aos limites do parque, para o controle de visitação, a cobrança de ingressos, a vigilância e a fiscalização.

Caminho para o Passado – trecho da RJ 165 que atravessa o Parque;

Centro de Visitantes Cidades e Serras, no mesmo local;

Trilha dos Sete Degraus, no caminho de pedra situado no final da estrada da Pedra Branca.

Área de Ação Específica de Visitação do Caxadaço

Nesta área, inserida na localidade de Trindade, encontra-se uma das praias continentais mais bonitas do litoral sul fluminense, ainda em bom estado de conservação, porém com intenso fluxo de visitação de forma descontrolada, o que representa uma forte pressão sobre o estado de conservação do Parque.

Instalar sinalização nas trilhas de acesso à Piscina do Caixa de Aço, Cabeça de Índio, Pedra Que Engole e Trilha do Camburi, como área do PNSB e APA Cairuçu. Elaborar um estudo específico sobre a viabilidade da implantação do Portal Praia de Trindade, Centro de Visitantes, Trilha Costão do Camburi, Trilha Cabeça do Índio, Acampamento, Lanchonete e Casa do Pesquisador.

Área de Ação Específica de Visitação da Trilha do Ouro

Esta área contempla, além dos principais atrativos naturais do PNSB no Estado de São Paulo, os vestígios da antiga “Trilha do Ouro”. Esta se constitui de uma malha de caminhos e trilhas aberta pelos índios, utilizada depois pelos bandeirantes e posteriormente empregada para o escoamento de ouro e café.

O objetivo é mostrar ao visitante a importância histórica da região no processo de interiorização e ocupação do Brasil.

As estruturas previstas para implantação na área do Parque localizada município de Paraty são o Portal Mambucaba, Centro de Visitantes Mambucaba, Trilha da Ponte Suspensa, Escarpas da Serra do Mar, Trilha do Guaripu.

Para a proteção desta região está prevista a implantação da infra-estrutura de administração e fiscalização do PNSB, no setor sudoeste do Parque.

Implantação do Plano de Manejo da APA de Cairuçu

Foram definidos objetivos e atividades para as 10 Áreas Estratégicas da APA de Cairuçu: Ilhas e ambientes marinhos; Boa Vista e Costeira; Corisco e Olaria; Paraty–Mirim; Cabral e Rio dos Meros; Pedras Azuis, Campinho e Patrimônio; Saco do Mamanguá; Cajaíba; Cairuçu e Martim de Sá; Trindade, Laranjeiras, Sono e Ponta Negra;

As ações Gerenciais Gerais e Atividades propostas para as Áreas Estratégicas estão organizadas da seguinte forma:

Programa de Conhecimento - contempla ações de pesquisa e monitoramento.

Programa de Gestão Ambiental - contempla ações de Utilização Sustentável dos Recursos, Saneamento e Recuperação Ambiental, Controle Ambiental e Gerencia da APA.

Programa de Gestão Interinstitucional – contempla ações de Integração Regional, Relações Públicas, Educação Ambiental e Incentivo a Alternativas de Desenvolvimento Sustentável.

.....
.....

Plano de Gestão
Anexo

REGIMENTO INTERNO

*DA COMISSÃO PERMANENTE PRÓ SÍTIO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL DE
PARATY*

CAPÍTULO I - DA FINALIDADE

Artigo 1º. - O Regimento Interno da Comissão Permanente Pró Sítio do Patrimônio Mundial de Paraty, tem como finalidade estabelecer sua organização, forma de funcionamento e competência de seus integrantes.

CAPÍTULO II - DA COMPOSIÇÃO

Artigo 2º. - A Comissão Permanente Pró Sítio do Patrimônio Mundial de Paraty de acordo com o Decreto nº080/2003, tem a seguinte composição:

I – Representantes Governamentais:

a) Três Representantes Municipais

E, mediante Convite:

- a) Dois representantes do Governo do Estado do Rio de Janeiro
- b) Um representante do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- c) Um representante do IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

II – Representantes não Governamentais, mediante convite:

- a) Um representante da Associação Pró Paraty
- b) Um representante do COMAMP – Conselho Municipal das Associações de Moradores de Paraty
- c) Um representante da Fundação SOS Pró Mata Atlântica
- d) Um representante do ICOMOS do Brasil
- e) Um representante da Fundação Roberto Marinho
- f) Um representante da Associação de Guias Local de Paraty
- g) Um representante do Espaço Cultural Paraty
- h) Um representante do Balcão SEBRAE Paraty

CAPÍTULO III - DA COMPETÊNCIA

Artigo 3º. - É de competência da Comissão Permanente Pró Sítio do Patrimônio Mundial:

- I. Acompanhar as ações governamentais necessárias para obter o reconhecimento de Paraty como Sítio do Patrimônio Mundial;

- II. Estabelecer e cumprir as diretrizes para a execução das ações necessárias objetivando o reconhecimento pela UNESCO;
- III. Buscar a coordenação e harmonia entre as ações da Prefeitura Municipal de Paraty, do Governo do Estado do Rio de Janeiro e dos Ministérios da Cultura e do Meio Ambiente que visem atender as exigências da UNESCO quanto ao reconhecimento de Paraty como Sítio do Patrimônio Mundial
- IV. Propor e elaborar projetos de captação de recursos para atender as exigências supra citadas
- V. Elaborar um plano de gestão com vistas à salvaguarda do sítio de Paraty a ser proposto à lista do Patrimônio Mundial da UNESCO.
 - a) Os princípios do Plano de Gestão devem ser norteados pelas teorias de conservação usuais respeitadas as tradições e costumes locais
- VI. Elencar, dentro do sítio proposto, as áreas que serão priorizadas para revitalização imediata e aquelas que serão objeto de projetos previstos para implantação no prazo de cinco anos.
 - a) Estes projetos deverão ser revistos e avaliados anualmente e também a cada quinquênio com vistas à sua atualização e reorientação, se necessário, sempre considerando as normas internacionais, nacionais e locais em vigor, as recomendações da UNESCO e também os resultados obtidos por grupos de trabalho que por muitos anos vêm estudando e propondo intervenções para melhorias em vários pontos do sítio
- VII. Criar, em seu bojo, subcomissões para as diversas abordagens que serão feitas no sítio – cultural, ambiental, turismo, - para que haja um envolvimento mais objetivo de cada membro e um Corpo Executivo de apoio às atividades administrativas da Comissão.
- VIII. Criar metodologia adequada para o treinamento e licenciamento de guias turísticos.
- IX. Trabalhar em consonância com a Prefeitura Municipal, consultando e ouvindo a Secretaria Municipal de Obras, Arquitetura e Urbanismo e o Conselho de Urbanismo local sempre que as intervenções propostas assim exigirem.
- X. *Promover a articulação e compatibilização entre as políticas municipal, estadual e federal voltadas para a revitalização e/ou recuperação das áreas.*
- XI. *Sugerir políticas e diretrizes às ações do Executivo Municipal que contribuam para o desenvolvimento integrado e sustentável do sítio candidato.*
- XII. *Contribuir para a atualização da Legislação incidente sobre o sítio proposto objetivando esclarecer e, conseqüentemente, facilitar a sua aplicação.*

CAPÍTULO IV - DAS DISPOSIÇÕES INTERNAS

Artigo 4º. – A Comissão Permanente Pró Sítio do Patrimônio Mundial de Paraty, fica assim organizada:

- I. Corpo Executivo: composto pelo Presidente da Comissão, um Secretário Geral e um Tesoureiro.
- II. Subcomissão para o Patrimônio Cultural: composta pelos membros com atividades afins.

III.Subcomissão para o Patrimônio Ambiental: composta pelos membros com atividades afins.

IV.Subcomissão para o Desenvolvimento Turístico: composta pelos membros com atividades afins.

Parágrafo 1º. - É de competência do Corpo Executivo além das atividades previstas para a Comissão:

- a) Providenciar junto a Prefeitura Municipal instalações para o funcionamento da Comissão Permanente.
- b) Captar recursos junto a órgãos governamentais e não governamentais que garantam funcionamentos da Comissão Permanente assim como contratação de pessoal de apoio.
- c) Divulgar os projetos em andamento junto aos meios de comunicação.
- d) Integrar subcomissões e escolas.
- e) Acompanhar os projetos de cada Subcomissão.
- f) Encaminhar e acompanhar os projetos para captação de recursos.
- g) Autorizar as aplicações dos recursos obtidos.
- h) Organizar e manter um Centro dos Dados e Informações obtidas durante o desenvolvimento dos Projetos pelas Subcomissões.
- i) Ordenar e manter todos os documentos oriundos do funcionamento da Comissão.

Parágrafo 2º. – A cada Subcomissão compete a elaboração de projetos que visem a salvaguarda do Sítio de Paraty proposto à lista do Patrimônio Mundial da UNESCO assim como projetos para captação de recursos para a implantação dos mesmos.

- a) É também da competência das Subcomissões a coordenação e harmonização das ações dos órgão pertinentes aos projetos propostos.
- b) Compete aos membros das Subcomissões, total colaboração com o Presidente.

Artigo 5º. - O Presidente do Corpo Executivo será indicado pelo Sr. Prefeito Municipal para exercer o cargo pelo período de dois anos, renováveis por votação da Comissão. É de competência do Presidente:

- a) Dirigir as reuniões da Comissão sejam elas ordinárias ou extraordinárias.
- b) Representar a Comissão pessoalmente ou através de procurador expressamente autorizado.
- c) Convidar as Entidades que compõem a Comissão e nomear novos representantes em caso de vacância, impedimentos ou ausência de membros efetivos.
- d) Assinar toda a correspondência da Comissão ou delegar esta competência ao Secretário.
- e) Coordenar os trabalhos de reuniões e conduzir os debates.
- f) Apresentar à Comissão e ao Prefeito relatório trimestral das atividades desta.

Artigo 6º. – O Secretário e Tesoureiro serão votados na abertura dos trabalhos da Comissão para exercerem o cargo pelo período de dois anos, renováveis por nova votação.

I. E de competência do Secretário:

- a) Elaborar calendário anual das reuniões ordinárias da Comissão, enviando-o a todos os componentes.
 - b) Encaminhar convites aos Componentes para realização das reuniões.
 - c) Notificar as Entidades que compõem a Comissão quando da ausência por três reuniões consecutivas de seu representante, solicitando a sua substituição.
 - d) Elaborar as atas das reuniões da Comissão.
- II. É de competência do Tesoureiro:
- a) Abrir conta corrente em Agência Bancária local para movimentar os recursos captados para implantação do Plano de Gestão e dinâmica da Comissão – esta deverá ser movimentada pelo Tesoureiro em conjunto com o Presidente ou com o Secretário.
 - b) Realizar os pagamentos das despesas advindas com a implantação do Plano de Gestão.
 - c) Manter os lançamentos dessa Conta criteriosamente em dia com comprovação das receitas e despesas ocorridas.

CAPÍTULO V - DAS REUNIÕES

Artigo 7º. - As Subcomissões se reunirão, independentemente, uma vez ao mês para apresentarem os resultados dos trabalhos em andamento em data que será fixada, após confirmação, pelos membros e pelo Secretário.

Parágrafo Primeiro: Deverá estar presente o Presidente ou o Secretário nessas reuniões.

Parágrafo Segundo: As reuniões acontecerão com a confirmação mínima de 3 (três) participantes mais a presença do Presidente ou do Secretário.

Parágrafo Terceiro: Os membros que não estiverem presente não poderão contestar as decisões tomadas nas reuniões.

Parágrafo Quarto - É facultado aos munícipes e entidades organizadas solicitar, por escrito e com justificativa, que se inclua assunto de seu interesse na pauta podendo, a critério do Presidente, prestar esclarecimentos.

Parágrafo Quinto – Mediante convite poderão ser ouvidos profissionais de competência comprovada para análise dos projetos elaborados pelas subcomissões.

Capítulo VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 8º. - Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos por votação dos membros da Comissão.

Artigo 9º. - Quando do afastamento de um dos membros da Comissão seu substituto será indicado pelo órgão governamental ou não governamental que fez a indicação anterior.

Artigo 10º. - A Comissão poderá ser ampliada ou reduzida a pedido da maioria dos componentes de acordo com a extensão dos trabalhos em andamento e sempre por Decreto do Prefeito Municipal.

Artigo 11º. - As Subcomissões poderão criar frentes de ação para melhor desempenho de suas atribuições.

Plano de Gestão

Fontes

- CASADEI, Thalita de Oliveira, Paraty – uma vida uma saudade. Editora Sol Nascente, Niterói/RJ, 1998.
- CASAL, Manuel Aires de, Corografia Brasílica ou Relação Histórico-geográfica do Reino do Brasil, Belo Horizonte, Editora Itatiaia, São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.
- CONSÓRCIO NACIONAL DE PLANEJAMENTO INTEGRADO, Plano de Desenvolvimento Integrado e Proteção do Bairro_Histórico do Município de Parati. IPHAN/ Ministério da Educação e Cultura, vols. ,1,2 e 3, Rio de Janeiro, 1972.
- COTRIM, Cássio Mohallem. Paraty: Um perfil Histórico de sua Riqueza Econômica. *In* SENE, Maria e outros - Julia Mann: uma vida entre duas culturas. São Paulo, Editora Estação Liberdade Ltda.,1997.
- CUNHA, Washington Denner dos Santos. Crime e Cotidiano em Paraty: 1840-1888, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ UERJ. Rio de Janeiro, 1994 (monografia).
- CURY, Isabelle. A Evolução Urbana e Fundiária de Parati do século XVII até o século XX, em face da adequação das normas de proteção de seu patrimônio cultural. São Paulo, Universidade de São Paulo, FAU-USP, 2002. (Tese de Mestrado)
- CURY, Isabelle, Levantamento Fundiário de Paraty Rio de Janeiro, 6ª CR/IPHAN, (inédito)
- EMBRATUR, Ministério da Indústria e Comércio. Programa de investimento para o litoral Rio - Santos/ PLANAVE, Escritório Técnico de Planejamento, volume III- Relatório Final. Rio de Janeiro- 1974.
- ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, Rio de Janeiro: IBGE, V. XXII, 1959.
- ENDER,Thomas, Viagem ao Brasil nas aquarelas de Thomas Ender, 3 volumes, Petrópolis, Kapa Editorial, 2000.
- FREITAS, Benedito. “O Século do Ouro de Paraty” *In*: Revista do Atheneu Angrense de Letras e Artes. Angra dos Reis, 03, 07, 09/12, 1978.
- GOULART, José Alípio, Tropas e Tropeiros na Formação do Brasil, Rio de Janeiro Editora Conquista, 1961.
- GURGEL e AMARAL. Paraty, Caminho do ouro. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1973.
- GUSMÃO, Neuza Maria Mendes de. A Idade da Terra em Parati- Uma Proposta de Periodização Histórica. In Anais do Museu Paulista, Tomo XXX, São Paulo, USP, 1980/1981.
- KNIVET, Anthony. Vária Fortuna e Estranhos Fados de Anthony Knivet. São Paulo, Editora Brasiliense, 1947.
- IBAMA/Associação Pró Bocaina/FEC-UNICAMP. Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Bocaina. Brasília, 2002.
- IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Inventário Nacional de Bens Imóveis de Sítios Urbanos – INBI-SU, Conjunto Arquitetônico de Parati. Departamento de Identificação e Documentação, MinC. Rio de Janeiro 2003.
- LIMA, Honório – Notícia Histórica e Geográfica de Angra dos Reis. Prefeitura

- Municipal de Angra dos Reis, Livraria São José, Rio de Janeiro, 1972.
- MAIA, Thereza Regina de Camargo & MAIA, Tom, Paraty, Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1991.
- MAIA, Thereza Regina de Camargo e Maia, Tom, O Folclore das Tropas, Tropeiros e Cargueiros no Vale do Paraíba, Rio de Janeiro, MEC-SEC: Funarte: Instituto Nacional do folclore; São Paulo: Secretaria de estado de Cultura: Univ. de Taubaté, 1981.
- MAIA, Thereza Regina de Camargo e Maia, Tom, Paraty, para ti, Lorena, S.P., Editora Sciliano, 2000.
- MARINHO, Fundação Roberto. Seminário de Planejamento e Patrimônio Mundial. Rio de Janeiro- 2003.
- MELLO, Diuner (organização) – Paraty no anno da independência, Outros textos e poemas/ Samuel Costa, Editora Litteris, Rio de Janeiro, 2000.
- MELLO, Diuner, Paraty Roteiro do Visitante, Associação Pró Paraty Patrimônio da Humanidade, 2002.
- MELLO, Diuner, Festa do Divino Espírito Santo – Manual do Festeiro, Editora Estímulo, São Paulo 2003.
- MIRANDA, Dr. Celso da Rocha. “D. Pedro II visita o sul da Província do Rio de Janeiro” *In Anais do I Congresso de História Fluminense*, vol I, Instituto Histórico de Petrópolis. Petrópolis, 1963.
- MUNHOZ, Mauro Miguel. A Revitalização dos Espaços Públicos de Borda D’Água em Paraty, São Paulo, Universidade de São Paulo, FAU-USP, 2003. (Tese de Mestrado)
- PASIN, José Luiz, Algumas Notas para a História do Vale do Paraíba, São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, 1977.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PARATY/ SECPLAN. Plano Diretor de desenvolvimento Integrado de Paraty - IBAMA/ IPHAN- Vol.1-3, RJ, 1996.
- PIZARRO E ARAÚJO, J. S. A. et all. Notícias Históricas, Tricentenário de Parati. nº 22, Rio de Janeiro, Publicação da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1960.
- RAMECK, MARIA JOSÉ S. e MELLO, DIUNER, (Organização dos Textos). Câmara Municipal de Paraty e Instituto Histórico e Artístico de Paraty – Roteiro Documental do Acervo Público de Paraty, 1801 – 1883, Gráfica e Editora Dias, Guaratinguetá, 2004.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial.
- REIS, Paulo Pereira dos, O caminho Novo da Piedade no Nordeste da Capitania de S. Paulo, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1971.
- RIBAS, Marcos Caetano. A História do Caminho do Ouro em Paraty, Paraty, Contest Produções Culturais Ltda, 2003.
- RIO DE JANEIRO, Estado. Atlas Fundiário do Rio de Janeiro. Secretaria de Estado de Assuntos Fundiário e Assentamentos Humanos, 1991.
- RUGENDAS, Johann Moritz. Viagem Pitoresca pelo Brasil, Rio de Janeiro, Revista da Semana, 1937.
- SANTOS, Márcio. Estradas Reais, Belo Horizonte, Editora Estrada Real, 2001.
- SILVA, Edgard Jacintho da. SPHAN: Memória Oral nº 4. Rio de Janeiro, MinC/SPHAN/FNPM, 1988.
- SILVA TELLES, Augusto Carlos da. Atlas dos Monumentos Históricos e Artísticos do Brasil, Rio de Janeiro, DAC, MEC, 1975.
- SOS Mata Atlântica, Fundação; IBAMA, Prefeitura Municipal de Paraty. Plano de Manejo da APA de Caiuruçu, 2004. (no prelo).
- SOUZA, Marina Mello e. Paraty: a cidade e as festas”. Rio de Janeiro, Editora

- UFRJ/ Tempo Brasileiro, 1994.
- SOUZA, Alfredo Mendonça de, Pré-História de Paraty, Rio de Janeiro, Instituto Superior de Cultura Brasileira, 1987.
- STADEN, Hans. Primeiros Registros Escritos e Ilustrados Sobre o Brasil e seus Habitantes. São Paulo, Editora Terceiro Nome, 1999.
- STIRUM, Frederic- Plan Nacional de Mise en Valeur de Paraty danz le cadre d'un developpement touristique. Janvier, 1968. Paris; UNESCO, août 1968.

Estudos sobre o assoreamento da baía no anfiteatro formado pelos rios Perequê-Açú e Matheus Nunes, uma das questões mais importantes para a preservação do Sítio Histórico de Paraty:

- IPT – “Relatório de visita técnica para diagnóstico de problemas de erosão e assoreamento na orla marinha da cidade de Paraty - RJ”. Março de 1983, Waldir Lopes Poçano.
- LNEC – “Problemas hidráulicos e afins da orla de Parati”. Laboratório Nacional de Engenharia Civil- LNEC- Fev./84, missão realizada de 3 a 7 de outubro de 1983, por Fernando Abecassis.
- IBAMA/IPHAN - Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA) - Projeto Patrimônio Natural em Núcleos Históricos (PNNH) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), convênio IBAMA nº 121/92 e nº 032/95 - firmado com a Prefeitura Municipal com recursos provenientes do Acordo do Empréstimo Nº 3173-BR - Banco Mundial e o Governo Brasileiro – “Relatório Técnico e Diagnóstico”. “Aspectos geológicos e geomorfológicos do município de Paraty/RJ” – Lauro Kazumi Dehira, Geólogo, 9 a 12 de setembro de 1992.
- CNPQ – “Relatório de vistoria técnica na orla marítima da cidade de Parati” – Programa RHAE – SERLA - 29 e 30 de Julho de 1993, Eng. Carlos Carbonel Huaman. IPHAN – “Relatório de visita: observação das variações naturais de sedimentos fluviais na baía”. Por Heráclito Iribarnegaray Jado, Eng. Civil/ Consultor, 22 e 23 de Agosto de 1996.
- SERLA - “Relatório de vistoria técnica realizada na cidade de Paraty e distrito de Parati-Mirim”, Engenheiro Henrique Quirino da Silva Filho, em 12 de janeiro de 2001. “Extração de Areia para Desassoreamento de Corpos d’água – Município de Paraty” - Departamento de Recursos Minerais da Secretaria de Estado de Energia, da Indústria Naval e do Petróleo – Governo do Estado do Rio de Janeiro, 09 de janeiro de 2002. Geóloga Kátia Leite Mansur.
- PMP - “Dragagem das áreas do canal pesqueiro e dos rios e canais do bairro Jabaquara município de Paraty”, Janeiro de 2002. Eng. Walcymar Cunha Bastos.

Projeto Gráfico

Studio 2

Fotos:

Capa

Chegada a Paraty pela baía, por Gilberto Galvão

Introdução

Casario da Rua da Praia, por Eliane Calaza

1. Caracterização da área

Trindade, por Adriana Mattoso

2. Dinâmicas que afetam a área

Cestaria dos índios guaranis, por Eliane Calaza

3. Gestão atual da área

Capela de N.S.do Rosário e São Benedito, por Eliane Calaza

4. Plano para gestão da área

Caminho do Ouro, por Rachel Ribas

5. Plano para monitoração da área

Festa de N.S.do Rosário e São Benedito, por Eliane Calaza

6. Mapas

Vista aérea de Paraty, por Adriana Mattoso

Cartografia:

Adriana Mattoso

Plano de Gestão

Créditos

Presidente da República Federativa do Brasil
Luís Inácio Lula da Silva

Ministro das Relações Exteriores
Celso Amorim

Ministério das Relações Exteriores
Coordenadora da Área de Cultura da Unesco
Jurema Machado

Ministro da Cultura
Gilberto Gil

Ministério da Cultura
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Presidente: Antonio Augusto Arantes
6ª. Superintendência Regional – Rio de Janeiro
Superintendente: Thays Pessoto de Mendonça Zugliani
8ª Sub-Regional
Diretor: Júlio Cezar Neto Dantas.

Ministra do Meio Ambiente
Marina Silva

Ministério do Meio Ambiente
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
Núcleo Regional de Unidades de Conservação – Rio de Janeiro
Presidente: Marcos Barros
Parque Nacional da Serra da Bocaina
Diretor: Daniel D’George Toffoli
APA de Cairuçu
Diretor: Ney Pinto França

Governadora do Estado do Rio de Janeiro
Rosinha Mateus Garotinho

Secretário de Cultura do Estado do Rio de Janeiro
Arnaldo Niskier

SEMADUR – Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Rio de Janeiro
Secretário: Luís Paulo Conde

IEF – Instituto Estadual de Florestas – Rio de Janeiro
Reserva da Juatinga
Diretor: João Fernandes de Oliveira

Prefeito Municipal de Paraty
José Carlos Porto Neto

Secretário de Turismo e Cultura de Paraty
Benedito Mello

Comissão Permanente Pró-Sítio do Patrimônio da Humanidade de Paraty

Grupo de Coordenação do Plano de Gestão:

Adriana Mattoso, Arquiteta
Amaury Barbosa, Sociólogo
Gilberto Galvão – Redator
Isabelle Cury, Arquiteta
José Pedro de Oliveira Costa, Arquiteto
Maria Brasilicia Dall’Anese, Arquiteta

Agradecimentos

Vivo

BR XXI – UMA ESTRADA PARA A PAZ

Colaboração

Associação Casa Azul

Associação de Guias de Paraty

Bioconsult

Consórcio Germon/Montacon

DGEMN - Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Embrapa Agrobiologia

Espaço Cultural Paraty

Instituto Florestal de São Paulo

Kemwater Brasil

MIT - Massachusetts Institute of Technology

Resol Engenharia Ltda.

Sociedade de Engenharia de Boston

Unicamp – Universidade de Campinas

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Francisco Giannattasio Neto

Marcos Caetano Ribas

Maria Luiza Luna Dias